

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

PABLO GOMES

**A CONSTRUÇÃO DE TESAuros EM CONTEXTOS DE COMPLEXIDADE
CULTURAL, SOCIAL E POLÍTICA: UMA PROPOSTA PARA JUSTIÇA DE
TRANSIÇÃO**

Belo Horizonte

2023

PABLO GOMES

A CONSTRUÇÃO DE TESAuros EM CONTEXTOS DE COMPLEXIDADE CULTURAL, SOCIAL E POLÍTICA: UMA PROPOSTA PARA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa: Memória Social, Patrimônio e Produção do Conhecimento.

Orientação: Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota.

Belo Horizonte

2023

G633c

Gomes, Pablo.

A construção de tesouros em contextos de complexidade cultural, social e política [recurso eletrônico] : uma proposta para Justiça de Transição / Pablo Gomes. - 2023.
1 recurso online (194 f. : il., color.) : pdf.

Orientadora: Maria Guiomar da Cunha Frota.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação.

Referências: f. 177-187.

Apêndices: f. 188-192.

Anexo: f. 193-194.

Exigência do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Ciência da informação – Teses. 2. Tesouros – Teses. 3. Justiça de transição - Teses. 4. Ditadura – Teses. I. Frota, Maria Guiomar da Cunha. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Ciência da Informação. III. Título.

CDU: 025.43:321.64

Ficha catalográfica: Maianna Giselle de Paula – CRB6: 2642

Biblioteca Profª Etelvina Lima, Escola de Ciência da Informação da UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ATA DE DEFESA DE TESE

Às 09:00 horas do dia 04 de julho de 2023, de forma híbrida: presencial na sala 3005 da ECI/UFMG e virtual plataforma webconf - sala virtual do PPGCI, realizou-se a sessão pública para a defesa da tese de PABLO GOMES, número de registro 2019665209. A presidência da sessão coube a Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota - Orientadora (ECI/UFMG). Inicialmente, a presidente fez a apresentação da Comissão Examinadora assim constituída: Dra. Ana Cláudia Ribeiro (Governo do Rio Grande do Norte), Prof. Rodrigo de Sales (UFSC), Profa. Lorena Tavares de Paula (ECI/UFMG), Prof. Fabrício José Nascimento da Silveira (ECI/UFMG) e Profa. Maria Guiomar da Cunha Frota - Orientadora (ECI/UFMG). Em seguida, o candidato fez a apresentação do trabalho que constitui sua tese de doutorado, intitulada: "*A construção de tesouros em contextos de complexidade cultural, social e política: uma proposta para justiça de transição*". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença do candidato e do público e decidiu considerar aprovada a tese de doutorado. A banca destacou o caráter inovador da metodologia utilizada, destacou a relevância do tema da tese, recomendando sua publicação e indicação para concorrer aos prêmios de tese de doutorado ANCIB, UFMG e CAPES. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Comissão Examinadora.

Belo Horizonte, 04 de julho de 2023.

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Maria Guiomar da Cunha Frota, Professora do Magistério Superior**, em 04/07/2023, às 16:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabricio Jose Nascimento da Silveira, Professor do Magistério Superior**, em 04/07/2023, às 19:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo de Sales, Usuário Externo**, em 05/07/2023, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cláudia Ribeiro, Usuária Externa**, em 05/07/2023, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lorena Tavares de Paula, Professora do Magistério Superior**, em 05/07/2023, às 17:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2410641** e o código CRC **66C05D4E**.

À Expedita da Silva Araújo
(*in memoriam*)

Aqui escrevi com a senhora e para senhora.
Esta tese tem sua força, sua determinação.

A Roberto de Oliveira Gomes
(*in memoriam*)

Sua luta agora é minha luta.
Hoje eu te entendo melhor.

À Maria da Silva Araújo e
Paloma Gomes.
Mulheres da minha vida.

À Frida.
Barulho em momentos de silêncio.

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas dizem que pós-graduação, às vezes ou muitas das vezes, é um caminho solitário, mas eu percebi, pelo menos esse é o meu caso, que a pós-graduação foi um momento de muita presença. Conheci pessoas que, independentemente de onde eu vinha e de quem eu era, me receberam e me apoiaram. Conheci pessoas que, apesar das diversas diferenças, me respeitaram. Conheci pessoas que, apesar das posições hierárquicas que ocupávamos, me trataram com urbanidade e humanidade.

Essas pessoas que conheci, durante o mestrado e o doutorado, sim, estiveram presentes a todo momento. Houve também a presença pessoas que, de um passado distante, estiveram comigo em pensamento. São pessoas de contextos totalmente diferentes, muitas vezes longe da ciência e da academia, mas que foram força nos momentos em que precisei. Estar presente fisicamente ou virtualmente nem sempre foi necessário para que essas pessoas me ajudassem e me apoiassem.

Houvera pessoas que mudaram a minha forma de ver a Biblioteconomia e a Ciência da Informação. Houveram pessoas que mudaram minha forma de ver o mundo. Houveram pessoas que me levaram a querer, ainda mais, mudar o mundo. Houveram pessoas que me fizeram conhecer outros mundos.

Conheci, ou reconheci, pessoas que nunca tinha visto antes, mas que de algum jeito, nosso passado, algumas dores e alguns traumas nos unem de uma forma que não posso explicar. Pessoas que não pediram nada para me ajudar. Encontrei em vocês uma luta. Agora, luto com vocês.

Busquei e encontrei força e inspiração em pessoas que não estão mais aqui. Suas memórias em mim ainda são vivas e pulsantes. Nos momentos mais adversos eu sempre lembrei de vocês. Cada letra, cada palavra, cada parágrafo e cada capítulo desta tese tem a presença de vocês.

Houve uma criaturinha, que não é pessoa, mas pra mim é pessoa, que me ajudou muito. Sempre me apoiando e agonizando. Você foi sanidade em meio à insanidade.

Esses são meus agradecimentos. Não conseguiria lembrar e colocar todas as pessoas num único agradecimento. Para não ser injusto, recorri a um texto de agradecimento aberto. Dessa forma, todos estarão aqui.

A todos, todas e todes, muitíssimo obrigado.

Nas sombras somos todos privados da
verdade, mas não é justo que
continuemos apartados dela à luz do dia.

Dilma Vana Rousseff
(2012, 05:36)

A linguagem também é um lugar de luta.

bell hooks
(2019, p. 73)

RESUMO

Esta pesquisa tem por intenção fazer uma experimentação sobre a construção de um tesouro envolto por questões de ordem cultural, social e, principalmente, de ordem política. O problema de pesquisa identificado questiona a inclusão de terminologias inclusivas do contexto cultural, social e político, expresso na pluralidade de vozes dos atores sociais que atuam na área da Justiça de Transição (JT), de modo a ampliar a representação de um tesouro para essa área. O objetivo geral se inscreveu em desenvolver uma abordagem para a construção de um tesouro à JT que tencione os métodos postulados na Ciência da Informação (CI) e inclua terminologias que incluam o contexto cultural, social e político, expresso na pluralidade de vozes dos atores sociais que atuam nessa área. Os objetivos específicos compreenderam: i) elaborar, com outras bases teóricas e metodológicas, uma matriz para a construção de um tesouro que cumpra com a característica de acolhimento de questões culturais, sociais e políticas; ii) especificar os atores que compõem a área da JT; iii) recuperar e sistematizar terminologias da JT a partir das diversas vozes que compõem a área; iv) analisar o tesouro como resultado da demanda das distintas representações sobre a JT. O referencial teórico inclui uma discussão sobre Organização Social do Conhecimento, com discussões sobre os tesouros como dispositivos na lógica foucaultiana e como esses instrumentos próprios da prática informacional podem cumprir um compromisso com a diversidade e verdade. Inclui também uma compreensão sobre o que é a Justiça de Transição e um percurso sobre a Ditadura Militar (1964-1985) no Brasil. A metodologia envolve o paradigma participativo das Ciências Sociais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e interpretativa. Os procedimentos metodológicos envolvem a construção de um tesouro para JT com métodos e técnicas das Ciências Sociais e coleta de dados para sobre o processo de construção. A técnica principal utilizada na construção do tesouro foi o Grupo Focal, promovendo um deslocamento da validação de termos/conceitos dos materiais terminológicos para os atores da transição democrática, e, complementarmente, a pesquisa bibliográfica e documental. O modelo escolhido para construção do tesouro faz um abandono de modelos e de diretrizes tradicionais, pautados em uma visão positivista. Os dados foram analisados utilizando a análise de conteúdo e a análise do discurso. A primeira parte da análise e da discussão dos resultados compreendeu o processo de construção de um protótipo de tesouro tendo a garantia cultural como principal elemento de validação de termos/conceitos para representação terminológica. Dessa forma, a análise e a discussão partiram da garantia cultural para tratar os materiais, tencionar os métodos e identificar os termos. A segunda parte abrangeu a análise do discurso sobre o protótipo do tesouro. Para essa análise, selecionou-se os termos: Ditadura Militar (1964), Regime Ditatorial Militar, Justiça e Desanistia. As considerações finais fazem apontamentos sobre o processo de pesquisa, retomando o problema de pesquisa e os objetivos. Com esta pesquisa, foi possível verificar que a mudança de centralidade dos materiais terminológicos para os atores da transição possibilitou a representação da JT com um compromisso com a verdade com os esclarecimentos do passado traumático.

Palavras-chave: Tesouro; Garantia cultural; Organização Social do Conhecimento; Justiça de Transição; Ditadura Militar (1964).

ABSTRACT

This research intends to experiment on the construction of a thesaurus surrounded by questions of a cultural, social and, mainly, political nature. The identified research problem questions the inclusion of inclusive terminologies of the cultural, social and political context, expressed in the plurality of voices of the social actors who work in the Transitional Justice (TJ) area, in order to expand the representation of a thesaurus for this area. The general objective was to develop an approach for building a thesaurus to TJ that stresses the methods postulated in Information Science (IC) and includes terminologies that include the cultural, social and political context, expressed in the plurality of voices of the social actors who work in this area. The specific objectives included: i) elaborating, with other theoretical and methodological bases, a matrix for the construction of a thesaurus that fulfills the characteristic of hosting cultural, social and political issues; ii) specify the actors that make up the JT area; iii) recover and systematize TJ terminologies from the diverse voices that make up the area; iv) analyze the thesaurus as a result of the demand for different representations of TJ. The theoretical framework includes a discussion on the Social Organization of Knowledge, with discussions on thesauri as devices in Foucauldian logic and how these instruments of informational practice can fulfill a commitment to diversity and truth. It also includes an understanding of what Transitional Justice is and a journey through the Military Dictatorship (1964-1985) in Brazil. The methodology involves the participatory paradigm of the Social Sciences. This is a qualitative and interpretative research. The methodological procedures involve the construction of a thesaurus for TJ with Social Science methods and techniques and data collection for the construction process. The main technique used in the construction of the thesaurus was the Focus Group, promoting a displacement of the validation of terms/concepts from terminological materials to the actors of the democratic transition, and, in addition, bibliographical and documental research. The model chosen for the construction of the thesaurus abandons traditional models and guidelines, based on a positivist view. Data were analyzed using content analysis and discourse analysis. The first part of the analysis and discussion of the results comprised the construction process of a thesaurus prototype having the cultural warranty as the main element of validation of terms/concepts for terminological representation. In this way, the analysis and discussion started from the cultural warranty to treat the materials, intend the methods and identify the terms. The second part covered the discourse analysis on the thesaurus prototype. For this analysis, the following terms were selected: Military Dictatorship (1964), Military Dictatorial Regime, Justice and Desamnesty. The final considerations make notes about the research process, returning to the research problem and objectives. With this research, it was possible to verify that the change in the centrality of terminological materials for the actors of the transition made it possible to represent TJ with a commitment to the truth with the clarifications of the traumatic past.

Keywords: Thesaurus; Cultural warranty; Social Organization of Knowledge; Transitional Justice; Military Dictatorship (1964).

RESUMEN

Esta investigación pretende experimentar sobre la construcción de un tesoro rodeado de cuestiones de carácter cultural, social y, principalmente, político. El problema de investigación identificado cuestiona la inclusión de terminologías inclusivas del contexto cultural, social y político, expresadas en la pluralidad de voces de los actores sociales que actúan en la área de la Justicia Transicional (JT), con el fin de ampliar la representación de un tesoro para esta área. El objetivo general fue desarrollar un enfoque para la construcción de un tesoro de JT que enfatice los métodos postulados en Ciencia de la Información (CI) e incluya terminologías que incluyan el contexto cultural, social y político, expresado en la pluralidad de voces de los actores sociales que actúan en esta área. Los objetivos específicos incluyeron: i) elaborar, con otras bases teóricas y metodológicas, una matriz para la construcción de un tesoro que cumpla con la característica de albergar temas culturales, sociales y políticos; ii) especificar los actores que componen la área de la JT; iii) recuperar y sistematizar terminologías JT de las diversas voces que componen la área; iv) analizar el tesoro como resultado de la demanda de diferentes representaciones de JT. El marco teórico incluye una discusión sobre la Organización Social del Conocimiento, con discusiones sobre los tesoros como dispositivos en la lógica foucaultiana y cómo estos instrumentos de práctica informacional pueden cumplir un compromiso con la diversidad y la verdad. También incluye una comprensión de lo que es la Justicia Transicional y un recorrido por la Dictadura Militar (1964-1985) en Brasil. La metodología involucra el paradigma participativo de las Ciencias Sociales. Se trata de una investigación cualitativa e interpretativa. Los procedimientos metodológicos involucran la construcción de un tesoro para JT con métodos y técnicas de Ciencias Sociales y recolección de datos para el proceso de construcción. La principal técnica utilizada en la construcción del tesoro fue el Focus Group, promoviendo un desplazamiento de la validación de términos/conceptos de los materiales terminológicos a los actores de la transición democrática y, además, la investigación bibliográfica y documental. El modelo elegido para la construcción del tesoro abandona los modelos y lineamientos tradicionales, basados en una visión positivista. Los datos se analizaron mediante análisis de contenido y análisis del discurso. La primera parte del análisis y discusión de los resultados comprendió el proceso de construcción de un prototipo de tesoro teniendo la garantía cultural como principal elemento de validación de términos/conceptos para la representación terminológica. De esta forma, el análisis y la discusión partieron de la garantía cultural para tratar los materiales, proponer los métodos e identificar los términos. La segunda parte abarcó el análisis del discurso sobre el prototipo de tesoro. Para este análisis se seleccionaron los siguientes términos: Dictadura Militar (1964), Régimen Dictatorial Militar, Justicia y Desamnistía. Las consideraciones finales hacen apuntes sobre el proceso de investigación, volviendo al problema y objetivos de la investigación. Con esta investigación fue posible verificar que el cambio en la centralidad de los materiales terminológicos para los actores de la transición posibilitó representar a JT con un compromiso con la verdad con las aclaraciones del pasado traumático.

Palabras clave: Tesoro; Garantía cultural; Organización Social del Conocimiento; Justicia transicional; Dictadura Militar (1964).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Tipologia das formas de autorização de termos (garantias)	63
Quadro 2	Tipologia das formas de autorização de termos (garantias) – complementação	64
Quadro 3	Procedimentos para análise do discurso	118
Quadro 4	Participação das pessoas nos encontros	124
Quadro 5	Descrição das pessoas com notório saber	124
Quadro 6	Descrição dos profissionais da informação	125
Quadro 7	Síntese dos materiais terminológicos indicados	126

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Perspectivas de garantia dispostas sob vertentes objetiva/subjetiva	62
Figura 2	Organograma do Sistema Nacional de Informações	90
Figura 3	Processo de construção do Tesouro em JT	128
Figura 4	Recortes temporais e políticos para análise do discurso	150

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Mercado negro no VCB	51
Imagem 2	Mercado negro no catálogo da Biblioteca Nacional (Brasil) ..	51
Imagem 3	Homossexualismo no Tesouro da CIDH	54
Imagem 4	Termo Revolução de 1964 no Tesouro da ENAP	58
Imagem 5	Termo Revolução de 64 no catálogo da biblioteca da UFMG	59
Imagem 6	Termo Justiça de Transição	142
Imagem 7	Conceito de Ditadura Militar (1964-1985)	144
Imagem 8	Conceito de Ditadura Civil-Militar (1964-1985)	144
Imagem 9	Carlos Marighella no Tesouro	147
Imagem 10	Conceito de Golpe Militar	153
Imagem 11	Termo Revolução (1964)	154
Imagem 12	Data de alteração do termo “Revolução de 1964” no Tesouro da ENAP	155
Imagem 13	Relacionamentos com o termo Golpe Militar (1964)	155
Imagem 14	Conceito de Regime Ditatorial Militar	158
Imagem 15	Relacionamentos com o termo Regime Ditatorial Militar	160
Imagem 16	Conceito de Justiça	164
Imagem 17	Relacionamentos com o termo Justiça	165
Imagem 18	Conceito de Justiça	167
Imagem 19	Relacionamentos com o termo Justiça	169

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Uso do termo “Regime Militar” na produção acadêmico-científica	157
------------------	--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS

CDD	Classificação Decimal de Dewey
ANSI/NISO	American National Standards Institute/National Information Standards Organization
CDU	Classificação Decimal Universal
CI	Ciência da Informação
IBCT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IFLA	Federation of Library Associations and Institutions
ISKO	International Society for Knowledge Organization
ISO	International Organization for Standardization
JT	Justiça de Transição
MMICT	Modelo Metodológico Integrado para a Construção de Tesouros
OMS	Organização Mundial de Saúde
SOC	Sistema de Organização do Conhecimento
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

PREFÁCIO	20
1 INTRODUÇÃO	22
1.1 Problema de pesquisa	25
1.2 Pressupostos	27
1.3 Justificativa	27
1.4 Objetivos	29
1.4.1 Objetivo Geral	29
1.4.2 Objetivos Específicos	30
2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO	31
2.1 O tesouro como instrumento de dominação	43
2.2 Tesouros e o compromisso com a diversidade e verdade	61
3 DITADURA MILITAR E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL	78
3.1 A transição: entre a ditadura e a democracia incompleta	86
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	105
4.1 Procedimentos metodológicos	108
4.1.1 O modelo de construção do tesouro	108
4.1.1.1 <i>Pessoas</i>	109
4.1.1.2 <i>Materiais</i>	110
4.1.1.3 <i>Métodos</i>	110
4.1.1.4 <i>Processo</i>	113
4.1.1.5 <i>Construção coletiva</i>	113
4.1.1.6 <i>Software de construção de tesouros</i>	114
4.1.1.7 <i>Procedimentos éticos</i>	115
4.2 Procedimentos de análise dos dados	115
4.2.1 Análise de conteúdo	115
4.2.2 Análise de discurso	117
4.2.2.1 <i>Superfícies de emergência</i>	118
4.2.2.2 <i>Instâncias de delimitação</i>	120
4.2.2.3 <i>Grades de especificação</i>	120
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	122
5.1 Construção de um tesouro em perspectiva social	123

5.1.1	Garantia cultural, atores da transição e materiais	129
5.1.2	Garantia cultural, atores da transição e métodos	133
5.1.3	Garantia cultural, atores da transição e termos	141
5.2	Linguagem, discurso e justiça de transição	148
5.2.1	Golpe Militar (1964)	151
5.2.2	Regime Ditatorial Militar	156
5.2.3	Justiça	160
5.2.4	Desanistia	167
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	171
	REFERÊNCIAS	176
	APÊNDICES	187
	ANEXO	192

PREFÁCIO

Chegando ao final do trabalho científico desta tese, senti a necessidade de retornar ao início. Esse início começa um pouco antes da construção deste estudo, com minha entrada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como aluno de mestrado.

Iniciei minha jornada na UFMG ainda tímido, sem conhecer ninguém, mas muito ansioso para conhecer a professora Maria Guiomar da Cunha Frota. Antes mesmo de chegar à UFMG e iniciar as aulas do mestrado, recebi um ofício do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) informando que ela seria minha orientadora. Trocamos *e-mails* sobre disciplinas, somente. Apressado, como acho que sempre fui, passei os primeiros dias de aula procurando pela minha orientadora.

Demorou, mas num encontro rápido, no corredor da Escola de Ciência da Informação, me apresentei rapidamente e ela disse que marcaria uma orientação com os outros orientandos. E foi no dia 24 de março de 2017 que minha história na pós-graduação iria realmente iniciar, dia da primeira orientação.

Cada um dos orientandos apresentou seus projetos, todos voltados aos Direitos Humanos, políticas de informação, Justiça de Transição. Apenas eu apresentei um projeto sobre construção de tesouro para vigilância sanitária, destoando de todos os outros.

Ao fim da orientação, a Professora Guiomar, com muito carinho e respeito, me fez um convite: “você não gostaria de mudar seu tema de pesquisa para Justiça de Transição?” e me sugeriu dois livros nada pequenos. Quando cheguei em casa, comecei a ler e a pesquisar sobre o que era a Justiça de Transição para tentar entender o que seria essa área.

Após alguns dias pensando sobre mudar ou não de tema e pesquisando sobre Justiça de Transição, decidi: vou mudar meu tema. Era a oportunidade de mudar um pouquinho, pois continuaria pesquisando os tesouros, e partiu de um convite tão educado, muito diferente de histórias que escutava sobre a pós-graduação.

O que a Professora Guiomar não sabia, até quase o fim da minha dissertação, é que meu pai era anistiado político, devido a perseguições institucionais sofridas por ele durante a ditadura. Eu era filho de uma vítima da ditadura que ajudou com a criação da Associação Nacional dos Anistiados Políticos da Empresa Brasileira de

Correios e Telégrafos. Mudar de tema foi a oportunidade de compreender um passado que não é meu, mas que me é muito importante. Foi uma oportunidade de compreender o passado do meu pai.

Os temas relacionados à ditadura não eram do meu interesse pessoal. Eu sabia o contexto e os motivos da anistia do meu pai, mas não me interessava muito pelo tema. Contudo, abracei e ainda abraço a temática com muito carinho e respeito.

No mestrado, a intenção era criar um tesouro para Justiça de Transição brasileira, mas com o andamento dos estudos desse novo tema de pesquisa, a Professora Guiomar e eu percebemos que os modelos de tesouros descritos na literatura não dariam conta da complexidade da área. Assim, a pesquisa do mestrado objetivou compreender a Justiça de Transição e adaptar um modelo de construção de tesouros.

Na correria do trabalho como professor e ao mesmo tempo finalizando a pesquisa do mestrado, escrevi um projeto para uma vaga de doutorado. Consegui. Teria oportunidade de enfim construir o tesouro para Justiça de Transição sob a orientação da professora Guiomar.

No doutorado, tive oportunidade de me aprofundar nos estudos sobre a Justiça de Transição e a Ditadura. Não foi nada fácil estudar esses temas em meio a um governo que, em quatro anos, reencenava ditaduras e ditadores. Diversas vezes pensei se teria acertado em continuar com esse tema em meio ao caos social e político que estávamos vivendo.

Ter continuado pesquisando sobre Justiça de Transição e Ditadura me oportunizou conhecer pessoas que compartilharam suas memórias e vivências de um passado traumático de luta contra um governo autoritário com diversas violações de Direitos Humanos e pessoas que lutaram e ainda lutam pela democracia e seu fortalecimento.

Esta tese, em seu cerne, busca colocar em primeiro plano, quando tratamos da construção de tesouros, os atores sociais da Justiça de Transição. Tem a intenção de dar voz a essas pessoas, de ressaltar suas perspectivas, suas visões de mundo e suas ideologias sobre a ditadura e o processo de redemocratização do Estado brasileiro.

Espero que este trabalho se some a vários outros para promover uma mudança paradigmática real na forma de construção de tesouros.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de doutorado tem como propósito realizar uma experimentação na criação de um Tesouro para o domínio da Justiça de Transição (JT) que considere fatores relativos às dinâmicas e às disputas da área, principalmente os de ordem cultural, social e política e, assim, contribuir para superar as limitações dos modelos tradicionais¹ existentes de construção desses Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs). Tal proposta surge do desdobramento da pesquisa anteriormente desenvolvida no mestrado, na qual propusemos um modelo para construção desse tesouro. A necessidade desta pesquisa se dá devido aos modelos tradicionais de construção de tesouro existentes serem fortemente baseados numa lógica positivista e de supervalorização da terminologia científica e acadêmica², desconsiderando fatores concernente à complexidade da dinâmica cultural, social e política.

É uma pesquisa que se inscreve no centro de duas áreas do conhecimento: a Ciência da Informação (CI) e a Justiça de Transição. De um lado, a Organização da Informação e do Conhecimento como campo da CI, que se define como interdisciplinar e que tem por finalidade entender e propor soluções à produção, à organização, ao armazenamento, à recuperação, ao uso das informações e de seus usuários. Do outro lado, a JT, área multidisciplinar focado na produção de sentido entre um passado de suspensão da ordem democrática e/ou violações dos Direitos Humanos (DH), seja ele em decorrência de guerras, de conflitos, de governos autoritários ou outros, com um presente de recuperação, ou de restauração, da ordem social e democrática.

A JT no Brasil surge, ou se faz necessária, após o fim da Ditadura Militar, que durou de 1964 à 1985. Esse período foi marcado pela extrema violência e por graves violações dos Direitos Humanos por parte do Estado. A transição brasileira sempre foi marcada pela presença dos movimentos sociais, em especial os de vítimas e os de

¹ O uso da expressão “modelos tradicionais” se dá por entendermos que os modelos postos na literatura especializada da CI, e mesmo na prática da construção de tesouros, possuem uma lógica racionalista positivista e remontam a um período de acreditação na neutralidade da ação informacional.

² A academia nesta pesquisa é entendida como a reunião de pessoas especialistas em determinada área. Remete à academia em sua formação grega antiga, com Platão, que reunia pensadores para discutir questões filosóficas e que por fim ficou conhecido como *akademia*. Atualmente, a academia é conhecida pelo ambiente das universidades, de professores e de pesquisadores, ou de algumas associações, como a Academia Brasileira de Letras, Academia Brasileira de Medicina, Academia Brasileira de Direito Constitucional, entre outras. O que se ressalta sobre o uso deste termo é que ele sempre estará remetendo a pessoas com titulação acadêmica (especialização, mestrado e doutorado) que os permitam ser chamados de especialistas em determinada área do conhecimento.

parentes de vítimas. Foi por meio de tensionamentos entre o Estado e movimentos sociais que a redemocratização foi se concretizando. O Brasil, se comparado a outros países do Cone Sul³, apresenta uma JT lenta e com visíveis retrocessos nos últimos anos^{4:5}. Essa lentidão se deu em decorrência das diversas disputas, como exemplo a constituição de uma Comissão de Verdade somente após mais de 25 anos de término da ditadura militar e de um processo no âmbito jurídico que não puniu os agentes do Estado que perpetraram violações aos Direitos Humanos.

Parte das ações da JT estão centradas no acesso e na disseminação de informações, com foco especial nesta tese na dimensão da memória e verdade. Assim, consideramos que a CI tem muito a contribuir com a JT, mais especificamente no campo da Organização da Informação e do Conhecimento, possibilitando a criação de um tesouro específico para o tratamento temático de informações nesse campo, que está apresentado nesta pesquisa.

Para abarcar o tema complexo da JT, essa pesquisa propõe um movimento de crítica aos modelos tradicionais de construção de tesouro, que culmina no abandono dos modelos já conhecidos para pensar as etapas e os processos de construção do tesouro a partir das especificidades dessa área, e não tentando encaixá-la em modelos generalistas. Esta proposta pode contribuir para o rompimento da perpetuação de determinadas opressões sociais⁶, práticas de exclusão de determinados sujeitos e grupos e no cumprimento com a verdade, nas representações terminológicas. Essa compreensão sobre os tesouros está alinhada a uma série de estudos no campo da Organização da Informação e do Conhecimento, que vem entendendo que os SOCs podem reproduzir discursos opressores.

³ O Cone Sul é uma região geopolítica composta por países do sul da América do Sul. A formação inicial e mais restrita do Cone Sul inclui somente três países, Argentina, Chile e Uruguai. Entretanto, em alguns estudos e entendimentos mais abrangentes há uma inclusão do Brasil, Paraguai e Bolívia. O Brasil e a Bolívia apresentam a peculiaridade de não serem entendidos como um todo, apenas algumas regiões desses países, para a estruturação geopolítica.

⁴ Por retrocessos, podemos citar os processos de revisão de anistias movidas pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) e a volta de nome de figuras públicas que haviam sido retiradas como parte das recomendações da Comissão Nacional da Verdade, a exemplo da Ponte Honestino Guimarães, que voltou a ser chamada oficialmente de Ponte Costa e Silva (recentemente, após uma disputa judicial, voltou a se chamar Ponte Honestino Guimarães).

⁵ <https://www.cartacapital.com.br/politica/damares-quer-encerrar-trabalhos-de-buscas-aos-desaparecidos-politicos/>

⁶ Entende-se como opressão social as “estruturas que são ofensivas, preconceituosas e humilhantes a determinados grupos de pessoas, principalmente aqueles apontados como minorias, consoante às mulheres, negros, LGBTs e outros” (GOMES; FROTA, 2019, p. 639, tradução nossa).

Essa pesquisa também se alinha com o conceito de desclassificação elaborado por García Gutierrez (2006; 2014). Para o autor, há uma elitização e uma marginalização dos conhecimentos em nossa sociedade. Conhecimentos elitizados ganham destaque e projeção, enquanto os conhecimentos marginalizados são sistematicamente colocados como irrelevantes e silenciados. Como forma de alteração da ordem hegemônica de valoração dos conhecimentos, ele propõe a desclassificação como ação de subversão relativa à organização do conhecimento a partir de categorias amplas e com amparo, apoio, ética.

É nessa direção, de uma Organização do Conhecimento (OC) com uma perspectiva e forte olhar social, não baseada em categorias preestabelecidas e hegemônicas, que esta pesquisa se insere, por considerar que os tesouros são dispositivos⁷ que exercem poder sobre a informação e, por consequência, na sociedade. Ao se pensar um tesouro para a JT, devemos observar e entender que se trata de uma área permeada por disputas políticas e sociais que a tornam complexa. Um tesouro precisa, então, levar em consideração as especificidades da área, que vão além do campo científico e acadêmico.

Os marcos teóricos desta pesquisa estão ancorados na garantia cultural e hospitalidade cultural, postulados por Clare Beghtol (1986; 2002). A garantia cultural trará à pesquisa o entendimento que os SOCs, para serem compreendidos e utilizados, precisam estar baseados em valores e em visões de mundo de uma determinada comunidade. Já a hospitalidade cultural é a perspectiva, ainda baseada na garantia cultural, que entende que um SOC pode e deve ser portador de várias vozes, ou seja, não deve ser limitador de apenas uma visão de mundo.

A garantia e a hospitalidade cultural permitirão compreender a realidade cultural, social e política da JT e como essa realidade precisa ser representada pelas diversas vozes que constroem a terminologia desse área, principalmente entendendo que essa terminologia não se constrói somente dentro da ciência e da academia, mas em diversos setores sociais que criam informação e conhecimento e se comunicam com termos particulares, que traduzem suas formas de compreensão sobre as violações de Direitos Humanos (DH) e o contexto transicional.

O movimento teórico e prático que essa pesquisa percorre tem também um marco preliminar anunciado por Hope Olson (1998), quando, em uma crítica à

⁷ O termo “dispositivo” aqui é usado com referência a Foucault, que apresentaremos mais à frente no texto.

Classificação Decimal de Dewey (CDD) e à marginalização de conhecimentos, introduz o que chamaremos mais à frente de Organização Social do Conhecimento (OSC). Em sua pesquisa, Olson (1998, p. 234, tradução nossa) traz uma sessão com título “Modelos teóricos para construção social de classificações”. Mesmo que classificações bibliográficas e tesouros sejam instrumentos diferentes e possuam funções distintas, aproximamos aos tesouros a fala da autora quando afirma que as classificações são o reflexo de seus criadores, os classificacionistas, portanto, refletindo vieses culturais marcados pelo tempo/espaço em que foram criados e também sobre a agenda de silenciamento que ocorre com determinadas temáticas.

Importa, ainda, apontar que ao final desta pesquisa foi possível a criação do protótipo de um tesouro para a representação de informações e para os estudos sobre JT no contexto brasileiro. Esperamos, ainda, que esse tesouro reflita de forma mais fidedigna as especificidades da JT e dos atores que a constroem, a sustentam e a levantam como bandeira política.

1.1 Problema de pesquisa

Por muito tempo, a ação bibliotecária e informacional era entendida como uma ação neutra, ou seja, que bibliotecários e outros profissionais da informação, em suas atividades de tratamento e de disseminação da informação, estariam sob o julgo de uma imparcialidade que tornaria a ação de informar livre de ideologias, de valores, de preconceitos, de convicções, de intolerâncias etc. Entretanto, sabemos que os profissionais da informação estão, no desenvolvimento de suas atividades, condicionados por elementos de ordem cultural, social e política, que influenciam seu trabalho e suas práticas informacionais.

Em contraponto ao princípio da neutralidade dos SOCs, alguns pesquisadores, como Trivelato e Moura (2017), Miranda e Silva (2019), Adler (2017) e outros, têm desenvolvido pesquisas que expõem como os SOCs perpetuam contextos e realidades culturais, sociais e políticas dominantes de seus elaboradores. As principais pesquisas nesse contexto têm priorizado as classificações bibliográficas, a CDD e a Classificação Decimal Universal (CDU), em que são percebidos preconceitos em relação à representação daqueles tidos como oprimidos, marginalizados.

Os tesouros, assim como as classificações bibliográficas, acabam por apresentar formas preconceituosas e visões de mundo que são díspares dos avanços da humanidade. Como exemplo de tesouros que se apresentam como instrumentos técnicos e que perpetuam preconceitos temos o Tesouro da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que ainda em 2020 apresentava termos como “homossexualismo” e “bissexualismo”⁸. Tal forma de uso do sufixo “ismo”, mesmo no espanhol, língua do tesouro, remete à representação da homossexualidade como uma patologia médica, a qual não se sustenta desde início da década de 1990, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu o erro e retirou a homossexualidade da lista de doenças.

O que chama a atenção no contexto de construção dos tesouros é o caráter quase de exclusividade dado à ciência, em grande parte devido à garantia filosófica. Como aponta Beghtol (1986), quando assinala em tom questionador que a ciência teria ganhado esse destaque por ser a mais adequada para uma coleta terminológica devido à sua característica de constância sobre determinados assuntos, e também quanto à linguagem, que variaria menos que a linguagem usada no senso comum.

Essa importância dada à ciência no contexto terminológico pode resultar no silenciamento de outras vozes nos tesouros ou outros SOCs. Esses SOCs estariam, então, sendo representados por uma única voz. A escolha de apenas uma voz, por vezes portadora de uma visão hegemônica das Ciências Humanas e Sociais, torna-se um movimento complexo, pois são áreas nas quais a linguagem não se constrói única e exclusivamente dentro da ciência e da academia. Assim, exclui, de alguma forma, os movimentos sociais, os grupos e as lideranças sociais, a sociedade civil organizada e não organizada, as instituições e os profissionais envolvidos na prática diária e outros.

Essa é a realidade da JT, área que não se constrói somente dentro da ciência e da academia. A sua linguagem específica, ou seja, a terminologia, é desenvolvida por diversos atores sociais, como os movimentos sociais, as vítimas, os parentes de vítimas, os profissionais, as instituições de memória e justiça e a academia – professores e pesquisadores comprometidos com a temática. Todos esses sujeitos constroem diariamente a área e a terminologia da área, portanto, eleger a ciência

⁸ Para melhor compreensão, ver: Frota, Ribeiro e Gomes (2017).

como única voz representada no tesouro seria excludente da diversidade de atores, de pontos de vista e de valores que configuram a área.

Mediante a compreensão de que os SOCs, em específico os tesouros, podem corroborar e perpetuar formas de opressão social, de apagamentos, de exclusões, de ideais autoritários e que a terminologia da JT não é criada somente dentro da ciência, mas por diversos atores sociais, traçamos como pergunta-problema a esta pesquisa: a inclusão de terminologias inclusivas do contexto cultural, social e político expressos na pluralidade de vozes dos atores sociais que atuam na área da JT poderia ampliar a representação de um tesouro para essa área?

1.2 Pressupostos

Partimos do pressuposto que a linguagem não é neutra – Paveau (2015), Butler (1997, 2020), Nascimento (2019) –, bem como os Sistemas de Organização do Conhecimento – Olson, (1998), Pinho (2006), Guimarães e Pinho (2007) e Milani e Guimarães (2017) – não o são. A linguagem comum e a linguagem específica respondem a visões de mundo de uma comunidade ou dos seus criadores. Quando tratamos de linguagens construídas, portanto, devemos cumprir com uma ética que respeite as diversidades e as complexidades culturais, sociais e políticas e, também, com a verdade.

Juntamente, partimos do pressuposto de que a construção de um tesouro que desloque a centralidade de seus procedimentos, dos materiais terminológicos para a diversidade de atores sociais-chave, constituintes de um determinado campo social, viabiliza a percepção e a representação da linguagem em sua complexidade cultural, social e política em uma dimensão emancipatória.

1.3 Justificativa

Esta pesquisa justifica-se, em primeiro lugar, pelo interesse em avançar os conhecimentos sobre a OC, em uma perspectiva social, e sobre os SOCs, especificamente os tesouros. Ademais, ela é importante pela necessidade de melhor compreensão da terminologia de especialidade da JT.

É também uma busca pelo avanço da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, notadamente no contexto da Justiça de Transição e dos SOCs, que são

temas de interesse desse campo e área, e, mais especificamente, da segunda, como afirma Novellino (1996, p. 37):

A Ciência da Informação volta-se, principalmente, para a ação comunicativa entre o texto e leitor, tendo como objeto principal criar condições para a sua realização. Ela intervém na ação comunicativa textual para garantir que ela efetivamente ocorra, isto é, que a informação torne-se acessível àquele que dela precisa.

Novellino (1996) pontua de forma relevante a relação do texto com o leitor e a necessidade de criação de estratégias para que essa relação realmente ocorra. É importante, então, que o leitor tenha uma identidade com os instrumentos de representação da informação, que serão utilizados no momento da busca, dessa forma, compreendendo minimamente a estrutura conceitual para a escolha dos melhores termos ou notações. Esta pesquisa, então, refere-se ao estudo da linguagem específica da JT no contexto brasileiro, para que, dessa forma, possibilite a criação de um tesouro próprio e inclusivo da multiculturalidade e da diversidade terminológica que sejam representativos das experiências individuais e coletivas dos atores da transição em suas semelhanças, mas, principalmente, em suas diferenças.

A criação de um instrumento específico para a JT com referência no contexto brasileiro é relevante, visto que as experiências de graves violações dos Direitos Humanos no Brasil são ponto de partida de diversas pesquisas, sejam elas no campo acadêmico, científico, cultural, jurídico, entre outros. Algumas iniciativas brasileiras podem se beneficiar de um tesouro específico sobre JT, são elas: o acervo *online* Memórias da Ditadura, o repositório criado pela Comissão da Verdade de Minas Gerais (que mantém um acervo documental disponível em meio digital) e a Rede Latino-americana de Justiça de Transição. Com um tesouro como o que estamos propondo, tanto essas instituições mencionadas, como outras que tenham interesse, podem organizar e disseminar/publicizar de forma mais eficiente os documentos e as informações relativas à JT e à ditadura militar brasileira.

A construção terminológica, na área da JT, é marcada pelo desafio da existência de narrativas e de ideologias divergentes. De um lado, a negação de que, no Brasil, entre os anos de 1964 e 1985, vivemos um período de ditadura, que além da corrosão da democracia perpetrou diversas violações aos DH; de outro, os que relatam, confirmam e demonstram como o referido período instituiu-se uma ditadura militar e das diversas violações de DH. As divergências terminológicas, então, já estão

presentes na base do que vem a constituir a JT no Brasil, o conceito de ditadura⁹. Em pesquisa ao Tesouro da Justiça Militar da União (TesJMU) o termo “ditadura” não aparece, nem mesmo em associação ao termo “governo militar”, por outro lado, o termo “terrorismo” está devidamente descrito. Convenientemente, era a forma como os militares se referiam à atuação da resistência às ações autoritárias e às violações perpetradas pelo Estado.

Por fim, entendemos que instrumentos de OC são totalmente envolvidos em valores e em pontos de vista de seus produtores, como afirma Pinho (2006). É necessário discutir, então, as especificidades terminológicas que cada área e das experiências que carregam consigo e que influenciam no modo de representação e para a recuperação pelo usuário. Não se pode pensar os tesouros fora de um contexto cultural, social e político e da relação que possui com a área de especialidade e com os atores sociais.

O interesse pessoal pela temática, em especial a JT, se faz pelo lugar que ocupo, socialmente, enquanto filho de um anistiado político, devido ao período da ditadura. Durante um período da minha infância escutava meu pai falando sobre as perseguições que sofreu enquanto servidor da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e, mais próximo à adolescência, ajudando-o com o processo de anistia, inclusive participando de duas sessões públicas da Comissão de Anistia. Também estava presente e acompanhei alguns momentos da criação da Associação Nacional de Anistiados Políticos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

Desenvolver uma abordagem para a construção de um tesouro à JT que tencione os métodos postulados na CI e inclua terminologias que incluam o contexto cultural, social e político expresso na pluralidade de vozes dos atores sociais que atuam nesta área.

⁹ Coimbra, Gomes e Frota (2019) apresentam essas terminologias e conceitos em trabalho apresentado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação e Biblioteconomia.

1.4.2 Objetivos Específicos

- i) elaborar, com outras bases teóricas e metodológicas, uma matriz para a construção de um tesouro que cumpra com a característica de acolhimento de questões culturais, sociais e políticas;
- ii) especificar os atores que compõem a área da JT;
- iii) recuperar e sistematizar terminologias da JT a partir das diversas vozes que compõem a área;
- iv) analisar o tesouro como resultado da demanda das distintas representações sobre a JT.

2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO

Este capítulo tem por intenção estabelecer um breve entendimento e discutir alguns aspectos sobre a Organização Social do Conhecimento (OSC) e como os SOCs, em especial os tesouros, se localizam nessa concepção teórica e prática de um campo que estamos mais habituados a conhecer como OC.

A importância de entender o que é a OSC vem de uma necessidade de crítica, de problematização e de aprofundamento conceitual das práticas do pensar a OC e, como aponta Smiraglia (2006, p. 8, tradução nossa): “se a organização do conhecimento é o domínio que compreende o estudo da ação de nomear os elementos dos domínios, seja para ciências ou para outras aplicações, é claramente importante que os termos que nos definem sejam definidos com rigor”, portanto, é necessário para esta pesquisa que entendamos o que é a OSC de forma clara. Partiremos, assim, do conceito de OC para, em seguida, entender o que vem a ser a OSC.

Buscamos, inicialmente, fundamento no conceito de OC apresentado por Hjørland (2016, p. 475, tradução nossa):

OC é sobre descrever, representar, arquivar e organizar documentos, representações de documentos, assuntos e conceitos, tanto por seres humanos quanto por programas de computador (cf., Hjørland 2008). Para esse fim, são desenvolvidas regras e padrões, incluindo sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assuntos, tesouros e outras formas de metadados. A organização do conhecimento em sistemas de classificação e sistemas de conceitos é um assunto central no OC. Os dois principais aspectos do OC são (1) processos de organização do conhecimento (POC) e (2) sistemas de organização do conhecimento (SOC). Os processos de organização do conhecimento (POC) são, por exemplo, os processos de catalogação, análise de assuntos, indexação e classificação por seres humanos ou computadores. Os sistemas de organização do conhecimento (SOC) são seleções de conceitos com indicação de relações semânticas selecionadas, por exemplo, sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assuntos, tesouros, ontologias e outros sistemas de metadados.

Essa citação é parte de um artigo que foi tomado pela Sociedade Internacional para Organização do Conhecimento¹⁰ (ISKO) para representar o conceito de OC na enciclopédia publicada *online* pela própria instituição. Dessa forma, entendemos que há relevância em partirmos desse texto.

¹⁰ O nome original é International Society for Knowledge Organization.

Alguns elementos circunscritos nesse conceito são importantes para entender o que é a OC e para discussão posterior. São eles: a função da OC, como o conhecimento é organizado, os processos de organização do conhecimento e os SOCs. Dessa relação de elementos destacados do conceito e ampliando para o texto completo do artigo de Hjørland (2016), podemos dizer que a OC é um campo prático, mas também teórico, que possui como função fazer o tratamento e a representação dos documentos, dos assuntos e dos conceitos. Para tal tratamento, são criadas regras e padrões, sejam eles para os processos ou sistemas. Os processos são a forma como o conhecimento será organizado, e os sistemas, como as classificações bibliográficas, taxonomias, tesouros e outros são os instrumentos utilizados para facilitar e para produzir informações padronizadas.

É preciso registrar, para além da citação anteriormente indicada, que a OC tem papel importante na relação entre profissional da informação e o usuário. Ela possibilita a constituição de um ambiente de comunicação comum entre esses dois sujeitos. A criação de padrões, de regras e de instrumentos para a representação dos documentos permite que tanto profissionais da informação quanto usuários utilizem a mesma linguagem.

Para complementar e esclarecer alguns pontos do que foi anteriormente colocado por Hjørland (2016), convém acrescentar a compreensão de Esteban Navarro e García Marco (1995, p. 149, tradução nossa) sobre a OC:

Por Organização do Conhecimento, entendemos a disciplina dedicada ao estudo e desenvolvimento dos fundamentos e técnicas do planejamento, construção, gestão, uso e avaliação dos sistemas de descrição, catalogação, ordenação, classificação, armazenamento, comunicação e recuperação dos documentos criados pelo homem para testemunhar, preservar e transmitir seus saberes e suas ações, com base em seu conteúdo, a fim de garantir sua conversão em informação capaz de gerar novo conhecimento. Se trata, portanto, de uma ciência tridimensional, pois trata dos princípios, métodos e instrumentos postos em ação para a gestão do conhecimento humano a partir de uma perspectiva tripla: sua representação, sua organização e sua comunicação documental. Entretanto, a Ciência da Representação, Organização e Comunicação do Conhecimento é mais comum e resumidamente chamada Organização do Conhecimento, porque a organização é o elemento mediador entre os outros dois atos; uma vez que, por um lado, a representação é realizada com o objetivo de permitir uma organização eficiente e, por outro, a comunicação requer uma recuperação correta, cujo sucesso depende da qualidade da organização.

Do mesmo modo que Hjørland (2016), os autores entendem a OC como uma disciplina, campo teórico, de estudo e de prática, que se debruça sobre um conjunto

de ações (construção, descrição, catalogação, gerenciamento, classificação, armazenamento, comunicação etc.) necessárias ao registro, à disseminação e à preservação do conhecimento humano, com fins de gerar informações e novos conhecimentos.

É apontada ainda uma dimensão tripla da OC, que seria relativa aos princípios, aos métodos e aos instrumentos. Dessa forma, entende-se que a OC contém proposições fundamentais e diretivas, procedimentos e ferramentas necessários à ação de organizar o conhecimento. Os autores ainda incluem que a OC implica a representação, a organização e a comunicação dos conhecimentos presentes nos documentos, contudo, afirmam que essas três funções relativas a OC são sintetizadas num único termo, por entenderem que ao falar em organização já incluiria as funções de representação e de comunicação.

Esses elementos conceituais apresentados para entender o que é a OC não exaurem nem esclarecem uma totalidade do que vem a ser esse campo, entretanto, são suficientes para o caminho que iremos percorrer na tentativa de entender o que é a OSC. Contudo, antes, nos cabe fazer uma desambiguação sobre o termo OSC, pois somente uma das três formas de apresentação do conceito que se apresentam para esse termo é aplicável a este projeto de pesquisa, pelo menos inicialmente. Dois desses conceitos se apresentam como uma divisão da OC e a outra como um novo entendimento sobre a OC inserida no contexto social de reivindicação de direitos de grupos histórico-socialmente marginalizados.

O termo “Organização Social do Conhecimento” se popularizou com Hjørland (2003; 2008), mas tem uma origem anterior. Em 1981, Kevin J. McGarry publicou o livro *The changing context of information: an introductory analysis*, em que já aparecia como um capítulo o título “Social organization of knowledge”¹¹. O livro foi publicado novamente em 1993, segunda edição, e, em 1999, edição brasileira em português¹². Os dois autores supracitados fazem o entendimento de que a OC é dividida de duas formas: a Organização Intelectual do Conhecimento (OIC) e a Organização Social do Conhecimento. Esses dois tipos de organização não são excludentes, mas sim complementares para a OC.

¹¹ “Organização Social do Conhecimento”, em português.

¹² A edição brasileira em português foi publicada com o título *O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória*, pela editora Briquet de Lemos, e é a tradução da segunda edição inglesa.

No contexto da proposta de divisão apresentada por Hjørland (2016)¹³, é forte e marcada explicitamente a influência do trabalho de Richard Whitley, de título *The Intellectual and Social Organization of the Science*¹⁴ publicado inicialmente em 1984 e com segunda edição em 2000. Nesse livro, Whitley (2000) propõe essa divisão da OC baseado em sua observação e análise sobre como a ciência se estruturou em áreas, campos e disciplinas de especialidade. Portanto, o conceito de OSC apresentado por Hjørland tem forte influência da ciência como realidade observável do conhecimento¹⁵.

Para Hjørland (2003), a OIC¹⁶ refere-se a uma parte da OC, baseada “em conceitos, sistemas conceituais e teorias” (p. 93, tradução nossa). Por outro lado, a OSC está basicamente pensando “as organizações em profissões, negócios e disciplinas” (p. 93, tradução nossa) para organizar o conhecimento. Em relação ao entendimento de McGarry (1999), o primeiro tipo, OIC, seria uma forma de organização exterior, mais precisamente sobre a “corporificação física dos meios de informação” (p. 143), ou seja, como o conhecimento é registrado — os processos mentais na transmissão do conhecimento e na forma como ele é externalizado. Já o segundo tipo, OSC, seria a forma interna desse conhecimento — sua composição temática, isto é, o conteúdo em assuntos do qual se aborda em uma obra.

Um componente importante que aparece no texto dos dois autores é o conceito de disciplina. É por meio do conceito de disciplina que é possível entender com mais clareza o que os autores estão compreendendo por OSC. McGarry (1999, p. 144) a define, inicialmente, como “áreas específicas do conhecimento”. Percebe-se pela leitura do texto que o autor se posiciona no entendimento de disciplina no campo científico e acadêmico. Em uma outra definição, mais completa, o autor coloca que “uma disciplina científica é um *campo organizado de investigação à qual se dedica a uma comunidade de pessoas qualificadas*” (MCGARRY, 1999, p. 147, grifo do autor).

As disciplinas seriam a forma de diferenciação entre o que é o conhecimento e a mera opinião, sendo o conhecimento aquele advindo das investigações críticas e

¹³ Apesar de Hjørland ter citado e referenciado o trabalho de Whitley anteriormente, é em 2016 que ele faz uma indicação mais incisiva de que essa proposta foi lançada por Whitley (2000).

¹⁴ Em português, “A organização intelectual e social da ciência”.

¹⁵ McGarry e Hjørland fazem uma divisão da OC em OIC e OSC. Contudo, se apresentam formas distintas de compreensão sobre essa divisão. Mesmo que o entendimento seja diferente, os dois partem da ciência para explicar a OC, por isso foram discutidas juntas.

¹⁶ Para maior entendimento sobre a Organização Intelectual do Conhecimento, consultar McGarry (1999) e Hjørland (2003; 2008).

de forma sistemática. Já a opinião seriam os julgamentos pessoais, os fatos não testados e os rumores sem fundamentos científicos (MCGARRY, 1999). Percebe-se, então, que o conhecimento que o autor aborda é o conhecimento científico e a opinião, que muito se aproxima de uma lógica de produção do conhecimento empírico. Essa apreensão que o autor está se referindo ao conhecimento empírico, é tomada como base na afirmação de que

Os dados e informações que constituem as opiniões são tratados de certas formas específicas antes de serem aceitos como conhecimento. Essas 'formas específicas' diferenciam a orientação jurídica e médica qualificada das opiniões de uma rábula ou uma benzedeira (MCGARRY, 1999, p. 148).

O autor ainda elenca uma série de elementos que são necessários para identificar algo como uma disciplina:

- Uma disciplina não é a mera coleção aleatória de opiniões sumárias e regras empíricas para a resolução de problemas. Os conceitos e idéias centrais da disciplina são interligados, classificados e coordenados. Dizemos que uma disciplina possui uma geografia conceitual que é peculiar à natureza e finalidade.
- Cada disciplina classifica seu domínio temático de uma forma específica. As disciplinas científicas tendem a surgir e se desenvolver de maneira classificatória. Algumas caracterizam-se distintamente por essa atividade. [...]
- Cada disciplina possui tanto uma estrutura oral quanto documental por meio da qual idéias podem ser preservadas, transmitidas, avaliadas e validadas. [...]
- As disciplinas variam na importância que lhes é atribuída pelo sistema de valores da sociedade maior.
- As disciplinas baseadas no conhecimento e as profissões reconhecidas em geral se inter-relacionam de forma complexa.
- Cada disciplina possui procedimentos para recrutamento e formação de futuros membros (MCGARRY, 1999, p. 148).

As concepções de McGarry (1999) sobre o que é uma disciplina e os seus elementos remetem, novamente, ao conhecimento científico. É evidente nas concepções do autor que as disciplinas são frutos da ciência e de sua especialização. Portanto, a OSC seria aquela baseada nessa forma de estruturação, ou seja, a estruturação do conhecimento científico em agrupamentos especializados, desprezando qualquer opinião ou ponto de vista de um pensamento não científico da

realidade, exceto àquelas já experimentadas pela ciência e “tornadas como verdades”¹⁷.

Ainda sobre OSC, Hjørland (2003, p. 93, tradução nossa) explica que “se nos referirmos à disciplinas em nossas representações de conhecimento, estamos usando sistemas sociais de OC”. Essa explicação indica que por usar elementos de um sistema social já existente, o profissional da informação estaria fazendo uma OSC. Um exemplo dado pelo autor e explicativo de sua ideia de OSC está em: “uma maneira de expandir a dimensão social poderia ser estudar o desenvolvimento de ocupações na sociedade, por exemplo, conforme exibido no Standard Occupational Classification System” (HJØRLAND, 2003, p. 93, tradução nossa). De acordo com essa ideia, ao organizar o conhecimento baseando-se nesses elementos formais da estruturação de uma sociedade, como a Classificação Brasileira de Ocupações¹⁸, exemplo brasileiro, o profissional estaria organizando socialmente o conhecimento.

Lima e Alvares (2012, p. 27) também usam o termo OSC e demonstram corroborar com Hjørland (2003) e com McGarry (1999), ao dizerem:

A organização social do conhecimento é a prática cotidiana na organização dos seres, da divisão social do trabalho, na sociologia do conhecimento, na sociologia das profissões, das inovações e de tudo mais que nos cerca. É também um fenômeno social, pois a manifestação da organização do pensamento pelo agrupamento, pela separação, pela hierarquização, pela centralização, princípios fundamentais da organização [...].

O entendimento de Hjørland (2003), de McGarry (1999) e de Lima e Alvares (2012) sobre o que vem a ser a OSC aproxima a prática da OC e os SOCs dos princípios, dos pontos de vista e dos valores do grupo específico que elaborou tais divisões sociais e instrumentos normativos (profissões, negócios e disciplinas). Essa aproximação é capaz de refletir, preponderantemente, a cultura dominante da sociedade em questão e pode ser reveladora de uma série de desrespeitos, preconceitos, violência simbólica e outras formas de opressão social.

Se pensarmos a divisão social do trabalho (profissões), a divisão do mercado de bens e serviços (negócios) e a divisão especializada do conhecimento (disciplinas), apontaremos para uma elite, econômica e intelectual¹⁹, privilegiada com acesso ao

¹⁷ Tornadas como verdades para a ciência por meio de seus métodos e de procedimentos de verificação. Não implica aqui que não sejam verdades para outras comunidades que não a científica.

¹⁸ “Sistema Padrão de Classificação Ocupacional”, em português.

¹⁹ Por “intelectual”, referimo-nos aqui às pessoas que tiveram acesso à educação formal. Esse entendimento de intelectual está alinhado a um dos conceitos que Gomes e Hansen (2016, p. 12)

poder²⁰. Dessa forma, é preciso entender que essa divisão estará baseada nos valores e nos pontos de vista desse grupo de privilegiados e que irá refletir a cultura dos segmentos nos quais eles estão inseridos, pois geralmente não se tratam de divisões baseadas em processos de construção democrática.

Ao entender a OSC baseada na divisão já consolidada de profissões, de negócios e de disciplinas, os profissionais da informação responsáveis pela OC ou pela elaboração de um SOC limitam a representação da complexidade da realidade cultural, social e política àquela elite, que teve acesso e poder para fazer/pensar tal divisão. Nesse ponto, cabe lembrar que

[...] os sistemas de representação condicionam a um modo determinado de leitura que contribui para a manutenção de padrões pré-estabelecidos, uma vez que impõem uma visão particular do conhecimento, que é geralmente atribuída por seu idealizador (GUIMARÃES; PINHO, 2007, p. 9).

Se essa representação do mundo pode vir, como dito anteriormente, permeada de desrespeitos, de preconceitos e de outros tipos de opressões sociais, Milani *et al.* (2009) lembram não só a importância do rompimento com as representações e com significados da manutenção de uma cultura entrelaçados nos SOCs, mas também dos conflitos que surgem para essa manutenção ou rompimento desses valores e pontos de vista. Eles chamam essa disputa, que geralmente ocorre no campo simbólico, de “guerra cultural”. É importante então perceber que, ao adotar a OSC na perspectiva defendida por Hjørland (2003) e por McGarry (1999), reforça-se a posição de SOCs como perpetuadores da cultura de pessoas privilegiadas, seja materialmente ou intelectualmente.

Essa forma de se entender a OC como posta por Hjørland (2003) e por McGarry (1999) vem mudando, e isso leva à necessidade de pensá-la de forma mais profunda do que foi apresentada até esse momento. Nesse sentido, vemos o surgimento de pesquisas que utilizam o termo OSC em uma nova perspectiva conceitual que emerge de contextos diferentes da OC ou dos SOCs baseados na

elaboram e que aborda que “os intelectuais têm um processo de formação e aprendizado, sempre atuando em conexão com outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político”. Esse conceito de intelectual é voltado àqueles que, de alguma forma, passaram por um processo de formação educacional formal. As autoras tratam também de outros entendimentos que podem ser aplicados ao termo “intelectual”.

²⁰ Poder de criar ou de reorganizar disciplinas, categorias, classes, classificação, departamentos, divisões e outros.

divisão em disciplinas ou outras estruturas formais já cristalizadas na sociedade, como é o caso dos trabalhos publicados por Moura (2018a), Gomes e Frota (2019) e Peters (2012).

No artigo “Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder”, publicado pela pesquisadora Maria Aparecida Moura (2018a), o termo OSC aparece já no título como demarcação do campo ao qual ela está localizando sua pesquisa, o qual parece diferente do conceito apresentado anteriormente. A autora discute como os SOCs podem ser baseados em “operadores ontológicos totalitários” (p. 119) e, por consequência, reproduzir uma lógica de discursos hegemônicos, que são capazes de carregar uma formação sexista, racista, LGBTfóbica, xenofóbica e outras intolerâncias baseadas em crenças e em opiniões preconceituosas e opressoras. Há também a compreensão clara do papel desenvolvido pelos SOCs na perpetuação do poder emanado por esses discursos e como é necessário estabelecer critérios inclusivos e plurais para esses sistemas.

Moura (2018a), não pensando em propostas de uso de categorias, de classificações, de departamentos e de divisões já consolidadas socialmente, prevê um caminho diferente para compreender os SOCs e a OC. No contexto da pesquisa realizada por ela, o mais importante nos instrumentos de OC é a possibilidade de atuação em prol de um rompimento com os discursos carregados de intolerâncias, de preconceitos e de outras formas de opressão.

Sobre a OSC, Moura (2018a, p. 125) aponta que a sua pesquisa

[...] requer necessariamente refletir sobre os processos da construção de fontes e dos dispositivos de organização da informação que auxiliam, em situações de circulação da informação e do conhecimento específicas, no reconhecimento e na atenção dados aos fenômenos e questões sociais. Contudo, o caráter positivista de validação das fontes que constituem as garantias necessárias à inserção de um conceito/termo em um SOC e a rigidez dos métodos para a sua composição podem levar a expressividades contingentes e tornar rarefeitas as evidências sociais de certos eixos temáticos.

Compreendemos, pela citação anterior, que a OSC pressupõe, então, uma ação reflexiva na prática e nos SOCs, frente a questões sociais, e não mais uma ação esvaziada de sentido, como vemos em discursos sobre neutralidade da ação informacional. Ela se inclina em uma proposta mais subjetiva de construção desses

SOCs, baseados em métodos e em garantias que promovam destaques a questões sociais em eixos temáticos, como os de complexidade cultural, social e política.

Em outro trabalho, publicado por Gomes e Frota (2019), com título “Knowledge Organization from a social perspective: Thesauri and the commitment to cultural diversity”, a OSC está delineada nas palavras-chave. Mesmo não tendo usado o termo OSC em outras partes do texto, essa é uma demarcação da compreensão de organização do conhecimento de que estão tratando. Ao apresentarem a necessidade de olhar e de criar tesouros que incluam a diversidade das perspectivas daqueles que são oprimidos, que estão à margem, para minimizar a perpetuação de formas de exclusão baseadas em pontos de vistas hegemônicos, Gomes e Frota aproximam sua pesquisa daquela realizada por Moura (2018a).

Em um quadro geral, os autores expressam o papel e a importância que os SOC, em específico os tesouros, possuem nas reduções de desigualdades, de preconceitos e de opressões quanto à representação. É notória a preocupação com uma mudança paradigmática na construção desses instrumentos de OC. Tal preocupação se dá em relação a áreas do conhecimento, como as das Ciências Humanas e Sociais, que muitas vezes são áreas de disputas políticas e sociais. Dessa forma, inclui que a OSC tem uma atuação frente à circulação e à produção de conhecimento, de forma a permitir a descontinuidade de discursos hegemônicos e ofensivos a determinados grupos de pessoas, principalmente em relação às minorias²¹.

Gomes e Frota (2019, p. 640, tradução nossa) ao discorrerem sobre a OC, mas pensando-a no contexto da OSC, indicam que ela

[...] deve partir em busca de representar, através dos seus instrumentos, de suas ferramentas e de seus produtos informacionais, as várias formas de diversidade cultural, para que disso importe uma maior identificação dos usuários, das instituições, dos sistemas ou dos serviços de informação.

Para alcançar essa concepção, de um instrumento que contribua com uma maior identificação dos usuários, há a proposta de movimento contrário ao uso de modelos tradicionais de construção de tesouros, o que se alinha à proposta de Moura (2018a), de uma mudança do caráter positivista, a partir da adoção de métodos e de critérios mais flexíveis e que permitam que materiais produzidos pelas comunidades

²¹ Os autores estão entendendo como minorias as mulheres, negros, LGBTQIA+ e outros.

de interesse, não somente aqueles produzidos pela ciência, sejam usados para a construção dos tesouros.

A pesquisa “Power Tags as tools for Social Knowledge Organization Systems”²², apresentada por Peters (2012), além de utilizar o termo OSC, ainda faz uma ampliação do uso da palavra social no contexto dos SOC. A autora localiza sua pesquisa em relação à folksonomia.

De acordo com a pesquisadora mencionada, a folksonomia permitiria, através da possibilidade de uma indexação em linguagem comum pelos próprios usuários de um recurso informacional, uma metodologia de construção de SOC, baseado no preceito de que um termo teria maior relevância para as comunidades de usuários se fosse identificado por esses usuários com a visualização das *tags*²³. Dessa forma, verificando a frequência, ou a popularidade, de uso de uma *tag*, ela ganharia o *status* de *power tag*, ou seja, um termo muito utilizado pela comunidade de usuários estaria se mostrando como um consenso terminológico para representar o conteúdo ou a temática de um recurso informacional.

Para Peters (2012, p. 283, tradução nossa),

[...] um "SOC social" como uma ferramenta de representação do conhecimento construída em colaboração com termos em linguagem natural. As tarefas do SOC social são: descoberta de conceitos apropriados e descoberta de estruturas paradigmáticas nas folksonomias, por ex. hierarquias.

Numa interpretação mais geral, é possível perceber que a autora situou seu entendimento de um Sistema de Organização Social do Conhecimento por compreender que, pelo protagonismo dado ao usuário para a representação de um recurso informacional, as perspectivas daquela comunidade e a forma como ela representa daria significado para a construção de um SOC baseando-se nas *tags* mais relevantes na representação de conteúdos e de temáticas, ou seja, a folksonomia traria ao SOC a validação necessária para a inclusão ou para a exclusão de um termo do sistema.

Para além dos trabalhos e pesquisas descritos anteriormente, temos aqueles que, mesmo não usando explicitamente o termo OSC, podem ser incluídos numa

²² Em português, “Power Tags como ferramentas para Sistemas de Organização do Social do Conhecimento”

²³ Uma *tag* é um termo utilizado pelos usuários de um sistema de informação, mais comumente digital, que é atribuído para representar um conteúdo de acordo com a perspectiva daqueles usuários.

lógica que se distancia daquela usada por Hjørland (2003). São casos a serem destacados dos trabalhos mais recentes publicados por: Trivelato (2016), Sousa, Saldanha e Tolentino (2017), Milani e Guimarães (2017), Trivelato e Moura (2017), Lima e Almeida (2019), Lima *et al.* (2019), Miranda e Costa (2019), Mai (2016), Fox (2016), Adler (2017) e Dudley (2020) Saldanha et al. (2018)²⁴.

Os trabalhos anteriormente apontados se localizam em campos da OC. Trabalhos como os de Milani e Guimarães (2017) e Mai (2016) estão preocupados com as questões éticas que se relacionam com a prática e com os estudos em OC. Lima e Almeida (2019) tratam da importância da decolonização eurocêntrica da OC para uma perspectiva multicultural desse campo. Sousa, Saldanha e Tolentino (2017) se voltam para a catalogação e para as questões de desigualdade de gênero que se colocam na segunda edição do Código de Catalogação Anglo-Americano.

Alguns trabalhos se dedicaram aos SOCs no contexto de representação temática do conhecimento. Trivelato (2016) e Miranda e Costa (2019) pesquisaram, nos sistemas decimais de classificação, como a CDU e a CDD, as relações de opressão religiosa presentes nesses SOCs. Ainda sobre as classificações, o trabalho de Trivelato e Moura (2017) apresentam como a CDU representou as questões de gênero, de etnia e de raça em suas diversas edições. Adler (2017) usou o catálogo da Biblioteca do Congresso (Estados Unidos da América)²⁵ para entender as relações de opressão de sexualidade que se colocam naquele acervo, usando tanto as notações classificatórias que tiveram por base a CDD como os termos do Cabeçalho de Assuntos da Biblioteca do Congresso²⁶. Dudley (2020), ainda no contexto dos SOCs, está direcionado à questão da representação dos povos indígenas no Centro de Serviços para Estudantes Aborígenes da Universidade de Winnipeg²⁷, mais

²⁴ Esses casos de pesquisas que podem se inserir no contexto da OSC foram buscados principalmente nos dois livros mais recentes da série “Estudos Avançados em Organização do Conhecimento”, publicados pela ISKO Brasil, no caso das pesquisas publicados por autores brasileiros. Somente o trabalho publicado por Saldanha et al (2018) não foi recuperado seguindo essas orientações, devido a sua relevância para discussão. Nos casos das pesquisas publicadas por autores de outros países, as buscas se deram principalmente na Library and Information Science Abstracts, também com atenção aos trabalhos mais recentes.

²⁵ A Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos da América, ou em inglês Library of Congress, além de servir às práticas e às demandas informacionais do Congresso americano também agrega as funções de Biblioteca Nacional.

²⁶ O Cabeçalho de Assuntos da Biblioteca do Congresso é a tradução de Library of Congress Subject Heading.

²⁷ University of Winnipeg’s Aboriginal Student Services Centre.

especificamente em como esse sistema pode menosprezar a cultura indígena nas questões alternativas dos pesquisadores indígenas.

Fox (2016) está pensando a importância da interseccionalidade nos SOCs e em como os modelos de representação do conhecimento ainda não permitem a explicitação dessas intersecções. Por fim, a pesquisa de Lima *et al.* (2019) se insere no campo da indexação e propõe diretrizes que permitam a construção de uma política de indexação multicultural que considerem a cultura africana e afro-brasileira.

Um trabalho de relevância para apresentar como um instrumento de OC tem para subjugar o outro, oprimi-lo, desumanizá-lo foi apresentado por Saldanha *et al.* (2018) no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação. Intitulado *Quem matou Marielle? organização do conhecimento e os caminhos do tesouro do mal*, percorre o caminho da linguagem comum nos comentários sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, para identificar como as estruturas linguísticas se apresentariam no formato de um tesouro. No trabalho, os autores identificaram termos como: “responsável pelo ódio”, “defensora de marginais”, “promotora da luta de classes”, “ser humano como lixo”, “apoio ao tráfico de drogas” e “comunista maconheira”.

Todos esses trabalhos apresentados trazem alguns enquadramentos teóricos para basear as críticas aos paradigmas tradicionais e fundamentar as novas perspectivas da OC. Os principais autores destacados e usados são: Michel Foucault, para entender as relações de poder, principalmente em relação à linguagem; Clare Beghtol, quanto à garantia cultural nos SOCs; Hope Olson, no contexto cultural e de exclusão de certos grupos de pessoas e temáticas na OC; Judith Butler, com os estudos feministas e de gênero.

No âmbito dos estudos de OC, tais autores são mobilizados e trazidos para fundamentar a concepção de que esse campo, pode tanto ser utilizado para promoção da igualdade e de diversidade, como promotor de violências, de preconceitos e de opressões. Para tanto, buscam demonstrar no seio de algumas temáticas – a exemplo temos gênero, religião, raça, etnia e outros – como alguns SOCs carregam discursos permeados de desrespeito contra grupos tidos como minorias e marginalizados.

Há numerosos documentos (artigos, teses, dissertações, anais de eventos, livros) que poderíamos incluir na perspectiva da OSC que estamos apresentando neste capítulo. Contudo, não é objetivo desta pesquisa propor um mapeamento

exaustivo desses documentos. Portanto, retomaremos os elementos do conceito de OC apresentado no início deste capítulo para delinear um entendimento de OSC.

Conceituamos, então, para esta pesquisa, a OSC como um campo de estudo e de prática sobre os processos de representação e de construção de sistemas que compreendem e abrangem a diversidade sobre a qual a realidade social está inserida e busca incluir mecanismos que podem ser mobilizados para a redução ou o rompimento com formas cristalizadas de desrespeitos, de preconceitos e de violências que têm por objetivo a manutenção do *status quo* de uma cultura sobre outras.

Assim, compreendemos ainda que o conhecimento deve ser organizado com vistas à redução de desigualdades por meio de processos e sistemas que levem em consideração a complexidade e a subjetividade social de cada área, campo e domínio. Seus princípios, métodos e instrumentos devem refletir os valores e os pontos de vista da comunidade de usuários a qual se inserem, representando, organizando e comunicando o conhecimento de forma respeitosa e ética.

A maior crítica feita neste capítulo sobre essa OSC defendida por autores como Hjørland (2003) e McGarry (1999) não é uma desqualificação sobre esse modo de fazer e de pensar a OC, mas uma reflexão que a OC e a construção de SOCs, como os tesouros, demandam aprofundamentos nos elementos de ordem social, cultural e política, principalmente quando na dimensão das áreas das Ciências Humanas e Sociais.

2.1 O tesouro como instrumento de dominação

Para avançar na discussão sobre a Organização Social do Conhecimento, é inevitável não passarmos pelos Sistemas de Organização do Conhecimento. Os tesouros são conhecidos na CI e na Biblioteconomia por fazerem parte de um grupo de linguagens, as Linguagens de Indexação, e se inserem, também, no contexto mais ampliado dos SOCs. Abordaremos nesta subseção, dedicada ainda à OSC, o tesouro como um instrumento usado na prática informacional e como ele pode contribuir na perpetuação das relações de poder e de dominação que a informação exerce em nossa sociedade.

Os tesouros e as classificações bibliográficas, bem como outros instrumentos da prática bibliotecária, podem cumprir com uma dupla função: permitir o acesso às informações de modo ético e ampliado ou impor formas de controle que permitam a

perpetuação de formas arraigadas de poder e de opressão, como racismo, machismo, sexíssimo, LGBTfobia, xenofobia e outros. Um fato ocorrido em um congresso de Organização do Conhecimento no Brasil²⁸ pode ilustrar essa perspectiva da dupla função. Após a apresentação dos trabalhos e a abertura para arguições, um participante usou uma metáfora para tentar explicar a atuação social dos SOCs, usando como elemento de comparação uma enxada. Para ele, a enxada pode ter duas utilizações: ela pode ser um instrumento de trabalho posto à agricultura ou à construção civil, mas também pode ser uma arma usada para matar alguém. Quem determinaria sua utilização são os homens.

O que parece estar por trás dessa metáfora empregada pelo participante é que os tesouros e outros SOCs em si são neutros, ou seja, não são bons nem maus; que é a ação humana, após sua criação, que atribui a esses instrumentos sua qualidade. Mesmo que há tempos se entenda que a ação bibliotecária com seus instrumentos e produtos dessa ação, bem como a própria ciência, não são neutros, pois respondem a visões de mundo, a pontos de vista e a desejos de suas e seus criadores (PINHO, 2006; GUIMARÃES; PINHO, 2007), ainda vemos discursos de neutralidade sobre as ações humanas. O que nos apresenta como questionamento a essa situação é: seriam os tesouros criados e preparados mais propensos a serem como uma enxada à prática agrícola e construção civil ou como uma arma?

Para tentarmos entender melhor como os SOCs podem cumprir com um papel de perpetuação de opressões, os estudos sobre Michel Foucault possuem especial destaque no cenário atual de pesquisa em CI e na Biblioteconomia, principalmente naqueles que estão envoltos numa perspectiva que aproxima ou que inclui a OSC.

No âmbito desta pesquisa, que tem por objeto o tesouro, o conceito de dispositivo proposto por Foucault (2015) demonstra-se relevante, pois ao revelar as relações e as estruturas de poder e de dominação²⁹, nos ajuda a entender como esses instrumentos podem cumprir com uma função de perpetuação de uma ordem hegemônica. Com intuito de explicar o dispositivo, Foucault (2015) recorre a 5 (cinco)

²⁸ V Congresso Brasileiro de Organização e Representação do Conhecimento, promovido pela International Society of Knowledge Organization no Brasil, Belém-PA, 2019.

²⁹ Cabe-nos dizer que Foucault (2006) diferencia poder e dominação. O primeiro possui uma amplitude nas relações humanas, ao ponto que segundo ocorreria pela tomada de uma determinada quantidade de relações de poder. Quanto à dominação, ele ainda afirma que “em vez de serem móveis e permitirem aos diferentes parceiros uma estratégia que os modifique [poder], se encontram bloqueadas e cristalizadas” (p. 266).

demarcações/noções, que são fundamentais para tentarmos fazer uma aproximação com os tesouros³⁰.

Resumidamente, Foucault (2015) desenha os dispositivos a partir das seguintes demarcações: (i) compreendem o dito e o não dito, isto é, aquilo que é explícito e que é implícito e que se forma por uma rede heterogênea de elementos; (ii) o dispositivo pode estabelecer as ligações que existem nesta rede; (iii) sua constituição, em termos de gênese, responde a um objetivo estratégico para resolução de um problema; (iv) em um segundo momento, pós-gênese, passa a responder também à função de controle; (v) após sua constituição como dispositivo, permanece como tal e toda ação e reação resultará em um estímulo em outros dispositivos e exigirá uma adequação.

Ao compreender que os dispositivos são formados por aquilo que é dito, mas também pelo que não é dito, Foucault (2015) caracteriza-os como essencialmente discursivos, ou seja, estão postos à ordem do discurso. O tesouro se insere nessa primeira demarcação. Amplamente compreendido como “uma lista estruturada de termos associados empregada por analistas da informação e indexadores para descrever um documento [...]” (CUNHA, CAVALCANTI, 2008, p. 363), discursam sobre determinada área do conhecimento. Por mais que pareçam termos soltos e sem uma lógica para formação de frases, os tesouros dizem muito ao criar relações entre seus termos e na constituição de contextos, principalmente no que se refere à cultura de seus idealizadores.

Podemos, então, estabelecer que os termos e as relações explícitas entre os termos compõem aquilo que Foucault (2015) chama de ditos, ou seja, aquilo que está claramente declarado no tesouro. Já as ausências de alguns termos e relacionamentos, os enquadramentos e as ideologias compreenderiam aquilo que não é dito, mas que é possível de ser percebido a partir de leituras mais profundas que envolvem os contextos (histórico, cultural, social, político, científico, organizacional e outros). Há que se perceber que os tesouros falam não somente pela lista de termos e de relacionamentos que o compõe, mas também pelas suas ausências e seus contextos. É possível que falem mais pelas ausências e contextos do que por aquilo que está explícito.

³⁰ Não é nossa intenção provar a ideia que tesouros são dispositivos, mas entender que eles podem compor e responder a essa rede de elementos heterogêneos apontada por Foucault.

No que se refere à rede heterogênea, os tesouros podem aparecer no relacionamento com diversos elementos, dos quais podemos citar os materiais bibliográficos, que podem ser correlacionados ao que Foucault (2015) chamou de enunciados científicos. Com os modelos de construção de tesouros, as normas de controle terminológico, referentes às terminologias, no que tange ao que é correto e incorreto e às políticas de informação (indexação, formação e desenvolvimento de acervos, censura, acesso à informação), podemos interpretar ou aproximar ao que Foucault (2015) define como moral, leis e normas administrativas. Quanto às instituições, na perspectiva de Foucault (2015), podemos apontar os sistemas de informações, as instituições e as organizações públicas ou privadas que constroem e que fazem usos de tesouros (bibliotecas, arquivos, museus e outros).

Assim, percebemos que o tesouro possibilita relacionar uma rede de elementos que podemos caracterizar como heterogêneos. Dentro dessa rede, os tesouros podem controlar informações e conhecimentos/saberes que serão e que não serão recuperados pelos usuários de um sistema de informação, gerando, dessa forma, maior ou menor disseminação e, conseqüentemente, produção de informação e de conhecimento em determinado assunto/temática que respondem à ordem hegemônica vigente. Eles podem também controlar as terminologias, indicando qual é adequada e qual é inadequada, ou seja, como o usuário deve e não deve se comunicar, não somente com o sistema de informação, mas em outras instâncias.

O ato de comunicar, mesmo que dentro de sistemas de informação, nos remete à função primordial dos tesouros, ou seu objetivo estratégico na sua gênese: a representação e a recuperação da informação. De acordo com Novelino (1996), os tesouros foram criados para que a estrutura da linguagem de representação fosse conhecida pelos indexadores e por usuários do sistema de informação, para que, partindo do conhecimento dessa estrutura, pudessem fazer escolhas que melhor permitissem representar e recuperar informações de forma eficiente, baseado em uma linguagem comum. Corroborando com isso, Almeida, Saldanha e Ribeiro (2016, p. 10) assinalam que

[...] é necessário que seja adotada uma linguagem comum em todas as etapas e que essa linguagem seja conhecida, tanto pelos profissionais envolvidos nessas ações, quanto pelos usuários que necessitam das informações ali contidas.

Contudo, não bastava que uma linguagem fosse conhecida pelos indexadores e usuários, era necessário também que houvesse controle sobre os termos que seriam usados para a representação e, posteriormente, para a recuperação da informação. Com esse controle da linguagem, foi possível que um único termo descrevesse um único conceito e que termos sinônimos, quase-sinônimos e homógrafos pudessem ser distinguidos dentro da estrutura, mas sempre elevando um único termo como preferencial. Ao facilitar o reconhecimento do termo correto para cada conceito, os tesouros permitiram o que Cintra *et al.* (2002) e Dodebei (2002) chamam de economia, não sendo ela no sentido de área do conhecimento, mas em relação a uma economia de significado, pois reduz a abrangência de um termo dentro de um contexto.

A ação de controle da linguagem, que visava potencializar o tempo e os resultados para o usuário do sistema de informação, em trabalhos recentes, passa então a ser interpretada como um instrumento de controle das formas de saber e de conhecer, autorizando aquilo que deve ou não ser conhecido e como deve ser conhecido, fundamentado em lógicas e em ideologias hegemônicas (TRIVELATO, 2021). Aqui, portanto, nos defrontamos com a constituição do tesouro como dispositivo, tal como apontado por Foucault (2015). E essa constituição em dispositivo é influenciada pela rede heterogênea que alimenta o tesouro com as demandas dominantes para que elas se perpetuem também através da linguagem.

Pelas demarcações feitas por Foucault (2015) acerca do dispositivo, a linguagem, no contexto dos tesouros, figura como mecanismo de funcionamento do dispositivo. É por meio da linguagem que ocorre não somente a constituição do tesouro como tal, mas a operacionalização do controle das formas de conhecer/saber. Os termos, os conceitos e os relacionamentos presentes nos tesouros são pautados dentro de uma ordem hegemônica cultural, social e política que autoriza aquilo que deve ser conhecido e como deve ser conhecido, aproximando e visibilizando aquilo que lhe é oportuno, propício, e afastando ou silenciando aquilo que lhe é avesso, abjeto. A linguagem, ao carregar opressões, violências – de classe, raça, etnia, gênero, sexualidade, religião e outras –, aparelha o tesouro como dispositivo.

As estruturas de poder, muitas vezes invisíveis por meio da linguagem, quando materializada, permitem que se construam formas de dominação (NASCIMENTO, 2019). O autor, partindo do racismo estrutural, explica que a língua e a linguagem são parte dessa estrutura. Para ele, “ao serem politizadas, as línguas têm

cor, gênero, etnia, orientação sexual e classe porque elas funcionam como lugares de desenhar projetos de poder” (p. 22).

Dessa forma, poderíamos depreender que a língua e a linguagem permitiriam a inserção das supracitadas opressões dentro dos tesouros, que, em segundo momento, as expandiriam para os sistemas de informação, aos acervos, às bibliografias, aos usuários e outros.

Ao colocarmos que a linguagem pode ser um instrumento de opressão e, por consequência, de dominação, estamos dizendo que a linguagem e a “língua não são neutras e sempre são atravessadas por processos de poder” (NASCIMENTO, 2019, p. 20). Algumas autoras e autores, principalmente os debruçados sobre os estudos decoloniais³¹, como Grada Kilomba (2019), bell hooks (2019ab), Frantz Fanon (2008) e Gabriel Nascimento (2019), já citado, bem como os estudos feministas e de gênero, como Judith Butler (1997; 2019; 2020), nos ajudam a entender como a linguagem é permeada por opressões que reafirmam e colocam no centro³² o homem europeu branco heterossexual cisgênero e que só os reafirmam na perpetuação de seus privilégios e, conseqüentemente, como os tesouros atuam como dispositivos.

A escolha desses autores para falar do poder opressor da linguagem não é sem intenção. Todas elas e todos eles de alguma forma falam de um lugar da margem³³. Não seria coerente neste momento, mesmo que pudéssemos fazê-lo, usar autores que falam do centro com miradas às margens. Consideramos que essas

³¹ Apesar de usarmos autores decoloniais para demonstrar os atravessamentos de poder e de dominação da linguagem, não importa dizer que esta tese é decolonial. Apenas fizemos a escolha de demonstrar esses atravessamentos pelo olhar do dominado, não do dominador. Entendemos que esta tese abre caminho para que outras pesquisas sobre construção de tesouros possam, da forma adequada, isto é, teórica, metodológica e empírica, tratar sobre a decolonialidade desses instrumentos. Por ora, traremos somente um movimento sobre os apontamentos desses autores decoloniais sobre a linguagem.

³² Centro é uma referência a bell hooks (2019b) e a Grada Kilomba (2019), que fazem uma localização social dos sujeitos em margem e em centro. Sendo o centro o local de privilégio daqueles que podem falar e ser ouvidos. É também um local em que os sujeitos podem exercer um poder, seja ele político, cultural, financeiro, educacional e outros. As margens são compostas pelas “outras(os)”, ou seja, aquelas(es) que não são sujeitos, pois para serem sujeitos essas “outras(os)” precisariam, minimamente, do poder de falar e serem ouvidos, de serem donas e donos de suas ações e destinos. Para tanto, identificamos como no centro o homem branco heterossexual cisgênero e, à margem, todas(os) as(os) “outras(os)”.

³³ As autoras e os autores destacados no parágrafo anterior, como dito, falam de algum lugar à margem. Contudo, chamamos a atenção principalmente ao fato de que algumas delas, Grada Kilomba e Judith Butler, serem naturais de países colonizadores. Michel Foucault, usado na primeira parte desta seção, também é natural de um país colonizador. Suas visões de mundo, por mais críticas ao colonialismo ou ao serem usadas para questionar posições de poder, estão impregnadas pela cultura do colonizador. Não nos desfazemos de suas contribuições, mas pontuamos como uma forma de entender o lugar de onde falam.

autoras e autores devem ser colocadas e colocados como sujeitos nesse texto, ou seja, devem ser escutados sem que suas falas precisem de validação de autores que falam do centro. Essa é uma tarefa difícil, pois posições de margem e de centro não são fixas e vão depender de quem fala e com quem fala. As autoras hooks (2019b) e Kilomba (2019) alertam para a forma como mulheres negras e homens negros ocupam sempre posições de “outra(o)” e para a necessidade de ocuparem posições de sujeitos.

Portanto, para falar do aspecto dominador da linguagem, autoras e autores que sentem e vivenciam sofrimento, dor, silenciamento e exclusão que lhes é causada pela linguagem nos parece mais adequado do que usar autores que do centro olham para as margens e teorizam sobre ela ou mesmo usar esses autores para validar ou corroborar com as falas de quem sentem o peso da linguagem opressora. Grada Kilomba, em sua carta à edição brasileira do livro *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019) nos informa que

[...] a língua por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é *normal* e de quem é que pode representar a *verdadeira condição humana* (p. 14, destaques da autora).

A autora, em seu livro dedicado a expor e a refletir sobre o racismo cotidiano, afirma e reafirma em diversos momentos a linguagem justaposta com os atos de racismo. Por diversas vezes, Kilomba (2019) fala sobre a necessidade de uma nova linguagem e de um novo vocabulário. Ela chama, com isso, a atenção sobre a forma como a linguagem e a língua são precursoras e mecanismos do racismo. Em um de seus exemplos iniciais, sobre a atuação opressora da língua, relata que mesmo tendo o português (de Portugal) como sua língua materna, seu livro foi escrito em primeiro momento em inglês, pois o português é marcado pelo colonialismo e pelo machismo, colocando a mulher negra em um lugar de outra, ou seja, de não sujeito. Dessa forma, como mulher negra, não se sentia confortável em escrever numa língua que marcaria o colonialismo e o machismo em sua fala³⁴.

³⁴ Entendemos que todas as línguas são atravessadas por questões de poder. A língua portuguesa não é a única a incorporar o racismo e machismo em sua estrutura, mas fazemos esse apontamento na tese devido Grada Kilomba, naquele momento, se sentir mais confortável em escrever com uma língua diferente da sua materna.

Como apresentado, a linguagem e a língua não figuram como sistemas neutros e fazem parte de uma estrutura opressiva que indicava constantemente o lugar que Kilomba deve ocupar na sociedade, ou seja, de colonizada e de gênero inferiorizado, já que o português privilegia o masculino. A partir dessa fala, podemos perceber que para a autora a violência linguística era tão forte que preferiu escrever em outra língua por se sentir mais confortável. Lembramos o fato de que a tradução do livro da autora só chegou às livrarias do Brasil mais de 10 (dez) anos após a publicação do original. Não espantada com esse fato, a autora assinala que o tempo foi necessário para o amadurecimento social e para a publicação do seu livro em língua portuguesa.

Os tesouros na qualidade de linguagens – sistema de símbolos inter-relacionados que permitem que profissionais encarregados pelo tratamento e pelo processamento da informação representem e disseminem informações para que sejam encontradas, recuperadas, por usuários de informações – também não são neutros, pois respondem as visões de mundo daqueles que o constroem. Visões essas de que podem ser racistas, colonizadoras, machistas, LGBTfóbicas e outras, representando camadas de privilégios do centro e que constantemente excluem as margens.

A partir da fala de Grada Kilomba (2019) sobre a língua portuguesa ser uma língua marcada pelo colonialismo, indicamos algumas palavras que se apresentam como a visão do colonizador sobre o colonizado, como: denegrir, lista negra, mercado negro, criado mudo, mulata e outros. Os tesouros, assim como outros SOCs, também são colonizados, por utilizar dessas palavras para representar e expressar conceitos.

Para ilustrar como os tesouros veiculam as visões de mundo do colonizador, podemos apresentar o exemplo empírico do termo “mercado negro” no Vocabulário Controlado Básico (VCB) do Senado Federal (Brasil), imagem 1. Esse vocabulário é adotado por todas as bibliotecas integrantes da Rede Virtual de Bibliotecas³⁵:

³⁵ Integram a Rede Virtual de Bibliotecas: Biblioteca da Advocacia-Geral da União, Biblioteca da Câmara dos Deputados, Biblioteca da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Biblioteca do Ministério da Justiça, Biblioteca da Procuradoria-Geral da República, Biblioteca do Senado Federal, Biblioteca do Superior Tribunal de Justiça, Biblioteca do Superior Tribunal Militar, Biblioteca do Supremo Tribunal Federal, Biblioteca do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Biblioteca do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e Biblioteca do Tribunal Superior do Trabalho.

Imagem 1 – Mercado negro no VCB

Mercado negro
 UP Câmbio ilegítimo
 TR Câmbio negro
 TR Mercado paralelo
 DEF Aquele que caracteriza operações econômicas de oferta e procura de coisas e serviços úteis clandestinos, fugindo totalmente as regras padronizadas pela rotina e pelas autoridades.

Fonte: Brasil, 2017.

Três pontos chamam a atenção: (i) a permanência, ainda em 2023, de um termo que remete a um período tão traumático da história do Brasil – o tráfico de negras e de negros escravizados; (ii) a existência, no próprio vocabulário, de um termo mais apropriado eticamente para representar o conceito, ou seja, câmbio ilegítimo; (iii) a explicitação de uma definição que reafirma e torna as negras e negros como outro, inferiorizados, clandestinos e fora de normas e de padrões.

No entanto, a presença desse termo em um SOC não é exclusiva do VCB. O catálogo de autoridades da Biblioteca Nacional (Brasil) também possui o mesmo termo para a organização de suas informações, fimagem 2. A Library of Congress também utiliza o mesmo termo nas suas atividades de tratamento da informação.

Imagem 2 – Mercado negro no catálogo da Biblioteca Nacional (Brasil)

Mercado negro (Subdividido geograficamente)
 Termo tópico

Remissiva Ver Também (TR)
 Comércio TG

Nota geral pública
 Este cabeçalho pode ser subdividido por mercadorias

Outros vocabulários

Library of Congress
 Black market

Fonte: Catálogo da Biblioteca Nacional.

Nos dois exemplos apresentados, percebemos tesouros perpetuando opressões e violências (imagem 1 e imagem 2), no caso, relativas à raça. A linguagem foi portando o mecanismo para que esse termo figurasse como representação de um

conceito, pois é a partir de uma coleta terminológica que os tesouros são construídos, geralmente baseados em uma coleta em bibliografias e em documentos.

“Mercado negro”, principalmente na imagem 1, pela forma explícita com que trata o conceito demarca o lugar que negras e negros devem ocupar na sociedade, o que lhes é reservado, a clandestinidade e o desacordo com as regras e os padrões oficiais. Parafraseando Fanon (2008), o tesouro, ao falar *mercado negro*, exprime esta ideia: você aí, fique no seu lugar!³⁶.

Kilomba (2019) comenta a forma como negras e negros são representadas(os) com o alicerce de um vocabulário racista criado por pessoas brancas, o que pode ser o resultado do aparecimento e da permanência de termos como “mercado negro” no tesouro do Senado Federal do Brasil. Ela ainda chama a atenção para a mudança pela qual o racismo se vale para exercer um poder, que, inicialmente, era fortemente baseado numa superioridade biológica racial, mas que a nova forma de racismo é pautada principalmente na diferença cultural e em como ela é incompatível com uma determinada cultura hegemônica.

Referente a essa incorporação da identidade do colonizador e à criação de uma linguagem sobre o colonizado, Nascimento (2019, p. 11) aponta que

É preciso entender, portanto, o signo “negro” como um conceito novo, criado pela branquitude e não como um conceito natural. Ou seja, os negros africanos, antes de serem colonizados e sequestrados, não se chamavam como “negros” ou reivindicavam para si a identidade “negra” como “naturalmente” deles.

A palavra negra ou negro, em si, tem origem no colonizador, branco, que ao olhar o outro, neste caso o outro não é sujeito, parte de lugar apontado por Nascimento (2019) como ponto zero, ou seja, o colonizador parte de si para categorizar o outro como se fosse referência, padrão.

Nos cenários e nos contextos do uso de termos como “mercado negro”, o passado traumático (sequestro, tráfico, escravização e genocídio negro) são revividos por aqueles que veem suas ancestralidades encenadas na língua. Dessa forma, “a linguagem do trauma é, nesse sentido, física, gráfica e visual, articulando o efeito incompreensível de dor” (KILOMBA, 2019, p. 162). Nascimento (2019, p. 21)

³⁶ Trecho original (p. 46): o branco, ao falar *petit-nègre*, exprime esta idéia: “Você aí, fique no seu lugar!”.

acrescenta à fala de Kilomba (2019), ao afirmar que não há nada de pacífico na língua, de neutralidade, e sim “um lugar de muitas dores para muitos de nós”.

bell hooks (2019b) faz uma apreensão da força que a linguagem tem em oprimir o outro, fazê-lo inferiorizado. A estudiosa fala que a linguagem por ela usada, acadêmica norte-americana, “carrega o cheiro da opressão” (p. 73), ou seja, por mais que ela não veja claramente, está lá. Sempre presente e reforçando o seu lugar dentro daquela sociedade que “pertence”. Para autora, o oprimido está em constante confronto com a linguagem, em busca de recuperar a si e as “vozes [coletivas] que são silenciadas, reprimidas, quando somos dominados” (HOOKS, 2019b, p. 78). Vemos, pela sua fala, como a linguagem é uma força que luta em prol da permanência e da constante perpetuação do colonialismo.

Uma contribuição muito importante para discussão vem de Fanon (2008), que aponta como negros e negras são obrigados a conviver com a língua colonizadora e de como há um sentimento de inferioridade frente à “linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana” (p. 34). A partir dessa inferioridade, aqueles que conseguem se encaixar, se adaptar, aos valores culturais da metrópole, se distanciam do que ele chama de selva. Assim, a língua colonizadora ainda impõe: para que uma pessoa seja considerada culta, precisa encaixar-se na língua daquele que a oprime.

Como bem apontado por Nascimento (2019), a linguagem estabelece políticas de exclusão. Aqueles que – mesmo que não seja sua língua, mesmo que seja uma língua colonizadora, mesmo que seja uma língua pautada a partir de um trauma – conseguem se encaixar, são “incluídos”. Aqueles que não se adaptam à língua “cultura”, formal, são os excluídos. No Brasil, Lélia Gonzalez (1984) já falava de uma língua chamada “pretuguês” – um português tipicamente brasileiro, que era contraponto do português como língua “cultura” oficial. Aqueles que falam o português da norma “cultura”, são incluídos, aqueles que falam o pretuguês são excluídos³⁷.

Continuando com a perspectiva de como a linguagem é perpetuadora de opressões e de violências, e o tesouro como dispositivo que engendra essas opressões e violências, temos o exemplo de tesouro da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Nesse tesouro, até final de 2020, poderíamos encontrar o termo “homossexualismo” como autorizado para indexação de documentos, imagem 3.

³⁷ No Brasil Colônia, os indígenas e os negros eram obrigados a se comunicar em língua portuguesa. A língua também foi um instrumento de dominação cultural usado pelos colonizadores, provocando o desaparecimento de diversas línguas indígenas.

Imagem 3 – Homossexualismo no Tesouro da CIDH

Volver a: "H"

Homossexualismo

TA: [Derecho a la diferencia](#)
[Homofobia](#)

TR: [Bisexualismo](#)
[Lesbianismo](#)

Clas: 07.01.06.01.01

Fonte: Corte Interamericana de Derechos Humanos³⁸.

Frota, Ribeiro e Gomes (2017), em uma análise de qualidade do Tesouro da CIDH, revelaram e identificaram como a própria Corte, que deveria ser uma protetora dos Direitos Humanos, infligia, por meio da linguagem, opressões à comunidade LGBTQIA+. Após sua atualização, em 2021, o termo foi corrigido e agora aparece da forma correta “homossexualidade”. No entanto, o termo “bissexualidade” permanece com o sufixo “ismo”, e o termo “lesbianismo” foi retirado da apresentação alfabética do tesouro e, para ser encontrado, é necessário usar o campo de busca³⁹.

O sufixo “ismo”, anteriormente comentado, refere-se na literatura e na terminologia médica como indicações a patologias. Moura (2018b), discute de forma muito acertada sobre a origem e o uso do sufixo “ismo” associado ao termo “homossexual”. A terminologia médica faz uso desse sufixo para nomear algumas patologias, como por exemplo o “sonambulismo, reumatismo, tabagismo, alcoolismo” (MOURA, 2018b, p. 108). Ao usar o sufixo “ismo” para indicar pessoas que se relacionam sexualmente com outras do mesmo sexo, ou seja, o uso do termo homossexualismo, estabelece-se que o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo é uma doença, mas essa construção é histórica. De acordo com o autor,

o sentido trabalhado é o de doença e os sujeitos que reproduzem colocam em voga esse sentido. Não é um sentido no sufixo –ismo apenas. Há uma historicidade que atravessa essa palavra e faz exalar sentidos para uma comunidade que já ainda é cerceada de direitos (MOURA, 2018b, p. 105).

³⁸ Essa consulta foi feita em 2017. Contudo, o tesouro da CIDH permaneceu com o termo homossexualismo até 2020.

³⁹ O termo não apresenta nenhum relacionamento com os outros termos do tesouro.

Durante muitos anos, a comunidade LGBTQIA+ luta contra o estigma de que a homossexualidade seja uma patologia, mesmo que desde 1990 a OMS a tenha retirado do rol de doenças. Essa classificação ainda é uma dor e um trauma que remonta a procedimentos, tratamentos, agressões físicas e psicológicas, exclusões e outras violências que tinham por objetivo a “cura” da homossexualidade. Mais de 30 anos após o reconhecimento da OMS de que a homossexualidade não é uma doença, ainda vemos iniciativas que prometem a reversão da orientação sexual, como é o exemplo da liminar⁴⁰ emitida pela 14ª Vara de Justiça do Distrito Federal, em 2017. A referida liminar permitia que psicólogos oferecessem tratamentos de reversão de orientação sexual, mesmo em desacordo com as normas do Conselho Federal de Psicologia, remontando todo o contexto da homossexualidade como doença.

O posicionamento social da homossexualidade como doença, que é reforçado por discursos religiosos, demonstra desprezo, rejeição e aversão aos homossexuais, e é reverberado por meio da linguagem com termos pejorativos, que têm por objetivo ferir e minorizar a comunidade LGBTQIA+. Judith Butler (1997), ao falar dos discursos de ódio, afirma que a linguagem é tão poderosa, que pode, mesmo sem um corpo material, provocar uma dor física nas pessoas. Dessa forma, sobre a fala de Butler (1997), associada ao trauma da comunidade LGBTQIA+ frente aos tratamentos de reversão da orientação sexual, nos importa dizer que sempre que nos defrontamos com termos como “homossexualismo” uma dor é remontada em nosso corpo, seja ela psicológica ou mesmo física.

A representação do homossexual retoma sempre lugares de uma normalização da sexualidade humana. O termo apresentado pelo Tesouro da CIDH é um exemplo de como há uma tentativa de não somente padronizar a sexualidade, mas de ferir aqueles que, a partir da linguagem, seriam os representados – ocupando um lugar à margem, oprimidos. Assim como no termo “mercado negro” o tesouro da CIDH informa o lugar que homossexuais devem ocupar na sociedade, ou seja, o lugar de doentes, aqueles que precisam ser salvos. Pedra (2020) nos lembra que a linguagem possui papel importante na sociedade e que é preciso que ela evolua.

⁴⁰ Em 2018, o Conselho Federal de Psicologia entrou com uma representação no Supremo Tribunal Federal solicitando suspensão da liminar. O julgamento e a votação só ocorreu em 2020 e, por unanimidade, determinou improcedente a oferta e a prática de tratamentos de reversão de orientação sexual.

Lembramos que comunidade LGBTQIA+ não se forma somente em torno da sexualidade, mas também por questões de gênero.

Butler (2020), que tem uma produção bibliográfica de interesse às questões de gênero, aborda como o imaginário social, por meio da linguagem, constitui os discursos hegemônicos que limitam em uma binaridade, homem-mulher, a diversidade humana e que a mulher ocupa um lugar inferior ao homem, importando aqui uma visão hierárquica. Essa binaridade encobre e silencia um espectro de possibilidades de gênero que, mesmo que entenda a impossibilidade de uma representação completa desse espectro, limita em apenas dois gêneros que são hegemonicamente dominantes.

Do mesmo modo que falas anteriores, como a de Grada Kilomba (2019) e de hooks (2019b), Butler (2019, p. 212) também faz um chamado para a necessidade de se mover “esforços no sentido de desenvolver vocabulários alternativos para pensar sujeitos emergentes e sobre as linguagens, meios de comunicação e idiomas efetivos para emancipação política”. Essa fala reivindica a necessidade de se repensar elementos estruturantes da sociedade, como a linguagem, para que se possibilite aos sujeitos uma vivência social plena.

Outro apontamento da autora que pode ilustrar como em uma linguagem circunscrita sobre questões de um gênero dominante há um outro dominado, inferiorizado, temos:

As mulheres são o “sexo” que não é “uno”. Numa linguagem difusamente masculinista, uma linguagem falocêntrica, as mulheres constituem o *irrepresentável*. Em outras palavras, as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma ausência e opacidade linguísticas. Numa linguagem que repousa na significação unívoca, o sexo feminino constitui aquilo que não se pode restringir nem designar (BUTLER, 2020, p. 31).

A mulher passa a ocupar um lugar fora do centro, isto é, à margem da sociedade. A linguagem constantemente a informará do seu papel, do seu lugar. Mesmo mulheres que conseguem resistir às formas hegemônicas de exercício do poder, seja assumindo papéis como presidentas, reitoras, pesquisadoras, executivas e outras, sempre estarão subjugadas pela linguagem. Uma fala de Ailton Krenak (2020) é bem reflexiva de como o papel da mulher em nossa sociedade, tida por alguns como pós-moderna e que é marcada por uma cultura europeia, colonizadora, e corrompida. Em sua explicação, ele lembra que nas culturas mais antigas,

destacando China, Índia e as Américas, a figura feminina era sempre a de uma provedora maternal, ao ponto que a figura masculina irrompia sempre em um sentido de destruição e de dominação.

Mesmo em culturas antigas, como nos apontou Krenak (2020), a figura masculina já irrompia como um papel de dominação e de destruição, contudo, como manter-se na posição de grupo hegemônico, que controla o discurso e subjuga o outro, ou melhor, a outra, se não por meio de aparatos, de dispositivos que não somente o mantivesse no centro, mas que impossibilitasse que a figura feminina ocupasse o mesmo lugar que ele? O discurso/narrativa sobre o gênero passa então a ser um elemento de disputa social, indo parar nos SOCs, onde lhe cabe a função de circunscrever o feminino e outras muitas camadas que não estão no centro, de forma à manutenção de poder de uns sobre os outros. Essa realidade de disputa de gênero nos tesouros pode ser vista na tese de doutorado de Trivelato (2022).

Voltando aos dois exemplos de termos presentes em tesouros, “mercado negro” no VCB e “homossexualismo” na CIDH, representam grupos, comunidades, que foram historicamente e socialmente silenciadas e excluídas, fazendo com que sempre fossem representados pelos seus opressores. Esses termos são ilustrativos para a nossa discussão, mas vemos uma série de outras comunidades sendo indevidamente representada em tesouros e em outros SOCs.

Ainda na busca de compreender o papel que os tesouros desempenham enquanto dispositivos, apresentamos um exemplo mais próximo ao tema de estudo desta tese. O exemplo que apresentamos se refere ao Tesouro da Escola Nacional de Administração Pública^{41,42} (ENAP), órgão vinculado ao Ministério da Economia, em que encontramos uma representação distorcida da verdade sobre a ditadura, com o termo “revolução de 1964”, imagem 4.

⁴¹ Pesquisa realizada no dia 13 de outubro de 2022.

⁴² O Tesouro da ENAP é utilizado oficialmente somente no âmbito do órgão. Contudo, não é reconhecida a repercussão que há na utilização deste tesouro na padronização de SOCs de outras instituições, sejam públicas ou privadas.

Imagem 4 – Termo Revolução de 1964 no Tesouro da ENAP

REVOLUÇÃO DE 1964

[Início](#) / [OUTRAS MATÉRIAS](#) / [CIÊNCIAS HUMANAS](#) / [HISTÓRIA](#) / [REVOLUÇÃO](#) / [REVOLUÇÃO DE 1964](#)

[Termo](#) [Notas](#) **1** [Metadados](#)

REVOLUÇÃO DE 1964

Termos não preferidos

[UP](#) [Golpe de estado de 1964](#)

[UP](#) [Golpe militar de 1964](#)

Termos genéricos

[TG](#) [REVOLUÇÃO](#)

Fonte: Tesouro da ENAP.

Algumas considerações sobre o termo “revolução de 1964” precisam ser feitas: i) é um termo recentemente incluído (em 18 de junho de 2019); ii) a presença de termos mais adequados com a verdade assumida pelo Estado pós-ditadura, em especial após a publicação do *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade*; iii) a discrepância entre a nota de escopo e o termo.

Sobre a discrepância entre a nota de escopo e o termo, trazemos na íntegra o texto presente no Tesouro:

Designa o conjunto de eventos ocorridos em 31/03/1964 no Brasil, e que culminaram no dia 01/04/1964 em um **Golpe de Estado**, que interrompeu o governo do presidente João Belquior Marques Goulart, também conhecido como Jango, que havia sido democraticamente eleito vice-presidente pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – na mesma eleição que conduziu Jânio da Silva Quadros à presidência pela União Democrática Nacional (UDN). Jânio renunciou ao mandato no mesmo ano de sua posse (1961) e quem deveria substituí-lo automaticamente e assumir à Presidência era João Goulart, segundo a Constituição vigente à época e promulgada em 1946. Porém este se encontrava em uma viagem diplomática na República Popular da China. Militantes então acusaram Jango de ser comunista e o impediram de assumir seu lugar como mandatário no regime presidencialista. Depois de muita negociação, os apoiadores de Jango e a oposição acabaram fazendo um acordo político pelo qual se criaria o regime parlamentarista, passando João Goulart a ser chefe-de-Estado. Em 1963, porém houve um plebiscito e o povo optou pela volta do regime presidencialista. João Goulart, finalmente, assume a presidência da República com amplos poderes, o que tornou aparente vários problemas estruturais na política brasileira acumulados por décadas que precederam a **golpe** e disputas de natureza internacional, desestabilizando o governo. O **Golpe de 1964** submeteu o Brasil a uma **ditadura militar** alinhada politicamente com os interesses dos Estados Unidos da América, que durou até 1985, quando, indiretamente, foi eleito o primeiro presidente civil desde 1964, Tancredo Neves (ESCOLA..., 2022, sem p., grifo nosso).

Com intenção de ampliar a permanência que o termo “revolução de 1964” tem nos SOCs, encontramos, em pesquisa ao catálogo da biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisa no índice de autoridades, termos que se referem ao Golpe Militar desferido ao Brasil em 1964 como uma “revolução”, imagem 5, como foi visto no Tesouro da ENAP.

Imagem 5 – Termo Revolução de 64 no catálogo da biblioteca da UFMG

The image shows a screenshot of a library catalog interface. At the top, there is a blue header with the text 'Autoridade / Índice'. Below this, there is a search bar with two buttons: 'Visualizar' and 'Visualizar Marc'. The main content area is a table with two columns. The first column contains the text 'CABEÇALHOS - NOME GEOGRÁFICO' and 'REMISSIVA (VER) - CABEÇALHOS TÓPICOS'. The second column contains the text 'História Revolução, 1964.' and 'Golpe militar de 1964. Revolução de 1964.'

Autoridade / Índice	
	Visualizar Visualizar Marc
CABEÇALHOS - NOME GEOGRÁFICO	História Revolução, 1964.
REMISSIVA (VER) - CABEÇALHOS TÓPICOS	Golpe militar de 1964. Revolução de 1964.

Fonte: Catálogo de biblioteca da UFMG.

Não somente o termo “história - revolução, 1964” apareceu no catálogo. Outras variações estão presentes, como: “história - revolução, 1964 - ficção”, “história - revolução, 1964 - crônicas”, “história - revolução, 1964 - narrativas pessoais”, “história - revolução, 1964 - teses”. Todos esses termos colocam o período da Ditadura Militar, entre 1964 e 1985, como uma revolução, ou seja, um período de transformações, no sentido de desenvolvimento. Este termo se alinha a um discurso falacioso de que a ditadura militar no Brasil foi um período de grande desenvolvimento e que os militares estavam “salvando” o Brasil. Mais sobre a ditadura e seu contexto de graves violações de Direitos Humanos e a corrosão provocada na democracia brasileira serão apresentadas no próximo capítulo.

Christofolletti (2000) nos aponta a transição não somente como um evento histórico-político, mas também discursivo. A transição, dessa forma, é atravessada pela linguagem que a constitui. As diversas forças que atuam na tentativa de construir, em termos do discurso, e que gera um campo de conflito simbólico relativo ao que será e como será conhecido o período, tanto a ditadura quanto a própria transição. O autor ainda acrescenta que

Esta transição em curso mostrou-se também como uma transação no discurso, revelando movimentos nos sentidos que nem a história nem a sociologia poderiam pontuar, posto que estas mudanças circulam necessariamente no plano do discurso. É nesta dimensão, que os deslocamentos se materializam, se apresentam. É neste terreno, nesta esfera que as palavras, as expressões conspiram e conchavam para determinar certos sentidos, certas ocorrências (CHRISTOFOLETTI, 2000, p. 112).

Ainda de acordo com as informações coletada no catálogo de biblioteca da UFMG, 140 títulos estão indexados com o termo “história - revolução, 1964”. Dentre os títulos indexados temos um que podemos pegar como exemplo:

REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá.; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves.; REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; TOLEDO, Caio Navarro de.; BORGES, Maria Eliza. **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Baurú, SP: EDUSC, 2004.

Esse livro foi indexado com os seguintes termos:

Ditadura e ditadores - Brasil;

Brasil - História, Detalhes;

Brasil - Política e governo - História;

Brasil - História - Revolução, 1964.

Ressaltamos três aspectos sobre o livro e as informações bibliográficas geradas sobre ele: i) os autores, em especial Rodrigo Patto Sá Motta, professor da UFMG, terem vasta publicação apresentando historicamente as violações de DH cometidos a ditadura militar; ii) o próprio título da obra explicitar o lugar político do qual se trata a ditadura, enquanto golpe; e iii) a presença de termos ambíguos que apontam o período de 1964 à 1985 como um período ditatorial (termo: Ditadura e ditadores - Brasil) e como um período de desenvolvimento (Brasil - História - Revolução, 1964).

Os apontamentos sobre o termo “Brasil - História - Revolução, 1964” no contexto desta seção são relevantes para demonstrar como o tesouro é capaz de carregar um discurso hegemônico, a partir de uma não verdade para manutenção de um *status* histórico-político daqueles que se mantiveram no poder e que ainda tentam manipular a história e a memória, mesmo com as diversas denúncias, documentos e pesquisas científicas que demonstram o contrário. Para tanto, o tesouro no cumprimento de um papel ético com a diversidade social, cultural e política, deve ter também uma atenção com a verdade.

A presença de termos como “revolução de 1964” em tesouros e outros SOCs ocultam e silenciam os horrores que estão por trás da ditadura brasileira. Há um fato político na inclusão e manutenção desse termo no catálogo da biblioteca da UFMG. Nos lembramos aqui da exposição feita por Saldanha *et al.* (2018) sobre a OC ser uma atividade política. Nos cabe, então, pensar e questionar os fatos e as reverberações que esse termo possui para, entre outras coisas, nos últimos anos, vermos um vasto discurso de aclamação da ditadura, solicitações de seu retorno e a banalização das diversas violações de DH ocorridas naquele período.

Os tesouros, enquanto não forem criadas estratégias de distanciamento da linguagem opressora, ou que a própria linguagem se modifique, vão continuar atuando como dispositivos na ótica de Foucault (2015), pois é a linguagem que operacionaliza a manutenção do poder e da dominação.

2.2 Tesouros e o compromisso com a diversidade e verdade

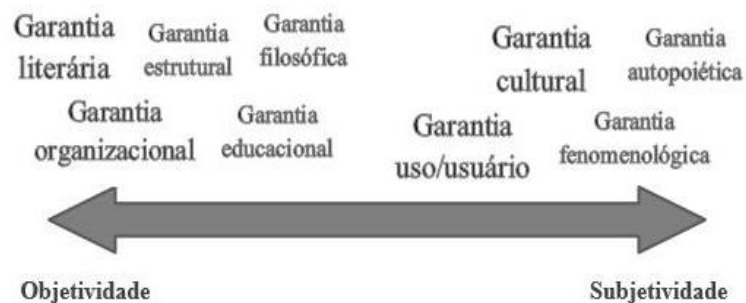
Anteriormente, tentamos construir um caminho teórico que situasse, ou, minimamente, delineasse um entendimento sobre o que é a OSC. Também nos dedicamos a demonstrar como os tesouros se enquadram no conceito de dispositivo proposto por Foucault (2015), cumprindo assim uma lógica hegemônica de poder e de dominação do conhecimento. Dentro desse percurso, apresentamos a importância da linguagem para o processo de OC e como ela é capaz de perpetuar violências. Contudo, para finalizar o caminho teórico sobre OSC, iremos tratar das garantias e de modelos de construção de tesouros, bem como da busca por um instrumento que cumpra o compromisso ético com a diversidade e a verdade.

A relevância de tratarmos sobre as garantias e modelos de construção de tesouros retoma o trabalho de Moura (2018a), apresentado na primeira parte deste capítulo, que, além de outros elementos, alertou sobre a essência positivista no processo de autorização de termos e de conceitos nos SOCs. Portanto, faz-se necessário refletirmos não somente sobre as garantias usadas na construção de SOCs, mas também os modelos de construção de tesouros e como eles irão permitir, numa maior ou menor proporção, a inserção de termos e conceitos emergentes a partir das comunidades de interesse, que diariamente movimentam, seja na criação, exclusão ou circulação de uma terminologia que lhe é própria e que reflete uma série de relações com a cultura, com a sociedade e com a política.

Há uma quantidade de garantias que são usadas nos processos de construção de SOCs. Barité (2019) identificou 21 (vinte e uma) dessas garantias que foram se elaborando ao longo dos anos. De acordo com o autor, a primeira garantia foi a de uso, criada em 1876, por Cutter. A última garantia identificada pelo autor, e que corresponde ao recorte temporal de sua pesquisa, data de 2017 e se chama “garantia política”. Em sua análise, Barité (2019) classificou cada uma dessas garantias em relação ao seu enfoque mais próximo ao empirismo, ao pragmatismo e ao racionalismo. A partir dessa classificação, é possível identificar aquelas garantias que se adequam ao positivismo apontado por Moura (2018a).

Guedes e Moura (2016) também fazem apontamentos sobre uma relação das garantias com uma objetividade ou subjetividade, em que podemos atribuir à objetividade um caráter positivista e a subjetividade um caráter qualitativo. Diferentemente de Barité (2019), que classificou as garantias em três classes ou categorias, Guedes e Moura (2016) fazem essa relação, ao que parece ser, em um espectro, ou seja, não se faz numa relação de sim ou de não – é ou não é objetiva ou subjetiva –, mas sim em aproximações e em distanciamentos. Isso gera uma escala de localização dessas garantias dentro de um espectro que tem em uma ponta a objetividade, positivismo, e na outra ponta está a subjetividade, qualitativo. Essa relação pode ser vista na figura 1, elaborada pelos autores.

Figura 1 – Perspectivas de garantia dispostas sob vertentes objetiva/subjetiva



Fonte: Guedes e Moura (2016, p. 13).

Ao olhar a figura, percebemos que a garantia mais próxima da objetividade são as garantias literária e organizacional. Na outra ponta, mais próximo à subjetividade, temos as garantias autopoietica e a fenomenológica. Essas garantias mais próximas às pontas estabelecem a maior relação dialógica de proximidade e ou

afastamento com as duas características apontadas, objetividade e subjetividade. As outras garantias carregariam tanto a objetividade como a subjetividade em medidas diferentes. A garantia de uso/usuário, que está localizada mais próxima ao centro, estabelecerá uma maior quantidade de relações, tanto com a subjetividade, da qual possui maior proximidade, quanto com a objetividade.

Como esta seção tem por objetivo encontrar um caminho possível para pensarmos tesouros que cumpram com um papel ético frente à uma sociedade em que as relações se complexificaram e constantemente demanda maior representatividade de diversidade e de compromisso com a verdade, discutiremos algumas dessas garantias para esclarecer como elas operam no processo de construção de SOCs, em especial os tesouros e suas características que permitiram alcançar a diversidade e verdade almejada. Usaremos, para tanto, a síntese das garantias elaborada por Trivelato (2022, p. 74) no quadro 1.

Quadro 1 – Tipologia das formas de autorização de termos (garantias)

Nome	Autor, ano.	Definição
Garantia de uso / Common usage	Cutter, 1876	O usuário é o “árbitro supremo” para “a escolha de nomes e assuntos”. Em ambientes digitais, folksonomias marcam de forma colaborativa conteúdos (BARITÉ, 2018, p. 528-529) ⁴³
Garantia literária / Literary warrant	Hulme, 1911	A garantia literária pode ser geralmente caracterizada como o conjunto de tópicos ao redor dos quais uma literatura foi estabelecida” (Beghtol, 1995, p.31)
Consenso científico / filosófico e educacional / Scientific/ philosophical & educational warrant (consensus)	Bliss, 1929	Para Bliss, então, parte da garantia semântica autorizada de uma classificação de biblioteca repousava em sua conformidade com as necessidades práticas das instituições educacionais e esta utilidade prática tornava uma classificação de biblioteca relativamente permanente ao responder a o melhor pensamento consensual das comunidades científicas e educacionais (BEGHTOL, 1986, p. 126).
Garantia cultural / Cultural warrant	Lee, 1976	Deve contribuir para evitar formas de linguagem discriminatória, sexista ou pejorativa na seleção e formalização dos termos de indexação, adotando uma postura ética e uma política de construção da cidadania (BARITÉ, 2018, p. 529).
Garantia de usuário / User warrant	Lancaster, 1977	O criador de um vocabulário controlado deve saber uma quantidade considerável sobre os usuários potenciais de seu sistema e sobre os tipos de solicitações que eles provavelmente farão (BARITÉ, 2018, p. 528).

⁴³ Sublinhamos que Cutter não tratava sobre as folksonomias, mas é uma acepção recente sobre a garantia de uso/usuário. O autor tinha um entendimento positivista e voltado a determinados grupos privilegiados para validar termos e conceitos em um Sistema de Organização do Conhecimento.

Garantia acadêmica / Academic warrant Semelhante à garantia científica / filosófica e educacional.	Sachs e Smiraglia 2004	É especialmente valiosa porque avalia as soluções encontradas na perspectiva de especialistas que, por sua vez, são usuários qualificados de sistemas de informação (BARITÉ, 2018, p. 528).
Garantia Autopoiética / Autopoietic Warrant	Mai (2011)	No contexto das folksonomias, a autoridade é criada dentro do sistema e os usuários do sistema, de forma autorreferencial, estabelecem os termos e classes a serem incluídos. Nesse caso, a autoridade do sistema emergiria de seu uso (MARTINEZ-ÁVILA ; BUDD, 2017, p. 701)

Fonte: Trivelato (2022, p. 74 com alterações).

Algumas garantias que apareciam no quadro anterior foram suprimidas, pois o objetivo é trabalharmos com as garantias apontadas por Guedes e Moura (2016), que aparecem na figura 1. Para isso, faremos a complementação do quadro com mais três garantias, são elas: garantia organizacional, garantia estrutural e garantia fenomenológica, quadro 2.

Quadro 2 – Tipologia das formas de autorização de termos (garantias) - complementação

Nome	Autor, ano.	Definição
Garantia organizacional / Organizational warrant	National Information Standards Organization, 2005	a determinação da garantia organizacional requer a identificação da forma ou formas de termos que são preferidos pela organização ou organizações que irão fazer uso de um sistema de vocabulário controlado. Nesse sentido, a garantia organizacional cobre conceitos de um domínio ou justifica a seleção de um termo preferido baseado nas características ou contexto da organização a qual está se desenvolvendo o SOC (ZENG apud GUEDES, 2016, p. 83)
Garantia estrutural / Structural warrant	Svenonius, 2000	a garantia estrutural cobre termos que tem a função de estabelecer relacionamentos ou referências úteis entre os demais termos de um sistema, isto é, estabelece os relacionamentos que faltam em um arranjo hierárquico, normalmente em posição de renque para a correlação de termos muito específicos (SVENONIUS apud GUEDES, 2016, p. 83)
Garantia fenomenológica / Phenomenological warrant	Ward, 2000	Para a seleção de conceitos, esta proposta de garantia busca privilegiar os atos de consciência da comunidade usuária frente às necessidades de informação relacionadas a um determinado domínio. Essa foi a proposta de Ward (2000) ao trabalhar com a consistência terminológica de bases de dados de grandes proporções — e que com probabilidade de ter mais usos de termos em vários contextos — e bases de dados de pequenas proporções — que, embora menor, apresentou os mesmos problemas (GUEDES, 2016, p. 83)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com esse quadro conceitual de Trivelato (2022) e a complementação, podemos entender o que cada uma das garantias propõe e partiremos para uma discussão sobre essas dez garantias.

As duas garantias mais comentadas, recorrência quando tratamos de construção de SOCs, são as garantias literária e de uso. Inclusive, a American National Standards Institute, em sua norma ANSI/NISO Z39-19/2010 (AMERICAN..., 2010, tradução nossa) – Manual para Construção, Formato e Gerenciamento de Vocabulários Controlados Monolíngues⁴⁴ –, aborda somente três garantias no processo de construção de tesouros, as garantias já mencionadas e a garantia organizacional. Duas delas, garantia literária e garantia organizacional, figura 1, estariam mais próximas à objetividade, enquanto a garantia de uso/usuário, dentre as que estão mais próximas à subjetividade, se localiza, dentro do espectro, mais fronteira com a objetividade.

Para encaminhar melhor a discussão, trazemos uma citação sobre a garantia literária. De acordo com Dias (2015, p. 12, destaque nosso) “a garantia da literatura é uma **condição necessária** para a construção de sistemas de classificação, tesouros e outros vocabulários controlados”. Chama a atenção, por este motivo o uso do destaque, a autora apontar a garantia literária como “condição necessária” à criação de tesouros, ou seja, para a construção do instrumento a garantia literária seria fundamental e indispensável. Essa afirmação da autora gera uma dúvida: inevitavelmente, a garantia literária é indispensável para construção de SOCs? Ou será que, com o tempo, devido a uma busca por economia de significado, comentado por Cintra *et al.* (2002) e Dodebei (2002), objetividade e cientificidade (positivista) no processo, a garantia literária ganhou destaque?

Dentro da biblioteconomia e da CI, é comum a criação de SOCs com o objetivo de representar o conhecimento de materiais bibliográficos e documentais. Contudo, não necessariamente a criação desses SOCs deva basear-se, como fonte de informação para coleta terminológica, em uma literatura produzida e publicada. A primeira garantia, como já apontamos, foi a garantia de uso. Por aproximadamente 35 anos, até o surgimento da garantia literária em 1911, teve-se “como uma força paralela de pensamento, na qual o leitor, como usuário e frequentemente criador de literatura,

⁴⁴ No original: Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies

deveria ser empregado como uma fonte para se conhecer a linguagem mais apropriada para a indexação” (GILCHRIST *apud* GRACIOSO, 2010, p. 146). Era a repetição do uso de termos nas buscas em sistemas de informação que autorizava ou validava a presença de um termo ou de um conceito no SOC.

Não é uma fala de desfazimento da importância da garantia literária nos processos de construção de tesouros e outros SOCs, mas uma indicação de que não é uma relação axiomática a presença da garantia literária para a validação dos termos e conceitos em um instrumento de representação da informação. A escolha dessas garantias deve ser feita de forma acurada e em relação ao domínio e ao público que irá utilizar esse tesouro. Assim, será possível que o tesouro reflita com mais proximidade as comunidades de interesse e suas relações culturais, sociais e políticas.

Dias (2015) ainda traz mais um traço relevante sobre a garantia literária. Conforme sua fala, a garantia literária traria ao processo de construção de SOCs, no nosso caso os tesouros, a validação pelos “pares”. Dessa forma, as fontes bibliográficas já trariam intrínsecas a si, um critério de validação. Contudo, temos que analisar, pelo contexto da fala da autora, que está se tratando de fontes bibliográficas do âmbito científico e acadêmico. A validação por pares, geralmente, ocorre dentro desse âmbito. É preciso pensar se os materiais bibliográficos que não passaram por um processo de validação pelos pares ou por um processo editorial com avaliação de um comitê, científico, artístico ou cultural, teriam lugar para a garantia literária.

Essa apreensão sobre a ciência e academia como elementos para validação de fontes é própria da garantia filosófica, apresentada por Trivelato (2022) como semelhante à garantia acadêmica. Essa garantia “é consistente com o consenso científico e filosófico e baseia-se na autoridade da academia e de pesquisa” (GUEDES; MOURA, 2016, p. 83). Ou seja, os termos e os conceitos seriam validados pela sua presença enquanto terminologia científica e acadêmica, dentro das possibilidades de fontes de informação produzidas pela ciência e pela academia. À vista disso, ao elencar a garantia filosófica como critério de validação, estar-se-ia fechando, ou cercando, as vozes que falariam ou que seriam representadas dentro do tesouro. Falariam e seriam representadas as demandas e interesses acadêmicos e científicos, que nem sempre andam em alinhamento com as demandas e terminologia fora deste âmbito.

Cabe, neste momento, ressaltar que o uso de uma garantia não invalida o uso de outras no mesmo processo de construção de tesouros. A conjunção entre o uso da garantia literária com a garantia filosófica, pode ter resultado na fala de Dias (2015) relativa ao uso de fontes bibliográficas do âmbito científico e acadêmico para construção de tesouros. Não é possível, a partir da leitura do artigo da autora, afirmar que essa é uma relação explícita para ela, mas é um possível reflexo do uso constante de bibliografias científicas e acadêmicas no processo de construção dos tesouros e outros SOCs.

A garantia educacional é apontada por Trivelato (2022) e Barité (2019) como semelhantes à garantia filosófica. Para ajudar, uma explicação nos ajuda a entender melhor o que é a garantia educacional. Guedes (2016, p. 84) declara que:

Um SOC orientado pela garantia de educação responde às necessidades pedagógicas ou às necessidades específicas de uma instituição. De acordo com Coates (1979), a garantia educacional produz classes que são em sua maioria a base da linguagem do domínio em interesse, gerando também outros fenômenos, como a hospitalidade de outras instituições voltadas ou guiadas por missões semelhantes.

Podemos elaborar, a partir da fala do autor, que ao passo que a garantia filosófica busca a validação dos termos e conceitos nos âmbitos científicos e acadêmicos, a garantia educacional buscaria essa validação no âmbito educacional, ou seja, instituições educativas, por isso a indicação de semelhança. Entendemos que apesar de diferenças pouco marcantes, os âmbitos científico, acadêmico o educativo são muito próximos e resguardam relações muito próximas.

Uma característica da garantia educacional apontada por Guedes (2016) é a sua relação com as necessidades de uma instituição, ou seja, a validação dos termos e dos conceitos responderiam às instituições, neste caso, as instituições educativas. Muito próximo a essa ideia de uma instituição/organização dando validade a inserção, manutenção ou exclusão de um termo ou conceito dentro dos tesouros é muito própria da garantia organizacional, como pode ser visto no quadro 2. Dessa forma, a escolha de um termo ou de um conceito responderia aos valores, cultura e ambiente organizacional. A instituição seria a fonte de informação de coleta terminológica para construção do tesouro. A apreensão de uso da garantia organizacional faz-se relevante quando tratamos de tesouros que serão usados unicamente em uma organização. Tesouros, como é o caso do Vocabulário Controlado Básico, do Senado

Federal, que é utilizado por diversas instituições para indexação de materiais bibliográficos, poderia gerar conflitos de valores e culturas organizacionais.

A garantia estrutural possui uma relação de completude do tesouro ou outros SOCs. Dessa forma, termos e conceitos seriam aceitos, ou validados, em um tesouro para complementação do desenho do domínio representado. Guedes (2016), a partir de Kless *et al.*, aponta que a garantia estrutural, pensando a estrutura do tesouro, estaria preocupada com a “navegabilidade” do instrumento de representação pelo usuário e pelo profissional indexador. Essa garantia permitiria, ou permite, que espaços vazios no tesouro sejam preenchidos para dar um sentido de abrangência e de representação do domínio.

Temos, até este ponto, que: i) a garantia literária usa como fonte de validação dos termos e dos conceitos da literatura produzida no registro do conhecimento; ii) a garantia filosófica seria baseada nas fontes científicas e acadêmicas; iii) a garantia educacional seria similar à garantia filosófica, mas com uma relação mais próxima à instituições educacionais; iv) a garantia organizacional aponta a validação de termos e de conceitos a partir dos interesses de uma organização; e v) a garantia estrutural traz a possibilidade de complementação do tesouro para elaboração do desenho de um domínio. Essas garantias estariam localizadas mais próximas à objetividade, ou seja, ao positivismo.

Agora, abordaremos as garantias localizadas mais próximas à subjetividade. Anteriormente, já comentamos da garantia de uso, mas cabe acrescentar mais algumas questões sobre ela. A primeira é a relação entre a garantia de uso e a garantia de usuário. Alguns autores fazem a separação das duas. Contudo, acompanhando Guedes (2016), trataremos as duas como uma só devido à sua similaridade e já entendendo que o uso recorrente de um termo se faz através dos usuários. Temos que a garantia de uso/usuário faria a validação (inclusão, manutenção e exclusão) de um termo a partir de sua frequência nas buscas e solicitações feitas pelos usuários. Percebemos, então, que a fonte de informação é o usuário.

Cabe ressaltar, como mencionado anteriormente, que há a possibilidade de associação de garantias nos processos de construção de tesouros. Guedes (2016) aponta em sua tese, quando aborda a garantia de uso/usuário, a união da garantia literária e a garantia de uso. À vista disso, é coerente pensar, dentro do processo de construção de tesouros, a possibilidade de associação de garantias que permitam a

inserção de vozes mais diversas e a verdade. Fugindo de um padrão positivista, caberia abandonar perspectivas muito racionalistas dos métodos e processos de construção de tesouros para pensar perspectivas mais abrangentes, amplas. Que as escolhas sejam pensadas para cada tipo de domínio e público-alvo, ao invés de reprodução de processos amplamente ratificados, mas que se aplicam em outros domínios e a outros públicos-alvo.

A garantia cultural – aqui temos uma grande aproximação teórica e possibilidade prática – é necessária para alcançarmos tesouros comprometidos com a diversidade social, cultural e política e, também, com a verdade. Guedes e Moura (2016, p. 13) colocam que “qualquer tipo de sistema de organização e/ou representação do conhecimento pode ser maximamente conveniente e útil para as pessoas de uma cultura apenas se estiver baseado nos pressupostos, valores e predisposições da mesma cultura”. Essa apreensão feita pelos autores nos indica que ao incluir pressupostos, valores e predisposições culturais de uma comunidade de interesse em um tesouro, por exemplo, esse poderia ter uma efetividade maior em representação de um domínio. As fontes de informação para a garantia cultural são as mais diversas possíveis, desde que as fontes permitam a identificação dos pressupostos, valores e predisposições de uma cultura, de um grupo social, de uma comunidade.

Guedes e Moura (2016) ainda observam que alguns traços culturais são de difícil reconhecimento, principalmente se o olhar for de fora. Portanto, a garantia cultural seria uma estratégia de construção de tesouros, em que a validação de termos e de conceitos seriam a partir do reconhecimento das nuances de uma cultura.

É então compreensível que um SOC construído com base também na garantia cultural poderá ser mais representativo na forma de organização e compreensão que um grupo de pessoas tem de uma área específica. É uma forma de buscar no usuário o significado que ele dá aos elementos do SOC e ao próprio sistema (GOMES, 2019a, p. 69).

A garantia cultural se mostra como uma possibilidade para chegarmos a tesouros que tenham um compromisso com a diversidade e com a verdade, pois, ao reconhecer as demandas de uma comunidade de interesse, vinculada a um domínio, espera-se que essas nuances fiquem mais claras e possibilitem o reconhecimento da relação das pessoas com a linguagem. Como visto na seção anterior, a presença de termos desrespeitosos reflete uma cultura, que é hegemônica e dominante. O

compromisso ético dos tesouros precisa ser superado com a devida atenção às diferenças sociais, culturais e políticas.

Pinho (2006) nos ajuda a entender melhor a importância da garantia cultural para o compromisso ético dos tesouros. O autor afirma que “um sistema que não é estabelecido sob o aspecto da garantia cultural não será adotado para busca e recuperação, uma vez que o usuário não reconhecerá nele sua visão de mundo representada” (PINHO, 2006, p. 92). Essa fala lembra os termos desrespeitosos que vimos na seção anterior. Um usuário negro, não se reconhecerá num tesouro que o coloca como clandestino, que foge a regras e padrões. O mesmo acontece com homossexuais, que, ao olharem o tesouro da CIDH, encontraram-se representados a partir de um discurso imoral criado, disseminado e perpetuado para patologizar sua existência. Nessa direção, Beghtol (1986, p. 121) acrescenta que

garantias culturais influenciam a operacionalização racional subjacente sobre o qual os sistemas de classificação dependem de significado e utilidade. Para investigar a garantia cultural além do nível intuitivo ou observacional, as técnicas e os resultados de campos como sociologia, sociologia do conhecimento e antropologia social/cultural deveriam ser aplicados ao estudo dos sistemas de classificação bibliográfica.

Esse apontamento da autora importa superar a ideia de que um tesouro precisa ser somente uma ferramenta técnica, uma aproximação com uma visão de neutralidade da CI. Não basta que um tesouro seja útil, ou seja, que sirva à indexação de materiais bibliográficos e outros documentos, é preciso que ele tenha significado àqueles que o utilizam, que muitas vezes são representados dentro desses instrumentos e não se veem refletidos.

Hospitalidade cultural também foi postulada por Beghtol, a qual é compreendida como a possibilidade de um tesouro, ou outro SOC, possuir uma compreensão e pontos de vista de diferentes culturas em torno de um mesmo conjunto conceitual (BARITÉ, 2019). Temos, então, a hospitalidade cultural como a possibilidade de convivência de diferentes culturas em um único instrumento de representação da informação. A partir dessa ideia, podemos pensar a possibilidade de o tesouro possuir uma diversidade de vozes em torno de um determinado campo ou domínio do conhecimento, não necessariamente as compreensões e pontos de vista precisam ser divergentes, mas que a convivência dessas vozes seja respeitada

e devidamente mediada no processo de representação do conhecimento. Podemos dizer ainda que a hospitalidade cultural é

A habilidade de um SOC de incorporar mais de uma voz no processo de organização do conhecimento [...], termo criado por Clare Beghtol em 2002. A autora busca incluir como ponto de discussão nos SOCs as diversas culturas como um fator preponderante ao cumprimento de uma garantia ética. Dessa forma, a hospitalidade cultural traria ao tesouro uma multiplicidade de vozes (GOMES, 2019a, p. 56).

A garantia fenomenológica, proposta por Ward (2000), se assemelha muito à garantia de usuário e à garantia cultural. De acordo com o autor, a garantia literária nem sempre é capaz de alcançar as variações linguísticas sobre um único conceito. Portanto, o profissional indexador precisa ter em mente, no tratamento da informação, as peculiaridades de sua comunidade de usuários, pensando sempre em como eles podem procurar por um conceito dentro do sistema de informações. Uma das possibilidades apontadas por Ward é a utilização de termos, mesmo que sinônimos e similares, para descrição de um único conceito. A partir da leitura do texto do autor, um dos poucos que abordam a garantia fenomenológica, poderíamos pensar na possibilidade de o tesouro apontar não somente um termo preferencial, mas outros possíveis, pensando na comunidade de usuários. Contudo, extrapolaria a característica dos tesouros de fazer o controle de sinonímia, de similaridade e de homonímia.

Já a garantia autopoietica tem forte ligação com a garantia de uso/usuário. Nas duas, a recorrência de termos utilizados pelos usuários validam os termos e conceitos em um tesouro. Contudo, há uma diferenciação: a garantia autopoietica tem uma relação direta com a folksonomia. Dessa forma, pensando nos tesouros, os termos e os conceitos viriam pela indexação feita pelos usuários. Como estamos tratando de um vocabulário controlado, diferentemente da folksonomia, que usa de termos livres, o tesouro depende do gerenciamento de entrada, da manutenção e da saída desses termos. A fonte de informação, nesse caso, são as indexações livres feitas pelos usuários de informações. A pesquisa de Peters (2012), apresentada na primeira parte deste capítulo, ajuda a entender como a folksonomia pode ser usada para criação de SOCs. Em sua pesquisa, a autora fala como algumas *tags* (termos em linguagem livre) alcançam o *status* de *power tags* (recorrência do termo na

indexação livre) o que indicaria, de certa forma, o uso de um termo para inclusão no tesouro.

Vimos que as garantias se utilizam de fontes de informação para a coleta terminológica. Dessa forma, cada tipo de garantia demandará um tipo específico de fonte, ou tipos específicos de fontes. É notório que os materiais bibliográficos ganham uma centralidade, mas notam-se outras possibilidades: organizações como fonte de informação e pessoas como fonte de informação. Sobre essa segunda possibilidade, Paula (2022) faz uma abordagem sobre as pessoas como portadoras e disseminadoras de informação. Em seu trabalho, a autora perpassa duas questões que são importantes para o tratamento de pessoas como fontes de informação para construção de tesouros. A primeira é a autoridade, em que nem todas as pessoas assumem o papel de autoridade em todos os ambientes/comunidades. A segunda questão se refere aos ambientes digitais, em que é possível fazer uma aproximação com o uso das folksonomias.

A escolha da garantia na construção do tesouro, com certeza, representa uma tomada de decisão importante e que terá resultados no produto final, a representação de um domínio. Contudo, somente a escolha da garantia talvez não sustente um processo que tenha compromisso com a diversidade e com a verdade. Nos interessa, também, a escolha do modelo, ou da diretriz, de construção dos tesouros.

Utilizaremos como base à discussão sobre os modelos de construção de tesouros a tese intitulada *A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos*, de Brígida Maria Nogueira Cervante, de 2009. A escolha dessa tese se faz pelo percurso teórico e metodológico percorrido pela autora. Em sua pesquisa, há um itinerário histórico sobre o surgimento dos tesouros e a história dos modelos de construção. Como nosso intuito não recai sobre a história dos modelos e levando em consideração já haver conhecimento construído sobre o assunto, passaremos à discussão de quatro modelos de construção de tesouros.

A escolha de quatro desses modelos se deu com base no destaque dado a eles por Cervantes (2009), e o quarto modelo é o que resultou da tese da autora:

i) INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Diretrizes para elaboração de tesouros monolíngues**. Brasília: IBICT, 1984.

- ii) ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngües**. 2ª ed. Brasília: IBICT/SENAI, 1993.
- iii) AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE. National Information Standards Organization. **ANSI/NISO Z39.19-2005**: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda: NISO Press, 2005 [2010].
- iv) CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos**. 2009. 209f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

Os primeiros modelos, ou melhor, a primeiras diretrizes, são muito antigas e ainda remontam a um período da CI de busca de uma cientificidade positiva nos processos informacionais. Cervantes (2009, p. 73, destaque nosso) nos atenta para uma característica desses modelos de construção de tesouros que estamos tratando, ao dizer que

As normas, manuais e outros trabalhos sobre construção de tesouros, na sua maioria, fundamentam-se na norma 2788 - Guidelines for the Establishment and Development of Monolingual Thesauri, da International Standardization Organization (ISO). Por esse motivo, os Princípios em que se fundam essa Norma podem ser considerados, **independentemente, da língua e da cultura**. Desse modo, eles têm sido anuídos também como a base para construção de tesouros multilíngües, conforme UNESCO (1993).

Essa apreensão feita pela autora sobre os modelos de construção de tesouros remete a um sentido de universalização, como se todas as culturas respondessem da mesma forma aos estímulos que lhe são destinados. Essa ideia indicaria que o mesmo procedimento de construção de tesouros para um determinado domínio é aplicável a outros. Esse fundamento positivista, de replicação de procedimentos e de obtenção de um mesmo resultado que já deveria ter sido superado na CI, ainda é vívido e latente.

As *Diretrizes para elaboração de tesouros monolíngües*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), é a mais antiga. Cervantes (2009) aponta que essas diretrizes foram traçadas a partir da “Princípios Diretivos da *British Standard Institution* BSI 5723: 1979 – Diretrizes para o Estabelecimento e Desenvolvimento de Tesouros Monolíngües” (p. 73, grifo da

autora). Outra observação feita, a norma BSI 5723: 1979 tem base na norma ISO 2788.

Passando às *Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues*, publicadas pela UNESCO, temos que elas também foram construídas com base na ISO 2788 e correspondem a “uma versão revista e ampliada da versão preparada por Derek Austin e Peter Dale, do *Bibliographic Systems and Standards Office*, da *Bibliographic Services Division*, da *British Library*, Londres (CERVANTES, 2009, p. 73, grifo da autora). A versão em português do Brasil partiu de uma tradução feita por pesquisadoras brasileiras. Não há nenhuma indicação feita por Cervantes (2009) sobre algum processo de adaptação do modelo à realidade do Brasil.

Já a norma NISO Z39.19 tem uma história anterior às *Diretrizes para elaboração de tesouros monolíngues* do IBICT. A primeira versão dessa norma data de 1974, com nova edição em 1993 e 2003 e uma atualização em 2005 (BOCCATO, 2011). Em 2010, houve uma atualização da Z39.19. Como apontado quando tratamos das garantias, a NISO Z39.19 traz, em seu conteúdo, a indicação de uso de somente três garantias, a garantia literária, garantia de uso e a garantia organizacional. Essa indicação de uso dessas três garantias não invalida o uso de outras garantias. Contudo, questiona-se se essa norma foi elaborada pensando a aplicabilidade específica somente dessas garantias.

O Modelo Metodológico Integrado para a Construção de Tesouros, produto da tese de doutorado em Ciência da Informação de Cervantes (2009), faz uma compilação de etapas e de procedimentos dos modelos e das diretrizes anteriormente apontados com autores que trataram dos processos de construção de tesouros. Vemos que, ao sistematizar as etapas prevista nessas diretrizes e na norma, a autora não desfaz a visão positivista de construção de Tesouros. Ainda é um modelo importante e necessário, se pensarmos em alguns domínios do conhecimento, principalmente nos das Ciências Exatas, da Matemática, das Engenharias, mas para as Ciências Humanas e Sociais, é um modelo que precisa ser analisado com muito critério em relação ao domínio que se pretende representar e as demandas sociais por diversidade e verdade.

Gomes (2019a), em sua dissertação de mestrado em Ciência da Informação, fez um estudo a partir do Modelo Metodológico Integrado para a Construção de Tesouros, com objetivo de incluir a possibilidade de abertura à garantia cultural. No

entanto, percebe-se que a adaptação ainda engendra o positivismo de um processo de construção de tesouros pautado numa racionalidade do processo pensado, lá no início, dentro do paradigma positivista da CI e de uma neutralidade da ação informacional.

Mesmo que na prática alguns dos modelos de construção de tesouros não sejam aplicados em sua integridade, ou que sejam adaptados, entendemos como importante que a técnica, a prática de construção de tesouros e a ciência avancem juntas. Os modelos de construção de tesouros não podem ser pensados independentemente da cultura, da sociedade e da política, pois não há neutralidade nos processos informacionais. O conhecimento é resultado de diversas disputas que são travadas no campo simbólico, e precisamos dar visibilidade aos conhecimentos criados pela academia, pela ciência, pelos movimentos sociais, pelas comunidades de base comunicativa pela oralidade e outras. É preciso pensar modelos de construção de tesouros que ressaltem as subjetividades de um determinado domínio.

Gomes e Frota (2019) não elaboram um modelo de construção de tesouros, pelo contrário, propõem o abandono dos modelos tradicionais, baseados em uma lógica positivista. Para os autores, uma possibilidade para construção de tesouros comprometidos com a diversidade está na construção de um processo a partir do domínio e do público-alvo, principalmente pensando áreas como as Ciências Humanas e Sociais. Dessa forma, indicam quatro elementos básicos que estão presentes nos modelos e/ou nas diretrizes de construção dos tesouros, são eles: i) pessoas; ii) materiais; iii) métodos; e iv) procedimentos. Esses quatro elementos estão melhor descritos no capítulo quatro, metodologia.

Pensando essa proposta de abandono dos modelos tradicionais, Gomes (2019b) elaborou uma proposta com orientações à construção de um tesouro para comunidade LGBTQIA+. Nessa proposta, houve a preocupação de pensar os quatro elementos para “construção de um modelo” mais apropriado, a partir das diversas demandas dessa comunidade e de suas relações com as disputas de poder que ocorrem em relação aos discursos sobre ela.

A proposição do abandono, feita por Gomes e Frota (2019) e por Gomes (2019b), ainda não foi testada empiricamente. São elaborações teóricas e que terão, nesta pesquisa, a experimentação para verificar sua aplicabilidade prática na construção de tesouros que tenham um compromisso ético com a diversidade cultural, social e política e, também, com a verdade relativa à transição democrática no Brasil.

Cabe-nos, ainda para o contexto de construção de tesouros, falar rapidamente sobre as normas de interoperabilidade entre vocabulários controlados. De acordo com Gomes (2019a, p. 87),

A interoperabilidade aqui vista como a capacidade de um SOC, seja ele o tesouro ou não, de se comunicarem e interagirem entre si. Essa interação pode acontecer pela contribuição de dados e de informações para o outro sistema. Dessa forma, uma interoperabilidade de um tesouro com outros vocabulários seria possível o compartilhamento da terminologia entre cada um desses.

Foram publicadas duas normas que estabelecem relações possíveis para que vocabulários, mesmo de diferentes tipologias, possam interoperar entre si. São elas:

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 25964-1:2011:** Information and documentation: Thesauri and interoperability with other vocabularies: Part 1: Thesauri for information retrieval. Genebra: ISO, 2011.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION. **ISO 25964-2:2013:** Information and documentation: Thesauri and interoperability with other vocabularies: Part 2: Interoperability with other vocabularies. Genebra: ISO, 2011.

Apesar de trazerem uma inovação aos processos de construção e de atualização de tesouros, a interoperabilidade entre vocabulários controlados deve ser feita de forma muito criteriosa, como aponta Gomes (2019a). Se pautamos a atividade informacional como uma atividade não neutra, ao interoperar com outros vocabulários o tesouro não está somente pegando termos e conceitos soltos, livres, mas está carregando com ele os valores e as ideologias que estão por trás dos seus idealizadores. Não nos desfazemos da possibilidade de interoperabilidade, mas indicamos que esse uso seja feito com uma análise crítica e criteriosa.

Há, antes de finalizarmos, a necessidade de comentar o motivo pelo qual incluiu-se a verdade como um compromisso que os tesouros precisam assumir. A transição democrática, no nosso caso, a brasileira, está envolta por uma diversidade de discurso, os quais tentam higienizar a culpa dos militares e negar a ditadura e que responsabilizam os militares pelas diversas violações de DH que ocorreram durante a ditadura de 64. Dessa forma, é necessário que o tesouro, em seu compromisso ético,

inclua a verdade sobre os tempos de suspensão da ordem democrática e terrorismo de Estado, como veremos no próximo capítulo.

3 DITADURA MILITAR E JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NO BRASIL

Para compreendermos a complexidade cultural, social e política na qual a JT se insere, buscaremos, neste capítulo, traçar um caminho que nos ajude conhecer, não somente a área em termos teóricos e a história por trás de eventos que levaram à necessidade de implementação dessa justiça em determinados países, mas também os atores, os documentos e as fontes de informação que sejam importantes para a conjuntura da transição democrática no contexto brasileiro. Este caminho não será exaustivo, pois entendemos a extensão do objeto ao qual queremos nos debruçar e o objetivo da pesquisa.

Partiremos do Direito e da História como referência para entendermos a JT e seu contexto, mas com foco em identificar temas e problemas específicos da área da CI ao investigar a transição democrática, mais especificamente os atores, os documentos e as fontes de informação. É um movimento que, em alguma medida, busca aproximar os procedimentos metodológicos desenvolvidos na pesquisa, para não somente demonstrar a complexidade em que a área se insere, mas também a dinâmica da própria área em produzir e em utilizar informações. O reconhecimento desses atores, documentos e fontes de informação foram feitos, principalmente, com a ajuda de bibliografias, livros, artigos, teses e dissertações, que permitiram montar um quadro da JT.

Para iniciarmos essa discussão, vale apresentar que a JT é um área multidisciplinar, ou seja, não se faz somente no ramo do Direito, como o nome deixa transparecer⁴⁵. Abraão e Genro (2012, p. 34) nos lembram que essa área é, também, uma “área de estudos que reúne profissionais dos mais variados campos, passando pelo Direito, Ciência Política, Sociologia e Histórias, entre outros”. Neste capítulo, a Ciência da Informação, a Biblioteconomia, a Arquivologia e a Museologia ganham destaque ao demonstrar as possibilidades e contribuições para compreensão da transição democrática no Brasil.

A própria JT nasce de um contexto diverso. Em uma fala de Paige Arthur (2011, p. 76) podemos verificar essa afirmação, quando nos diz que

⁴⁵ Existem discussões terminológicas sobre o termo JT devido a limitação que a união das palavras justiça e transição trazem ao termo. Essa discussão pode ser encontrada no capítulo do livro escrito por Arthur (2011) e nas dissertações de mestrado de Quinalha (2013) e de Gomes (2019a).

O campo da justiça de transição, então definido, surgiu diretamente de um conjunto de interações entre ativistas de direitos humanos, advogados, juristas, políticos, jornalistas, financiadores e especialistas em política comparada, preocupados com os direitos humanos e as dinâmicas das “transições para a democracia” iniciadas no final dos anos 80.

Vemos que a JT não surge de um grupo/área uniforme. Pelo que nos diz Arthur (2011), é uma área que surgiu pela interação de atores de movimentos de Direitos Humanos, da prática e do estudo do Direito e de especialistas no campo da política e outros. A autora ainda faz uma divisão, em suas palavras “divisão tentadora”, de que a TJ nasce de três grupos que podem ser categorizados por: moralidade (Direitos Humanos), Direito (Direito) e Política (Ciência Política Comparada)⁴⁶.

Essa diversidade em sua origem e de áreas que a compõe, ou sustenta, dificulta a delimitação de termos e conceitos sobre a própria área. Em português, temos dois termos principais com o qual podemos nomear a área, são eles, “Justiça de Transição” e “Justiça Transicional”, sendo o primeiro mais comum na literatura científica e acadêmica. Alguns autores, como Quinalha (2013) e Maione (2017) fazem uma análise mais específica de como a denominação e um conceito para área ainda é um processo em construção e em constante questionamento e disputas.

Em meio a uma multiplicidade de conceitos e de entendimentos possíveis, escolhemos três obras de autores brasileiros que consideramos chave para nos ajudar na elaboração de um entendimento do que é a JT, são elas: i) *Os direitos da transição e a democracia no Brasil: estudos sobre Justiça de Transição e a teoria da democracia* (ABRÃO, GENRO, 2012); ii) *Justiça de Transição e Estado Constitucional de Direito: perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro* (TORELLY, 2012); e iii) *Justiça de transição: contornos do conceito* (QUINALHA, 2013).

Seguindo a sequência apresentada anteriormente, iniciaremos com o livro de Abrão e Genro (2012). De acordo com os autores, a JT corresponde a “um conjunto de respostas concretas ao legado de violência deixado por regimes autoritários e/ou conflitos civis em escala”. Os autores demarcam, em suas falas, a circunstância que leva um Estado a aplicar medidas de transição, isto é, lidar com um passado de violência deixado por regimes autoritários, guerras e conflitos. Ainda incluem que o

objetivo é o (re)estabelecimento do Estado de Direito, o reconhecimento das violações aos direitos humanos – suas vítimas e autores – e a promoção de

⁴⁶ Para maior compreensão e aprofundamento sobre a história e construção da JT, ver Maione (2017).

possibilidades de aprofundamento democrático, pela justiça, verdade, reparação, memória e reforma das instituições (p. 33).

Temos então que a JT está entre dois contextos, dois cenários, dois tempos: um de regimes autoritarismos, de guerras e de violação de direitos humanos, e um outro, ainda não alcançado, mas objetivado, de ordem democrática plena, de respeito e atenção a legislação, de justiça sobre os atos do passado, memória e verdade reveladas e esclarecidas, instituições reformadas e respeito aos direitos humanos.

Ainda para entender a área, Abrão e Genro (2012) apresentam as dimensões fundamentais⁴⁷ da JT, são elas: i) a reparação, ii) a memória e verdade, iii) a justiça e a iv) reforma institucional. A identificação dessas dimensões é pertinente, pois a elas serão atribuídas ações (mecanismos) do Estado no processo de transição. Também são importantes, pois, com base nelas, veremos a atuação e a presença dos elementos que são foco deste capítulo (atores, documentos e fontes de informação específicas). Seguiremos ao longo do texto apontando essas especificidades, quando puder ser feita, pois entendemos que não há uma separação visível dessas dimensões.

Em vários casos, esses elementos atuam, ou aparecem, em mais de uma dimensão. No caso do Brasil, alguns autores, incluindo Abrão e Genro (2012), vão apontar que a dimensão da justiça é fragilizada, ou que houve uma transição incompleta, devido a não responsabilização dos perpetradores de graves violações de Direitos Humanos. Contudo, não é somente com a responsabilização dos agentes do Estado que a JT funciona. Os autores elencam sete mecanismos de JT que podem ser implementados e que cumprem um papel dentro das dimensões acima citadas.

Iniciamos com o sistema de justiça na responsabilização dos crimes. Como dito anteriormente, no caso brasileiro, é um mecanismo que frequentemente é questionado por vítimas, por parentes de vítimas e por movimentos sociais por não ter sido devidamente aplicado. Ainda assim, para esse problema os autores apontam que houve uma dificuldade de implementação de uma JT no Brasil, pois o processo de transição foi controlado pela ditadura nos primeiros anos.

⁴⁷ A quantidade de dimensões pode mudar dependendo do autor. Alguns fazem a separação entre memória e verdade, como Quinalha (2013) que ao invés de chamar de dimensão, usa o termo eixo. Acompanharemos Abrão e Genro (2012) na divisão em quatro dimensões, colocando memória e verdade numa única dimensão. Não por entender uma indissociabilidade entre as duas, mas por compreender a estrita relação entre elas e a informação.

A própria Lei de Anistia brasileira, Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, teve como lema uma anistia com abertura lenta, gradual e segura, beneficiando os agentes do Estado que atuaram no cerceamento de direitos e de violência. Mesmo após questionamentos no Supremo Tribunal Federal⁴⁸, a corte de juízes manteve o entendimento de que a Lei ampara a anistia dos perpetradores de graves violações de Direitos Humanos. Isso impede que esse mecanismo e a própria dimensão da justiça sejam efetivados em sua plenitude.

Outro mecanismo são as Comissões de Verdade, que são entendidas como “instrumentos de investigação e informação sobre os abusos, chaves de períodos do passado caracterizado pela censura e pela baixa transparência informacional” (ABRÃO; GENRO, 2012, p. 38). Essas comissões têm por objetivo, como o próprio nome deixa transparecer, o reconhecimento da verdade sobre o passado de autoritarismo, suspensão da ordem democrática, violação de Direitos Humanos, conflitos, guerras e outros. Aqui nos cabe lembrar a dificuldade de acesso aos arquivos públicos, série de documentos produzidos pelos órgãos públicos durante a ditadura, os quais foram e são fundamentais para o esclarecimento da verdade.

As políticas de memória também se configuram como mecanismos de JT. Elas compreendem práticas institucionais que implementam memoriais e outros espaços públicos capazes de ressignificar a história oficial do país e de aumentar a consciência moral sobre o abuso do passado” (ABRÃO; GENRO, 2012, p. 43). No Brasil algumas experiências com as políticas de memória são possíveis de destaque, são elas: o Projeto Memórias Reveladas, Marcas da Memória, Direito à Verdade e à Memória, o Programa Nacional de Direitos Humanos em sua terceira edição, Memorial da Resistência, Memorial da Anistia (incompleto) e memoriais erguidos e mantidos pelos familiares de vítimas.

Como apontado na introdução desta tese, o Brasil viveu no último governo uma política de desconstrução da memória sobre a ditadura com o desfazimento de comissões e de colegiados, como o Grupo de Trabalho Perus⁴⁹, alteração na composição dos membros e do regimento da Comissão de Anistia, revisão de

⁴⁸ Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153, de 2010.

⁴⁹ Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019. O Grupo de Trabalho Perus era vinculado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e tinha como objetivo a identificação dos corpos, ossos, encontrados em uma vala clandestina no Cemitério de Perus, São Paulo.

processos de anistia e falas de enaltecimento da ditadura e de figuras conhecidas pela atuação em torturas.

Percebe-se, quando do aprofundamento sobre a dimensão da memória e verdade, que essa tem um forte laço com a informação. Conforme o trabalho apresentado por Frota, Coimbra e Gomes (2022), temáticas como: memória da repressão e da resistência, produção e disseminação da informação, arquivos da repressão, da resistência e da reparação, censura e lugares de memória. Essas temáticas estão circunscritas nos trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, Grupo de Trabalho 10 – Informação e Memória.

Ainda no rol de mecanismos de JT apresentado por Abão e Genro (2012), temos os programas e as comissões de reparação, terceiro mecanismo. No caso brasileiro, destacam-se a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, criada extra legalmente por familiares de vítimas, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Político, criada pela Lei n. 9.140/95, e a Comissão de Anistia, criada pela Lei 10.559/02.

Outros mecanismos citados são: as “reformas institucionais dos sistemas de segurança e justiça” (ABRÃO; GENRO, 2012, p. 43); o *vetting* ou depuração, que compreende a “identificação e afastamento de agentes públicos colaboradores do regime autoritário que ocupam cargos na república” (p. 44); e a educação para democracia.

Dando continuidade à construção de um entendimento sobre a JT, Torelly, (2012) a conceitua como

o conjunto de esforços jurídicos e políticos para o estabelecimento ou reestabelecimento de um sistema de governo democrático fundado em um Estado de Direito, cuja ênfase de atuação não recai apenas sobre o passado, mas também em uma perspectiva de futuro (p. 112).

Antes de analisarmos o conceito apresentado anteriormente, cabe lembrar que o Estado de Direito é “o que assegura que nenhum indivíduo está ‘acima da lei’”. Diz-se que um país vive sob Estado de Direito quando sua Constituição e suas leis são rigorosamente observadas por todos, independentemente do cargo político, posição social ou prestígio” (CONSELHO..., [2022], *online*). De acordo com o Estado de Direito, todos, inclusive o próprio Estado, devem obediência à Constituição e às leis.

Portanto, o processo de transição objetiva a construção de um Estado em que as decisões não são tomadas arbitrariamente por uma pessoa, ou por um grupo de pessoas, mas sim com base na Constituição e em leis que tenham cumprido com o devido processo legislativo. Ainda assim, como implicitamente colocado por Torelly (2012), o Estado de Direito deve ser acompanhado de um governo democrático, ou seja, com seus representantes políticos escolhidos em um processo eleitoral.

Um destaque necessário no conceito de JT de Torelly (2012) deve ser dado à sua apreensão de que a JT não diz respeito somente no passado, mas traz uma concepção de futuro. Essa ideia de futuro é vista principalmente quando tratamos da dimensão da memória e da verdade. Memória para que não se esqueça e verdade para o esclarecimento de fatos que estavam encobertos. Conhecer o passado e a verdade para que não se repita no futuro.

Bem como Abrão e Genro (2012), já mencionados, Torelly (2012, p. 114), citando Elster (2006), também traz um elenco de mecanismos, como ele chama, “mecanismos de promoção de medidas transicionais”, são eles:

- Medidas de reformas institucionais e administrativas;
- Políticas de reconciliação, verdade e memória;
- Políticas de reparação às vítimas de abusos e violações;
- Alteração do sistema de justiça para o devido processamento de crimes (p.114).

Para o autor, cada um desses “conjuntos” de mecanismos tem suas próprias características. Contudo, faz uma separação entre os dois primeiros mecanismos, que teriam um papel, ou uma natureza, majoritariamente política – pois dependeria de aprovação direta da população, ou indireta, por meio de representantes políticos –, e dos dois últimos, que teriam um papel mais legalista, pois teria sua base no ordenamento jurídico, nas leis, nas normas, nos regulamentos e outros.

Além desses mecanismos, Torelly (2012) apresenta um quinto mecanismo, a saber, as eleições. Em dois momentos eles elenca as eleições como mecanismos transicionais. No primeiro momento, o autor faz uma indicação teórica em busca de entender as eleições como mecanismos para a transição democrática. Sua argumentação é a de que processos eleitorais são propulsores para o estabelecimento, ou para o reestabelecimento, da democracia e dão início à

articulação política. No segundo momento, ainda com uma construção teórica sobre o processo eleitoral como mecanismo, ele faz uma aproximação com o caso brasileiro.

Como estamos falando neste capítulo, a JT é um processo, portanto, tem um início, um meio e um fim. No sentido de entender que a transição encontra um fim, ou atinge um objetivo, Torelly (2012) faz uma discussão acerca do conceito de democracia consolidada. Tão comentada como o ponto final do processo de transição, a democracia consolidada possui uma multiplicidade de conceitos, de entendimentos e de características, a depender do autor que se lê. É evidente que Torelly compreende que a simples abertura a uma eleição ou a alternância de poder não garante a consolidação da democracia, seriam necessários outros elementos como, por exemplo, o respeito aos Direitos Humanos e Fundamentais.

Em termos de uma finalização do processo de transição, Torelly (2012, p. 98, grifo do autor) vai entender, ou aproximar, a transição em dois momentos:

o momento da contingência, no qual o processo político determina o conteúdo e a medida de possibilidade de toda e qualquer ação transicional (caracterizado sobremaneira pela inserção dos dois mecanismos suprarreferidos no sistema político-jurídico: as eleições e anistias) e o momento da consolidação da democracia, no qual o Estado de Direito se firma e passa a conduzir prioritariamente o conjunto de medidas de justiça legal e política em substituição ao regime.

Ainda como parte do percurso de traçar um entendimento teórico sobre a TJ, abordaremos agora a obra escrita por Quinalha (2013). Das três obras escolhidas, essa é específica em construir um panorama conceitual sobre a JT. O autor perpassa desde os contextos motivadores para o início de um processo de transição de regime político, como também sobre o fim desse processo. Não é um apontamento de que Abrão e Genro (2012) e Torelly (2012) não tenham tido essa preocupação, mas Quinalha (2013) desenhou de forma mais nítida o que ele chamou no subtítulo do livro de “contornos do conceito”.

Para iniciarmos com a abordagem de Quinalha (2013) sobre a JT, trazemos o delineamento de um conceito. Para o autor, JT

trata-se de uma justiça adequada a sociedades que estão atravessando ou que recentemente atravessaram situações extremas de violência ou conflito, cuja gravidade foi capaz de prejudicar a estabilidade política e a coesão social que fundavam a vida em comum. Essa é a ideia forte do conceito (p. 121).

Quinalha (2013, p. 40) entende que as transições, aqui especificamente ele usa o termo “transições políticas”, como

um momento histórico aberto, marcado por um processo complexo e não linear, em que diversas forças sociais concorrem por imprimir um destino comum à coletividade. Nesse processo, inexistem uma escala de estágios ou pontos de passagens definidos de antemão.

Dessa forma, podemos entender que não há um pacote fechado ou um modelo ideal de aplicação da JT. Diferentes contextos históricos, sociais, políticos e culturais demandarão a construção de uma JT que se adeque a esses contextos. Não se pode tratar, então, a JT como uma receita de bolo com ingredientes e modos de preparo previamente definidos e fechados. Cada local, região ou país terá que, a partir de uma análise contextual, acionar os mecanismos transicionais necessários, nos momentos necessários.

O autor ainda acrescenta que não se pode tratar de tempos ou de prazos para uma transição. Contudo, entende que esses tempos e prazos são estimulados pelos atores sociais e suas reivindicações quanto à instauração, ao processo e à consolidação da transição (QUINALHA, 2013). Podemos perceber aqui a importância que os atores sociais possuem para a transição. São eles que, de forma progressiva e constante, provocam pressão para que o Estado caminhe no processo de estabelecimento, ou de reestabelecimento, da democracia.

Sobre as dimensões da JT, chamadas por Quinalha (2013) de “eixos”, temos a separação entre a memória e a verdade, chegando a cinco eixos: i) reparação; ii) memória; iii) verdade; iv) justiça; e v) reformas institucionais. Para cada um desses eixos, ele aponta medidas, mecanismos, que podem ser acionados pela JT. Alguns mecanismos são: para o eixo reparação, a oferta de compensações financeiras e simbólicas; no eixo memória, as políticas públicas de memória e o esclarecimento sobre “o funcionamento da repressão, dando ampla repercussão social a essas informações”(p. 144); no eixo verdade, o principal mecanismo apontado são as comissões de verdade; o eixo justiça inclui investigação, apuração de responsabilidades, julgamento e punição; e por fim, no eixo reformas institucionais, o principal mecanismo é o afastamento de agentes públicos envolvidos nos casos de violações perpetradas pelo Estado.

Sobre o processo de transição, Quinalha (2013) defende uma JT “de baixo para cima”, isto é, com a participação da sociedade civil. Ele também aborda a

consolidação da democracia e o fim da transição. Para o autor, as mudanças provocadas pela transição nem sempre são tão visíveis e que há sempre uma tensão entre a sociedade civil-militar, que foram sustentadas e sustentaram os regimes autoritários e os agentes de transição democráticas. Nessa tensão, seria necessário o fortalecimento dos princípios que regem as democracias e os direitos humanos.

As três obras, importantes para compreensão da JT, fortemente no contexto brasileiro, perpassam um mesmo sentido: problematizar as disputas que ocorrem na área, seja na teoria, com suas terminologias e conceitos, seja na prática e na implementação de mecanismos transicionais, contudo, com abordagens diferentes. Abrão e Genro (2012) e Torelly (2012), em suas obras, estão construindo um percurso que atravessa as diversas disputas políticas e legais, enquanto Quinalha (2013) se atém, principalmente, às disputas relevantes na compreensão de um conceito para JT.

Em busca de não somente traçar um entendimento sobre o que é a JT e como ela funciona, cabe-nos também contextualizar o caso brasileiro em acionar mecanismos para transição democrática. Quinalha (2013, p. 228), nos afirma que “o conceito de Justiça de Transição emerge, então, e precisamente, direcionado a esse tipo de contexto histórico, legado como herança autoritária, mas que funcionou de ponto de partida dos regimes democráticos”. Com esse intuito, descreveremos brevemente a ditadura militar que vigorou entre 1964 e 1985 no Brasil. Manteremos, nessa descrição, uma atenção aos momentos históricos-chave para compreensão da complexidade envolta à deterioração da democracia brasileira no período citado.

3.1 A transição: entre a ditadura e a democracia incompleta

Na América Latina, praticamente todos os países passaram por regimes autoritários que demandaram ou ainda demandam a aplicação de medidas de JT. No recorte do Cone Sul, temos cinco países que passaram por ditaduras militares com forte repressão do Estado – Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Brasil –, por meio de desaparecimentos forçados, de torturas, de mortes, de censuras e de outras violências.

O caso Brasileiro de JT se dá, em termos históricos recentes, pós-ditadura militar, vivida pelo país entre os anos de 1964 e 1985, ou seja, 21 anos de ditadura

militar que se iniciou com um golpe dos militares e que corroeou o Estado Democrático de Direito e perpetrou diversas violações de Direitos Humanos.

Nesta seção, abordaremos brevemente a Ditadura Militar de 1964 apontando no texto a construção do Governo Militar que se instaurou no país, como ele se estruturou e as diversas violações de Direitos Humanos perpetradas pelo Estado brasileiro no período em que perdurou com os militares no poder. Na construção desta seção, utilizamos o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) (BRASIL, 2014abc) e o livro *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*⁵⁰ (FICO, 2001), como fonte inicial, e legislações, como fontes secundárias para identificar os pontos históricos relevantes para entender como o período que durou de 1964 e 1985 foi nocivo ao Brasil e também para a construção de um futuro de país.

Como o foco desta tese recai sobre a informação, daremos destaque em pontos históricos pertinentes para entender como a estrutura do governo militar foi competente e eficiente em criar, em organizar, em processar e em utilizar informações para, além de sua competência enquanto Estado, em executar uma sequência de graves violações aos Direitos Humanos. A informação, no período em questão, era elemento-chave utilizado pelos militares para monitorar e para acusar cidadãos que se opunham ao regime instaurado.

O primeiro ponto histórico que traremos para contextualizar a Ditadura Militar no Brasil é o golpe deflagrado pelos militares, que iniciou entre 31 de março e 1 de abril de 1964. Nesse momento, a Presidência da República do Brasil, ocupada por João Goulart, eleito em 1961, foi declarada vaga pelo então senador e presidente do Senado Nacional, Auro de Moura Andrade, no dia 2 de abril de 1964 (BRASIL, 2014b), mesmo que o ocupante do cargo, Goulart, ainda estivesse no exercício de seu mandato.

Com a Presidência da República vaga, tomou o lugar como chefe do executivo brasileiro o então presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli (BRASIL, 2014b). Mazzilli permaneceu como presidente do Brasil até o dia em que foi eleito – por votação em um Congresso Nacional já deteriorado pelas cassações de mandatos,

⁵⁰ Ao final do livro, entre as páginas 243 e 253, há uma cronologia com acontecimentos relevantes para entendimento da história da ditadura.

resultado do Ato Institucional n. 1 (AI-1) – o militar Humberto de Alencar Castello Branco, que iniciou seu mandato no dia 15 de abril do mesmo ano.

O AI-1, do 9 de abril de 1964, tinha por objetivo alterar a redação da Constituição Federal do Brasil de 1946, no que se refere à eleição para Presidente da República e conferiu aos Comandantes-Chefes das Forças Armadas a prerrogativa de suspensão de direitos políticos e cassação de mandatos (BRASIL, 1964). Com esse Ato, abriu-se o caminho para que os militares e seus aliados tomassem parte da estrutura do Estado brasileiro, seja no executivo, no legislativo, e mesmo no judiciário.

A cassação de mandatos e a escolha indireta do Presidente da República foram somente os primeiros atos para corrosão da democracia. Ainda nos primeiros dias após o golpe, o Estado brasileiro, em uma sistemática ainda anterior ao golpe, aprofundou ainda mais as graves violações de Direitos Humanos. No dia primeiro de abril de 1964, é registrada a primeira morte após o golpe. De acordo com o Relatório Final da CNV, Ivan Rocha Lima foi morto a tiros durante uma manifestação de estudantes em Recife. Ainda de acordo com o volume III do Relatório Final, são registrados 434 mortos e desaparecidos políticos (BRASIL, 2014c).

Ainda em análise ao volume III do Relatório Final (BRASIL, 2014c), podemos identificar o primeiro caso de tortura associada já depois do Golpe. José de Souza, era membro do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro e foi preso no dia 08 de abril de 1964, devido à sua atuação política como sindicalista. Na descrição feita pela CNV consta o seguinte texto nas conclusões sobre o caso: “diante das investigações realizadas, conclui-se que José de Souza morreu em decorrência de **tortura** praticada por agentes do Estado, em contexto de sistemáticas violações de direitos humanos promovidas pela ditadura militar [...]” (p. 145, grifo nosso).

O caso de Chael Charles Schreier, preso no dia 21 de novembro de 1969 e morto no dia seguinte, 22, no estado do Rio de Janeiro, é, provavelmente, o primeiro caso de grande repercussão na época e apontado como “primeiro caso documentado” de tortura. Segundo Roberto Espinosa (RETRATOS *apud* FROTA, 2017, p. 10):

[...] então foi o primeiro caso de tortura documentado e divulgado pela principal revista do país. Isso criou uma situação que me preservou. Eu acho que preservou também a Maria Auxiliadora, mas preservou principalmente a mim. Então eu acho que a morte de Chael me salvou. Por que aí já sabiam quem era Espinosa, o comandante nacional, só que o cara foi morto com ele, enfim o morto das torturas, amplamente conhecidas pela classe média brasileira inteira. Aí matar o outro fica complicado”.

As mortes, os desaparecimentos forçados, as torturas e outros ganharam destaque no cenário histórico da Ditadura Militar no Brasil. Dentre os diversos registros sobre a tortura, uma chama a atenção e está registrada no livro *Brasil nunca mais*. Conforme apontado no livro, no capítulo intitulado “Aulas de tortura: os presos cobaias”, primeiro capítulo do livro, houve sessões para o ensino de tortura com cobaias humanas sendo torturadas como parte de um processo de “capacitação”, inclusive com a presença de aluno em fase escolar praticando a tortura.

O estudante Afonso Celso Lana Leite, 25 anos, preso em Minas Gerais e transferido para o Rio, denunciou ao Conselho Militar que o entregou, em 1970, ter sido torturado em instruções ministradas a oficiais no quartel da PE e na Vila Militar [...]. Já o professor José Antônio Gonçalves Duarte, 24 anos, preso em Belo Horizonte, revelou em seu depoimento, prestado em 1970, ter sido seveiciado inclusive por um aluno do Colégio Militar (BRASIL, 1985, p. 33).

Dos métodos e das ferramentas de tortura mais comuns e relatados (BRASIL, 1985) temos: pau-de-arara, choque elétrico, pimentinha, dobradores de tensão, afogamentos, cadeira do dragão, geladeira, uso de insetos e animais (principalmente nas genitálias), produtos químicos, lesões físicas, palmatória, enforcamento, privação de água e comida, banho chinês e outros. Alguns desses métodos e ferramentas também aparecem no Relatório Final da CNV (BRASIL, 2014abc) e no *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos* a partir de 1964 (COMISSÃO..., 1995).

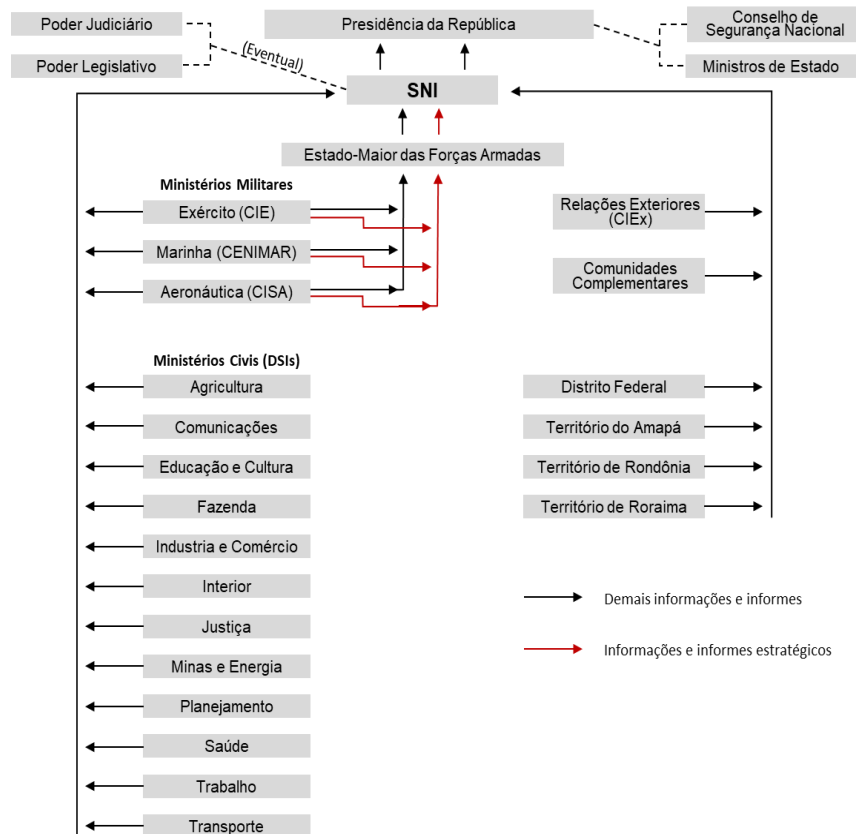
As graves violações de Direitos Humanos que apontamos anteriormente são parte de um processo de monitoramento de opositores da ditadura militar. Esse processo incluía, como dito anteriormente, a criação, a organização, o processamento e a utilização de informações que eram feitas por diversos órgãos na estrutura do governo, a principal foi o Serviço Nacional de Informação (SNI), criado em 13 de junho de 1964, pela Lei n. 4.341. O SNI constituiria parte do Sistema Nacional de Informações (SISNI)⁵¹, e foi a partir de sua criação que o governo militar conseguiu expandir seus “tentáculos” dentro da estrutura do Estado, com claro objetivo de espionar seus opositores para posterior punição.

⁵¹ Não foi possível identificar uma data certa sobre a criação do SISNI. Contudo, aparentemente, é anterior ao Golpe Militar, pois já na Lei de Criação do SNI constava que esse novo órgão seria parte do “sistema nacional de informação e contra-informação” (BRASIL, 1964). Outra dificuldade que se apresenta é a variação terminológica entre Sistema Nacional de Informação e Sistema Nacional de Informações e Contra-Informações. As duas aparecem sobre a mesma sigla – SISNI. No próprio relatório da CNV é possível verificar a presença das duas variações terminológicas.

De acordo com a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2015, p. 8), o SNI foi criado para englobar “o campo das informações, contrainformação e operações de informações clássicas’. Além disso, deveria incorporar ‘o campo da contra-subversão’ o qual era considerado ‘prioritário’, conforme indicam os documentos”. Subversão aqui é entendida toda ação ou pessoa que estivesse em desalinhamento com a política ideológica de controle da Ditadura Militar.

Após a criação do SNI percebe-se que esses “tentáculos” ganham corpo dentro da estrutura formal dos órgãos públicos. Veremos e abordaremos mais à frente o surgimento das Divisões de Segurança e Informações (DSI), do Plano Nacional de Informação, das Assessoria de Segurança e Informações (ASI) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI) e da criação da Escola Nacional de Informação. Essa é uma pequena parte da estrutura do SISNI. Para uma visualização prévia da estrutura do SISNI, trazemos a figura 2, elaborada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva:

Figura 2 – Organograma do Sistema Nacional de Informações



Fonte: (SÃO PAULO, 2015, p.8, com adaptações)

Nessa figura, podemos verificar não somente os órgãos em que os “tentáculos” de espionagem do governo se espalharam, mas também o fluxo que as informações coletadas percorriam para gerar insumos tanto ao SNI quanto à Presidência da República. É importante identificar que os órgãos que estavam envolvidos com as informações estratégicas eram os ministérios militares. Esses ministérios possuíam seus órgãos específicos de informação, são eles: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA).

Ao ponto que os ministérios militares possuíam seus próprios centros de informação, os ministérios civis possuíam as Divisões de Segurança e Informações (DSI). As DSIs, de acordo com o Decreto 60.940, de 4 de julho de 1967, decreto de criação, possuíam competências tanto no âmbito da Segurança Nacional quanto com as Informações Nacionais. De acordo com Setemy (2018, p. 181)

As Divisões de Segurança e Informações (DSI) foram implantadas nos Ministérios Civis em 1967, no intuito de compor uma abrangente e operante rede de espionagem. Essas repartições públicas se diferenciavam das demais pela presença de militares, por sua “ânsia persecutória” de base anticomunista e pelo cuidado com as normas de sigilo.

A autora, que pesquisou o fundo documental da DSI do Ministério da Justiça, ao falar sobre uma “ânsia persecutória”, muito provavelmente está dizendo sobre uma busca pelo combate ao comunismo a qualquer custo. Dessa forma, podemos entender que as DSIs, em sua rede de espionagem, com objetivo de combate ao comunismo, não teriam limites legais e éticos. Os fins, combate ao comunismo, justificaria os meios (a violência de Estado). Na figura 2, não aparecem outros órgãos que cumpriram como o aparelhamento do Estado, como as ASI e AESI, que veremos mais à frente.

Para construção de uma Ditadura Militar que desse autonomia e permitisse o avanço profundo do autoritarismo, era necessário ultrapassar, corromper, a Constituição Federal promulgada em 1946. A forma encontrada após o golpe foram os Atos Institucionais (AI), já apontamos anteriormente, o AI-1. Esses AIs permitiram que o presidente da república e/ou outras autoridades, principalmente as do alto escalão militar, pudessem alterar, sem o devido processo legislativo, a Constituição Federal. Entre 1964 e 1967, foram editados e publicados quatro AIs.

O AI-4, de 07 de dezembro de 1966, tinha como objetivo a convocação do Congresso Nacional para discussão e aprovação de uma nova Constituição,

desenhada e elaborada para atender os interesses da Ditadura. Em seu texto, parte inicial, traz as seguintes considerações:

CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1946, além de haver recebido numerosas emendas, já **não atende às exigências nacionais**;
 CONSIDERANDO que se tornou imperioso dar ao País uma Constituição que, além de uniforme e harmônica, **represente a institucionalização dos ideais e princípios da Revolução**;
 CONSIDERANDO que somente uma nova Constituição poderá assegurar a **continuidade da obra revolucionária**;
 CONSIDERANDO que ao atual Congresso Nacional, que fez a legislação ordinária da **Revolução**, deve caber também a elaboração da lei constitucional do movimento de 31 de março de 1964;
 CONSIDERANDO que **o Governo continua a deter os poderes que lhe foram conferidos pela Revolução** (BRASIL, 1966, *online*, grifo nosso).

Está implícito, mas minimamente elaborado, que a Constituição Federal de 1946 era um impeditivo para o projeto de poder almejado pela Ditadura Militar, ao afirmar que ela já não atendia às exigências nacionais ou às reafirmações sobre os ideais e os princípios da “revolução”. A nova Constituição Federal foi aprovada e entrou em vigor no dia 15 de março de 1967.

Com a nova Constituição, era de esperar que os Als se tornassem dispensáveis. Contudo, meses antes de completar dois anos de aprovada, o Presidente da República, Artur da Costa e Silva, promulga o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, responsável pelo aprofundamento e pelo endurecimento da Ditadura Militar. De acordo com o texto do AI-5, ficou decretado que ele

Suspende a garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispõe sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; intervenção federal, sem os limites constitucionais; suspensão de direitos políticos e restrição ao exercício de qualquer direito público ou privado; cassação de mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; exclui da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e dá outras providências (BRASIL, 2022, *online*).

Foi a partir do AI-5 que a censura se instalou oficialmente. Quinalha (2020), Setemy (2018) e outros autores abordam sobre a base moralista que a censura possuía durante a Ditadura Militar brasileira. Especificamente Quinalha (2020) faz uma apreensão da censura em dois âmbitos, político e moral. Nesse momento, ele aborda dois casos exemplificativos para cada um desses âmbitos: no primeiro caso, político, aborda o caso do jornalista Vladimir Herzog. Em suas palavras, “pelas

conexões da censura político-ideológica com os órgãos de segurança da repressão, não bastava calar sua voz, era necessário exterminá-lo fisicamente” (QUINALHA, 2020, p. 1734).

Já no segundo caso ocorrido no mesmo período, em 1976, Celso Curi foi processado por violação à “moral e aos bons costumes” por conta da sua “Coluna do Meio”, voltada para homossexuais, e acabou perdendo seu emprego no jornal “Última Hora”, mesmo tendo sido, posteriormente, absolvido na Justiça. Os danos profissional e moral causados são inquestionáveis, mas sua integridade física foi preservada (QUINALHA, 2020, p. 1734).

Temos então uma censura que tanto iria percorrer caminhos de cerceamento, de proibição e de controle do que se falava e publicava tanto contra a Ditadura Militar quanto às suas pautas ideológicas morais e de “bons costumes” que eram alçados como ideais pelo governo. Uma diversidade de exemplos de censura pode ser destacada, desde prisões e assassinatos, como o caso de Vladimir Herzog, como proibição de peças teatrais, músicas⁵², livros, eventos. Todos eles como uma forma de controle do pensamento crítico da população brasileira.

Ainda com o propósito de aprimorar a censura no país, em 1972 é criada a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgão integrante da Polícia Federal que era responsável oficial e direto pela censura no Brasil. De acordo com Fico (2001), o DCDP era responsável pela censura no âmbito moral e dos bons costumes. Sua atuação direta era principalmente na televisão, no cinema e no teatro. A censura oficialmente só chegaria ao fim em 1978, mas na prática, o Estado continuou o controle político e moral.

Apesar do AI-5 ter aprofundado a atuação repressora da Ditadura Militar, dando início aos chamados anos de chumbo, seus poderes sobre uma diversidade de ações, como a censura, não se constituíram como o último. Entre 1964, com o AI-1, e 1969, a Ditadura Militar editou e publicou dezessete AIs. Somente com a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, que os AIs cessaram, mas não foram cancelados seus efeitos e perduraram até os dias atuais.

No início da década de 1970, com intenção de ampliar sua sistematização e controle em todos os âmbitos do Governo, quatro mecanismos se somam ao aparelho

⁵² Um exemplo foi a música de Luiz Ayrão “Homossexual,” que foi censurada em abril de 1972. No documento oficial, consta o seguinte parecer: “Não aprovo, pois a divulgação do homossexualismo é proibida pela Lei Censória” (RIBEIRO et al., 2022, p. 475).

repressor do Estado: i) o primeiro Plano Nacional de Informações; ii) as primeiras ASIs ou AESIs; iii) os primeiros Destacamentos de Operações de Informação - Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI); e a Escola Nacional de Informações.

O Plano Nacional de Informações (PNI) foi criado a partir do Decreto nº 66.732, de 16 de junho de 1970. O primeiro plano, de acordo com Fico (2001), foi elaborado pelo general Carlos Alberto da Fontoura, e tinha como período de aplicação 1969-1974. O PNI tinha papel estratégico no SISNI, e foi a partir de sua criação que vários outros planos, neste caso, os planos setoriais de informações, foram elaborados.

Retomando o SISNI, de forma oportuna, já que chegamos em um momento de vasta abrangência e sistematização dos órgãos e da estrutura de informação, inteligência, do Estado, a real função desse sistema não era somente a coleta de informações relevantes, ou de estratégicas, para a devida gestão do Governo brasileiro. Nesse sentido, Fico (2001, p. 100) nos mostra que

o SISNI não era, obviamente, uma estrutura simplesmente voltada para o recolhimento de informações capazes de subsidiar a tomada de decisões das autoridades brasileiras. Era, antes de tudo, um sistema de espionagem e inculpação que partia do pressuposto de que ninguém estava totalmente imune ao comunismo, à subversão ou à corrupção.

Seguindo a ordem apontada anteriormente sobre os mecanismos criados pela Ditadura Militar em 1970, chegamos à criação das primeiras ASIs ou AESIs. Como apontado anteriormente, nos ministérios militares havia os seus centros de informação, e nos ministérios civis as DSIs. Outros órgãos públicos, outras organizações e empresas públicas possuíam as ASIs ou AESIs, como foi o caso das universidades federais. De acordo com Frota (2020), as AESIs que atuavam nas universidades eram subordinadas à DSI do Ministério da Educação. Dessa forma, os órgãos de espionagem da Ditadura Militar ganhavam capilaridade em todo Governo.

Esses órgãos, AESIs, que funcionavam dentro das universidades, cumpriam com uma função dentro da sistemática do SISNI, portanto, precisavam que suas ações fossem orientadas. Nesse sentido, Frota (2020) descreve, utilizando o caso específico da AESI/UFMG, como havia uma orientação vinda de forma hierárquica e que cumpria com a função de direcionamento dos trabalhos dessas Assessorias dentro da Universidade. É descrito pela autora o Manual Segurança e Informações produzido e enviado às universidades pelo DSI do Ministério da Educação.

Por mais que tenhamos utilizado o caso das AESIs nas universidades para demonstrar a capilaridade que a espionagem feita pelo Governo Militar alcançou, outras organizações, vinculadas aos outros ministérios civis, também possuíam as ASIs ou AESIs com objetivo de, disciplinadamente, coletar, processar e alimentar o SNI com informações.

Ainda foram criadas as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), que eram instaladas nas entidades vinculadas aos ministérios (autarquias e empresas públicas) e eram subordinadas às DSI de seus respectivos ministérios. O órgão de informação de um ministério civil era a sua Divisão de Segurança e Informações, e em cada órgão importante da administração pública existia uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI), por vezes chamada de Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI). Portanto, no âmbito de um ministério civil havia uma DSI e várias ASI e/ou AES (INSTITUTO, 2014, *online*).

O terceiro mecanismo são os DOI-CODIs. Esses órgãos se faziam em duas unidades organizacionais distintas: Destacamentos de Operações de Informação (DOI) e Centros de Operações de Defesa Interna (CODI). Joffily (2008) chama essa associação entre os dois órgãos de Sistema DOI-CODI. Ainda de acordo com a autora, os DOIs tinham papel de execução, de ação, ao passo que os CODIs eram órgãos de planejamento, e explica que a sigla melhor corresponderia em CODI-DOI, pensando suas atribuições, mas que ficou conhecido com as siglas invertidas.

Ainda de acordo com Joffily (2008), ao invés de reformar a Polícia Federal para inclusão das atribuições relacionadas à espionagem de grupos e de pessoas “subversivas”, criaram-se os DOI-CODIs, com a justificativa de urgência no combate à “subversão”. A autora elenca uma série de justificativas que o Exército possuía para a urgência de criação desses órgãos, entre elas a incapacidade da polícia em combater a “subversão” e a necessidade de se combater uma guerra interna.

Cabe ressaltar que CODI e DOI possuíam atribuições distintas. O primeiro com atribuições num plano mais estratégico com análise, coordenação, planejamento e burocracia, e em segundo o DOI, com atribuições mais práticas, de ação, com busca, apreensão e interrogatório de suspeitos (JOFFILY, 2005). Os DOI-CODIs aparecem então, inclusive, dentro do Relatório Final da CNV, como órgãos responsáveis por torturas, desaparecimentos forçados e assassinatos. O DOI-CODI de São Paulo, apelidado de “Casa da Vovó”, foi citado, com esse nome, no primeiro volume do Relatório Final da CNV, “um dos destacamentos mistos mais atuantes foi

o do DOI-CODI/II Exército (II Ex), em São Paulo, conhecido como “casa da vovó” por seus integrantes” (BRASIL, 2014b, p. 146).

Apesar de um papel fundamental na execução de graves violações de DH, os DOI-CODIs não foram os únicos órgãos e instituições a serem associados às torturas, aos desaparecimentos e aos assassinatos. Os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS), que são anteriores ao Golpe Militar⁵³, também ganharam destaque no papel repressor durante a Ditadura. No terceiro volume do Relatório da CNV (BRASIL, 2014c), responsável pela descrição dos casos de mortos e de desaparecidos durante a Ditadura Militar, o termo DOPS aparece 1.341 vezes, entre o texto de relato sobre as vítimas, sobre local de tortura e sobre morte e documentos produzidos por esses órgãos.

O quarto mecanismo criado no início da década de 1970, mais precisamente em 31 de março de 1971, pelo Decreto n. 68.448, foi a Escola Nacional de Informações. Com a complexificação do aparato informacional do Governo Militar, era necessário ter um corpo técnico especializado e capacitado para operar nos diversos âmbitos, órgãos, documentos, ferramentas e outros de coleta, processamento, disseminação e uso das informações.

Tais funcionários precisavam ser treinados, e, para tanto, foi criada a EsNI, como se viu há pouco. Os cursos da Escola Nacional de Informações eram divididos em níveis, exigindo-se, por exemplo, de um "analista o curso "B", e de um "assessor de informações", o curso "A". No primeiro caso, antes de realizar o curso na EsNI, o candidato deveria passar por um estágio prévio na DSI. Portanto, tratava-se de uma formação especializada, trabalhosa, que muitas vezes resultava numa atuação profissional problemática, por causa dos constrangimentos inerentes à função (FICO, 2001, p. 88).

Toda essa estrutura e casos de graves violações de DH não passaria despercebido aos olhos de outros países. Mesmo com um aparato de Tecnologia da Informação e Comunicação muito menos avançado dos que temos hoje, a resistência conseguia denunciar aos organismos internacionais a atuação da Ditadura Militar. Em 1972, a Anistia Internacional, Organização Não Governamental sediada em Londres, emitiu um relatório sobre o caso do Estado brasileiro no envolvimento em torturas.

⁵³ Barbé (2000) ao conceituar Golpe de Estado faz uma diferenciação, contudo, com aproximações, com o Golpe Militar. O autor afirma que geralmente o Golpe de Estado moderno “consiste em apoderar-se, por parte de um grupo de militares ou das forças armadas em seu conjunto, dos órgãos e das atribuições do poder político, mediante uma ação repentina, que tenha uma certa margem de surpresa” (p. 546).

Com uma atenção internacional no país, o Governo Militar investiu em propagandas que objetivavam mostrar que no Brasil havia normalidade política e jurídica, como aponta Fico (2001, p. 131):

Aliás, grande parte dos esforços da comunidade de informações (nesse particular atuando em socorro dos setores de segurança) consistiu na propagação da idéia de que não havia presos políticos ou tortura no Brasil. Esse trabalho foi particularmente intenso quando da divulgação de condenações internacionais à tortura, como as da Anistia Internacional ou as da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Após 10 (dez) anos de intensa repressão, em 1974, General Ernesto Geisel, Presidente da República à época, anunciou o projeto de “distensão política”, que depois passaria a ser chamado de “abertura política” (FICO, 2001). Fruto dos esforços da resistência à Ditadura Militar, a abertura anunciada seria “lenta, gradativa e segura” (FICO, 2001, p. 211), tanto que somente 11 anos após o anúncio da abertura, chegaria ao fim a Ditadura Militar. A abertura “lenta, gradativa e segura” anos depois não culminou na “anistia ampla, geral e irrestrita”, como era demandada pelos grupos de resistência e articulação pela anistia.

Mesmo com o anúncio de uma abertura política, ainda que lenta, não cessaram as graves violações de DH no Brasil. De acordo com a Bureau of Public Affairs, Agência Governamental dos Estados Unidos da América, documentos comprovam a continuidade das violações.

O documento, revelado pelo Bureau of Public Affairs do Departamento de Estado dos Estados Unidos, revelou que o general Ernesto Geisel, o quarto presidente militar da ditadura, que assumiu em 1974, endossava a execução de “subversivos” pelo regime. Até então, a história brasileira retratava o general, que governou até 1979, como a figura decisiva para a abertura do país à democracia, e que integrava a ala ponderada do regime, um contraponto à ala radical dos militares que defendiam matar seus opositores. Os novos documentos, porém, revelam que Geisel não era tão moderado como se acreditava. Ao contrário, ele tomou a decisão, em abril de 1974, de manter essa política de execuções no seu Governo, ainda que com alguma ressalva (ANTUNES, 2019, p. 53).

A Ditadura Militar não renunciou às perseguições, torturas e execuções sumárias de opositores ao Governo, tanto que, em 1975, os familiares de vítimas da Ditadura se unem e criam a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos para investigação sobre a causa das mortes, localização e identificação de corpos, denúncias sobre torturadores e outros trabalhos de coleta de informações

pertinentes em demonstrar o papel do Estado brasileiro na tortura, assassinato e desaparecimento de opositores políticos.

A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos publicou em 1995, 20 anos após sua constituição, o *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964*. Nesse relatório, constam os nomes de 199 mortos oficiais no Brasil, 8 mortes oficiais no exílio, 138 desaparecidos no Brasil e 13 desaparecidos no exterior. Esses esforços de investigação, iniciados pelos próprios familiares de vítimas, seria oficializado, como uma ação de Estado, em 1995, com a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

No fim da década de 1970, mais exatamente em 1979, inicia-se, na clandestinidade, os esforços do projeto de pesquisa intitulado “Brasil: Nunca Mais”. Esse projeto tinha por objetivo “materializar o imperativo escolhido como título da investigação: que nunca mais se repitam as violências, as ignomínias, as injustiças, as perseguições praticadas no Brasil de um passado recente” (BRASIL, 1985, p. 26). O projeto resultou em um relatório com seis tomos, doze volumes e um total de quase sete mil páginas.

Estiveram envolvidos no processo de coleta (cópia) e análise dos documentos a advogada Eny Raimundo Moreira⁵⁴ e o advogado Sobral Pinto. Também participaram da equipe de pesquisa o reverendo presbiteriano Jaime Wright e o Cardeal católico Dom Paulo Evaristo Arns. Os documentos utilizados na pesquisa foram os processos da Justiça Militar brasileira, cerca de 707 processos, totalizando um milhão de páginas, com um recorte temporal entre abril de 1964 a março de 1979 (BRASIL, 1985).

O ano de 1979 também é marcado pela edição, aprovação e publicação da Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, também conhecida como Lei de Anistia. Após cinco anos do anúncio da abertura política, o Governo Militar enfim sanciona a Lei de Anistia. Lei polêmica desde o seu anúncio até a sua publicação. Várias organizações de resistência surgiram e trabalharam em demandar da Ditadura Militar uma anistia ampla, geral e irrestrita, como, por exemplo, o Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Políticas e os Comitês Brasileiros pela Anistia.

⁵⁴ A advogada Eny Raimundo Moreira é apontada como idealizadora do projeto de pesquisa Brasil: nunca mais (SILVA, 2021).

Contudo, o texto final não atendeu todas as demandas dos movimentos sociais. O mais grave, que ainda reverbera nos dias atuais como grande debate em torno da Lei de Anistia, foi a autoanistia promovida pela Ditadura Militar. Ao mesmo tempo em que anistiou aqueles que estiveram envolvidos nos grupos de resistência contra a ação opressiva do Estado, também anistiou aqueles que perpetraram as graves violações de DH, como torturas, assassinatos, desaparecimentos forçados e outros.

A publicação da Lei de Anistia não pôs fim à Ditadura Militar, mas foi um marco no processo de abertura política e também de início do fim da ditadura. Após a Lei de Anistia, temos como pontos históricos importantes as eleições diretas para escolha dos governadores em 1982 e o movimento Diretas Já, que reivindicava eleições diretas para a Presidência da República em 1985. Apesar da mobilização social em âmbito nacional, a eleição presidencial de 1985 foi indireta, mas com a eleição de Tancredo Neves como um não militar para assumir a Presidência, pondo um fim à ditadura (MOREIRA, [201?]). Tancredo não chega a assumir a Presidência, pois falece tempos antes da posse. Em seu lugar, assume o vice, José Sarney.

Apesar das largas passadas ao tentar desenhar um panorama do que foi a Ditadura Militar brasileira, a degradação do Estado Democrático de Direito, a sistemática estrutura opressora e as graves violações de DH cometidas pelo Estado brasileiro, entre 1964 à 1985, inferimos ter atingido o objetivo de, minimamente, apontar pontos históricos-chave, elementos e ações para compreensão do motivo que levou o Brasil à necessidade de adoção de medidas de Justiça de Transição. Iniciaremos agora a demarcação do pós-ditadura e de medidas tomadas para o reestabelecimento do Estado Democrático de Direito.

Com o fim da ditadura, inicia-se o processo de transição democrática. Mesmo que algumas ações importantes para o contexto transicional tenham ocorrido durante a ditadura – como a criação de comissões de investigação em busca da verdade, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e o projeto de pesquisa “Brasil: nunca mais”, a Lei de Anistia e as eleições diretas –, foi a partir de 1985 que o Estado assume seu papel de reconstrução das bases democráticas no Brasil.

Ainda em 1985, o então Presidente da República, José Sarney, convoca a Assembleia Nacional Constituinte, que tinha como objetivo reformular a Constituição Federal do Brasil. Os trabalhos dessa Assembleia resultariam na Constituição Federal de 1988, que vigora até os dias atuais. Essa Constituição ficou conhecida pela sua

construção com forte participação social e pela ampliação de direitos sociais, como educação, cultura e saúde (BRASIL, [2018?]). Com a nova Constituição vigorando, o processo democrático na escolha de representantes políticos se consolida. Em 1989, ocorre a primeira eleição direta para escolha do Presidente da República, em que Fernando Collor de Mello vence.

Se a ditadura havia perpetrado diversas e graves violações de DH, era necessário um instrumento/ação que objetivasse a efetivação dos DH no Brasil. É lançado, em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos, com foco centrado nos direitos civis. Em 2002, ainda governo Fernando Henrique Cardoso, há a edição e a publicação do Segundo Programa Nacional de Direitos Humanos. Em 2009, governo Luís Inácio Lula da Silva, é lançado o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, conhecido como PNDH3 (PANTALEÃO, 2017).

O PNDH3 traz, diferentemente de suas outras duas versões, um eixo dedicado à memória e à verdade. Indiscutivelmente, o texto tem forte relação com o resgate da memória e da verdade sobre o período da Ditadura Militar. No início do eixo, ainda no texto introdutório, temos o seguinte trecho:

O Brasil ainda processa com dificuldades o resgate da memória e da verdade sobre o que ocorreu com as vítimas atingidas pela repressão política durante o regime de 1964. A impossibilidade de acesso a informações oficiais impede que familiares de mortos e desaparecidos possam conhecer os fatos relacionados aos crimes praticados e não permite à sociedade elaborar seus próprios conceitos sobre aquele período (BRASIL, 2009, p. 170).

Com duas diretrizes e dois objetivos estratégicos voltados à memória e à verdade, o PNDH3 abriria caminho para a construção, ou reconstrução, da memória e para o esclarecimento da verdade sobre o período da ditadura brasileira.

Pensando a dimensão “reparação”, comentada no início deste capítulo, temos, em 2002, a criação da Comissão de Anistia, Lei n. 10.559, de novembro de 2002. Entre as competências da Comissão de Anistia, temos a de declarar a condição de anistiado político, o pagamento de indenizações financeiras, como forma de reparação econômica e reestabelecimento de vínculos empregatícios e escolares (BRASIL, 2002), que foram interrompidos e/ou impedidos por conta da ação opressiva do Estado.

Dentre as ações da Comissão de Anistia, tivemos duas de grande destaque: as Caravanas da Anistia, criadas em 2007, e as Clínicas do Testemunho, criadas em 2013. A primeira ação de destaque, Caravanas da Anistia, tinha por objetivo o deslocamento da Comissão aos estados e aos municípios para julgamento de casos emblemáticos; e a segunda ação, Clínicas do Testemunho, tinha por objetivo a reparação psíquica, por meio de atendimentos individuais ou coletivos, dos afetados pela ditadura.

Como apontado anteriormente, a Lei de Anistia além de anistiar aqueles que atuaram em grupos de resistência contra a ação opressora da Ditadura Militar, anistiou também os perpetradores de graves violações de DH. Com isso, em 2010 o Supremo Tribunal Federal julgou improcedente o pedido da Ordem dos Advogados do Brasil e outras organizações sobre o reconhecimento de inconstitucionalidade da Lei de Anistia por meio da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 de 2010 (BRASIL, 2010). Dessa forma, continuou a valer a autoanistia, promovida pela Ditadura Militar, que impediu o julgamento e a condenação de agentes do Estado, que atuaram na perpetração de graves violações de DH.

O ano de 2012, durante o governo da Presidenta da República Dilma Vana Rousseff, é marcado pela publicação de duas leis fundamentais para o processo de transição democrática no que se refere à memória e à verdade, a Lei de Acesso à Informação e a Lei de criação da Comissão Nacional da Verdade. A primeira lei possibilitou o acesso a arquivos e a documentos que antes eram mantidos em sigilo e que seriam fundamentais para o esclarecimento sobre o período da Ditadura. Para além do esclarecimento do passado, a Lei de Acesso à Informação, Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011, prevê que o sigilo de informações deve ser tratado como exceção à regra, permitindo maior transparência sobre a ação do Estado (BRASIL, 2012).

A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada no mesmo dia que a Lei de Acesso à Informação⁵⁵, Lei n. 12.528, de 18 de novembro de 2011, foi o órgão responsável pelo esclarecimento sobre o período de ditadura militar no Brasil. Com a criação da CNV, várias outras comissões de verdade foram criadas nos estados e nos municípios do Brasil e também em instituições. Esse processo de criação de

⁵⁵ A criação da Comissão Nacional da Verdade no mesmo dia que a publicação da Lei de Acesso à Informação não é coincidência. Para que os trabalhos da Comissão fossem efetivos, era necessário acesso aos arquivos dos órgãos que atuaram nas graves violações de DH.

comissões de verdade ficou conhecido como comissionismo (HOLLANDA; ISRAEL, 2019).

Estima-se que o Brasil teve, entre 2012 e 2019, cerca de 88 comissões de verdade (TENAGLIA, 2019, p. 83). Dessas comissões, a principal era a Comissão Nacional da Verdade, que se alimentava também dos trabalhos das comissões de verdades instaladas nos estados, nos municípios e em instituições. Em 2014, após 2 anos de trabalhos, a CNV publicou o seu Relatório Final, dividido em três volumes, que contam com mais de três mil páginas, sendo o terceiro volume dedicado aos mortos e aos desaparecidos políticos.

Os trabalhos da CNV se basearam em extensas fontes de informação de documentos e testemunhos visando o esclarecimento de vários casos de graves violações dos direitos humanos. Essas fontes de informação permitiram esclarecer casos de mortos e desaparecidos e também como funcionava o aparato repressivo, essa identificação e extensão da atuação repressiva do Estado brasileiro na ditadura, foi possível a partir das fontes contabilizados cerca de 9 mil citações no Relatório Final da CNV (RIBEIRO, 2022).

Em 2016, a democracia recebe um grande golpe, o *impeachment* da Presidenta Dilma Vana Rousseff. Apesar de diversos argumentos de um processo legítimo, entendemos e concordamos com Araújo (2018) que o *impeachment* de Dilma Vana Rousseff se configurou como um golpe. Não nos cabe a discussão sobre os fundamentos e as justificativas para o *impeachment*, mas sim entender que a deposição de uma presidenta legitimamente eleita sem crime atenta contra a democracia e contra o processo de transição democrática, ainda não finalizada.

O processo de *impeachment* de Dilma Vana Rousseff trouxe à luz figuras ignóbeis, como Jair Messias Bolsonaro, Deputado Federal à época. Em seu voto, a favor do *impeachment*, Bolsonaro usou o seu tempo de voto para um breve discurso, em que exaltou um dos torturadores de Dilma Vana Rousseff durante a ditadura. Em suas palavras, “contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o foro de São Paulo, pela memória do Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff” (BOLSONARO, 2016, 6:53:45). Esse fato é relevante, pois, a partir da fala de Bolsonaro, inicia-se um processo exponencial de aversão a pautas democráticas e progressistas, de ataque às instituições democráticas e de pedidos de intervenção militar no governo.

Em 2018, aproveitando toda a notoriedade que conseguiu na mídia e nas redes sociais, Bolsonaro se candidatou à Presidência da República. Durante o processo eleitoral e após sua eleição, pedidos de intervenção militar nas instituições democráticas ganharam força. Ataques ao Supremo Tribunal Federal e a seus ministros, organizações de eventos com pautas antidemocráticas e falas de exaltação da ditadura ganharam o cenário político brasileiro entre 2018 e 2022. Vemos, então, um processo na contramão da Justiça de Transição.

Entre as principais ações que atentam sobre o processo de transição durante o governo de Jair Bolsonaro, temos o desfazimento dos trabalhos da Comissão de Anistia, com a revisão de diversos processos e cancelamento de reparações financeiras, que ficou conhecido como *desanistia*⁵⁶, o mal uso da Lei de Acesso à Informação para encobrir informações de interesse público, os ataques aos trabalhos desenvolvidos pela CNV, o encerramento dos trabalhos da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que ainda trabalhava na identificação de ossadas descobertas no Cemitério de Perus, e os ataques aos povos originários e tradicionais, como foi o caso dos Indígenas Yanomami.

A permissão de mineração em terras indígenas, como visto nas terras indígenas Yanomani é um claro exemplo de como Jair Messias Bolsonaro reproduziu uma política desenvolvimentista neoliberal nos moldes daquela vista durante a Ditadura Militar. Os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade demonstram que:

Há relatos de morte, tortura, contaminações propositais, além de falhas nas campanhas de vacinação e ausência de profissionais de saúde no contato com os povos indígenas. Nesse aspecto, chama atenção, sobretudo, as políticas e as campanhas de integração, que ignoravam a existência de povos que almejavam apenas a igualdade ao proteger suas tradições. Todavia, a integração era vista como o melhor caminho para o desenvolvimento, pois os índios [indígenas] passaram a ser vistos como verdadeiro obstáculo. Prevalencia uma ideia de superioridade cultural, religiosa e intelectual, a

⁵⁶ O termo *desanistia* ainda é um neologismo. Contudo, encontramos referências sobre ele na literatura. Teles (2007, p. 19, grifo do autor) diz: “É tamanha a obstinação por este ato que a ditadura, em um ato inverso, decretou em 1969, pela primeira vez em nossa história, uma **desanistia**, cancelando boa parte da medida legislativa de 1961. Curioso que no site do governo federal, a lei de anistia já vem corrigida pelas medidas do decreto ditatorial de anulação, de 1969”. Outro autor, Oliveira (2015, p. 21, grifo do autor) aponta a utilização do termo: “Outro termo que consta e é central nesse trabalho é “**Desanistia**”. Esse vocábulo não é um conceito teórico, como os retromencionados, mas uma representação que os militares anistiados fazem para se referir ao tratamento diferenciado que recebem do Ministério da Defesa. Esse tratamento que os distingue dos demais militares é compreendido, neste estudo, como um legado autoritário que repercute sobre o gozo de direitos dos anistiados. A “*desanistia*”, portanto, é o reflexo de o Ministério da Defesa remover os militares anistiados do Estatuto castrense e pô-los em um regime criado especificamente para eles, impedindo, com essa prática, a efetivação de direitos disponibilizados aos militares”.

mesma superioridade perceptível nos colonizadores portugueses ao chegarem no Brasil (CABRAL; MORAIS, 2020, p. 119).

Mesmo que nos últimos anos a transição democrática tenha sofrido ataques sistemáticos por parte do governo de Jair Bolsonaro, temos ainda uma estrutura democrática que tem sustentado a “normalidade” e o funcionamento das instituições. Não alongando demais a discussão deste capítulo, que objetiva demonstrar historicamente o período de corrosão da democracia com a ditadura militar e com o processo de transição democrática, pós-ditadura militar, temos um plano geral com pontos históricos relevantes para entender o contexto da Justiça de Transição no Brasil.

Após discutirmos, inicialmente, sobre a Justiça de Transição e depois sobre a ditadura instaurada no Brasil entre 1964 à 1985, não poderíamos deixar de abordar como a transição democrática se construiu no Brasil em meio a uma diversidade de disputas que incluem atores, documentos e fontes de informação que são essenciais para entender o processo de transição de um regime autoritário, marcado por violações de Direitos Humanos, para um regime democrático.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa, por seu desenho e construção, se localiza dentro do paradigma participativo das Ciências Sociais. Temos hoje bem conhecido e amplamente estudado nas Ciências Sociais o paradigma positivista, o pós-positivista, a teoria crítica e a construtivista. Mais recentemente, surge o paradigma participativo ou cooperativo.

De acordo com Heron (1996, p. 19, tradução nossa):

A investigação cooperativa é uma forma de investigação participativa centrada na pessoa que pesquisa com pessoas e não nelas ou sobre elas. Ela quebra a separação do velho paradigma entre os papéis de pesquisador e sujeito. Na pesquisa tradicional em ciências humanas esses papéis são mutuamente exclusivos: o pesquisador apenas contribui com o pensamento que entra no projeto – concebendo-o, projetando-o, gerindo-o e dele construindo conhecimento – e os sujeitos apenas contribuem com a ação a ser estudada. [...] Na investigação cooperativa, esta divisão é substituída por um relacionamento participativo entre todos os envolvidos. Essa participação pode ser de diferentes tipos e graus. Em sua forma mais completa, os pesquisadores se engajam plenamente em ambos os papéis, movendo-se de maneira cíclica entre as fases de reflexão como co-pesquisadores e de ação como co-sujeitos. Desta forma, eles usam reflexão e ação para refinar e aprofundar um ao outro.

Baseando-nos na tabela de crenças básicas dos paradigmas investigativos alternativos, apresentados por Lincoln e Guba (2006), com atualizações ao paradigma participativo de Hereon e Reason (1997). Percebemos uma forte mudança da posição do sujeito investigador e investigado, que passam a interagir de forma não hierarquizada e com funções que se entrelaçam na construção do conhecimento notadamente e mais marcado no que se refere à metodologia, à natureza do conhecimento, ao controle da pesquisa e à voz.

Quanto à metodologia, o paradigma participativo indica para “participação política na verificação das práticas [das práticas]; uso da linguagem e métodos qualitativos” (HEREON; REASON *apud* LINCOLN; GUBA, 2006, p. 173).

Para esta pesquisa, a metodologia, pensada e centrada no sujeito, entende que os tesouros, são atravessados por questões culturais, sociais e políticas, principalmente as de ordem da manutenção das opressões sociais. Assim, os sujeitos-chave que constroem a JT serão inseridos na pesquisa não somente como sujeitos investigados, mas como sujeitos ativos no processo de pesquisa.

Ainda de acordo com os autores supracitados, a natureza do conhecimento envolve uma “epistemologia ampliada; primazia da subjetividade crítica; saber prático; conhecimento vivo” (HEREON; REASON *apud* LINCOLN; GUBA, 2006, p. 174). Dessa forma, entendemos que o conhecimento, ou a possibilidade de identificação do conhecimento, não se encontra somente em materiais bibliográficos científicos e acadêmicos, mas em uma diversidade de sujeitos que, mesmo fora desses contextos, estiveram à frente de movimentos sociais, sofreram com a ação repressiva do Estado durante a ditadura militar brasileira e que atuam ou atuaram na prática de instituições de memória, de verdade e de justiça.

O controle da pesquisa, que no paradigma positivista “encontra-se exclusivamente no pesquisador” (HEREON; REASON *apud* LINCOLN; GUBA, 2006, p. 175), na pesquisa participativa, passa a ser “compartilhado em vários níveis” (*idem*). Dessa forma, os sujeitos participantes desta pesquisa, sejam pesquisadores ou sujeitos pesquisados, ganharam papéis de igualdade no controle da pesquisa⁵⁷, podendo sugerir caminhos e mesmo alterar o desenho do estudo, desde que em consenso entre todos os participantes.

Assim como no controle da pesquisa, a voz na pesquisa com paradigma positivista encontrava-se principalmente no sujeito pesquisador. Já no paradigma participativo, há uma “mistura de vozes” (HEREON; REASON *apud* LINCOLN; GUBA, 2006, p. 176). Apontamos que a intenção desta pesquisa foi justamente que as vozes dos sujeitos que constroem a JT fossem ouvidas e levadas em consideração em todo o processo de construção do tesouro, não somente em momentos oportunos.

É possível que a escolha do paradigma participativo para a pesquisa aponte também para uma mudança paradigmática dentro da Ciência da Informação. Parece-nos, partindo da fala de Moura (2018a) sobre o caráter positivista na validação de fontes na construção de SOCs e da dissertação de Gomes (2019a), que os modelos de construção de tesouros ainda estão fortemente ligados ao paradigma físico da CI.

Seguindo, entendemos que o problema e os objetivos, geral e específicos, desta pesquisa, orientaram para a construção de procedimentos metodológicos que permitam a aplicação de um modelo de construção de tesouros com uma perspectiva acolhedora para a diversidade da JT. Afinal, compreendemos essa área em sua

⁵⁷ Cabe ressaltar que o pesquisador, no caso desta pesquisa, é parte da comunidade de sujeitos que compreendem os parentes de vítimas da ditadura militar brasileira – filho de anistiado político da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

complexidade cultural, social e política que pelos modelos tradicionais de construção de tesouros poderiam ficar encobertas. Baseamo-nos, para tanto, em um referencial teórico sobre OC que traz uma aproximação maior com questões sociais, culturais e políticas.

Trata-se de uma pesquisa que busca, na realidade empírica, terminologia da JT e na experimentação de um modelo de construção de tesouro que tencione os métodos tradicionais, a base para construção do conhecimento científico. É uma pesquisa de natureza qualitativa, visto que busca no empírico um aprofundamento no entendimento e no significado que a terminologia tem para a JT e como, ao considerar a compreensão social e política, poderia atingir valores e pontos de vistas dessa comunidade.

Boaventura de Sousa Santos, em seu livro *Um discurso sobre as ciências* (1988) faz uma defesa da metodologia qualitativa enquanto uma metodologia própria das ciências humanas e sociais. Para ele, a transição da metodologia quantitativa para a qualitativa representaria esse novo estado da ciência – de uma ciência moderna para uma ciência pós-moderna. No paradigma científico anterior, positivista, “as qualidades intrínsecas do objeto são [eram], por assim dizer, desqualificadas e em seu lugar passam a imperar as quantidades em que eventualmente se podem traduzir. O que não é quantificável é cientificamente irrelevante” (SANTOS, 1988, p. 50).

Nesta pesquisa entendemos que são os dados não quantificáveis que darão subsídio para entender a dinâmica para a construção de um tesouro envolto em uma complexidade nos contextos culturais, sociais e políticos.

É no sentido oferecido por Santos (1988), de compreender a linguagem a partir dos sentidos que as pessoas dão a ela, levando em consideração os apontamentos de Foucault (2015), Kilomba (2019), hooks (2019a, 2019b), Fanon (2008), Nascimento (2019), e Judith Butler (1997; 2019; 2020), que se apoiou a metodologia desta pesquisa. Dessa forma, entendendo que a terminologia de uma determinada área, como a da JT, não nasce esvaziada de sentido, que buscamos a construção do tesouro, percebendo a importância que as palavras, os termos e os conceitos têm para os atores sociais que constroem a JT como área do conhecimento envolto em disputas no âmbito cultural, social e político.

Caracteriza-se também como uma pesquisa com objetivo interpretativo. Para Domingues (2004, p. 120), a pesquisa interpretativa “envolve a significação (sentido) deles (fatos ou coisas)”. Além do mais,

A interpretação, mais deslocada do empírico e se pondo num nível mais teórico ou mesmo mais 'subjetivo', se volta para o *modus significandi* dos fenômenos (vale dizer: o modo como nós os significamos, bem como a forma como eles nos interpelam ou nos afeta) e pergunta não pelo *como*, mas pelo *por quê* e *para quê* das coisas ou seu *sentido* (DOMINGUES, 2004, p. 120, grifo do autor).

Dessa forma, por se debruçar sob os sentidos culturais, sociais e políticos dados à linguagem nos tesouros, juntamente às suas formas de construção, e por indagar não somente o como, mas acima dele os porquês do problema que esta pesquisa se caracteriza como interpretativa.

4.1 Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos precisam ser entendidos em duas dimensões diferentes, mas complementares e inseparáveis. A primeira é relativa à construção do tesouro que precisa ser devidamente descrita e que levará em seu processo técnicas utilizadas na pesquisa científica das Ciências Humanas e Sociais (grupo focal, observação participante, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental). A segunda dimensão é concernente à coleta de dados sobre o processo de construção do tesouro e das experimentações a partir do modelo construído, com as mesmas técnicas de coletas de dados usadas na primeira dimensão. O tesouro finalizado também foi objeto de análise desta pesquisa.

4.1.1 O modelo de construção do tesouro

A indicação do modelo de construção de tesouros deu-se principalmente frente ao referencial teórico de uma mudança de perspectiva sobre a construção de SOCs, ou seja, que os tesouros pretendam ser mais receptivos à diversidade social e cultural e com rompimento de formas cristalizadas de opressão social contra as minorias. Essa indicação se fez por buscarmos uma construção de tesouros com uma dinâmica e uma convivência de várias vozes, tanto no processo como no produto final. Essas vozes, que em determinados momentos podem parecer conflituosas, foram devidamente ouvidas e balizadas para que o tesouro tivesse como característica principal uma abertura à diversidade.

O modelo que mais se aproximou da proposta foi elaborado por Gomes e Frota (2019) e parte de uma complexificação dos modelos tradicionais para abertura à diversidade de possibilidades na construção dos tesouros. Os autores partiram da apropriação crítica do Modelo Metodológico Integrado de Construção de Tesouros (CERVANTES, 2009), Anexo 1, que trazia em sua estrutura cinco etapas bem delineadas e fechadas. Essas etapas então, eram divididas em outras treze subetapas.

No modelo proposto por Gomes e Frota (2019), as etapas foram substituídas pelos quatro elementos que são essenciais para a construção do tesouro quanto à sua parte terminológica: i) pessoas; ii) materiais terminológicos; iii) métodos; e iv) processos. Dessa forma, cada elemento deve ser pensado em relação às especificidades da área de aplicação, pensando em suas demandas de representatividade, suas disputas materiais e simbólicas, seus valores, seus pontos de vista e outros.

Para esta pesquisa, foram pensados cada um desses elementos em uma proposta para a construção do tesouro para a JT. A seguir, serão apresentados cada um desses elementos.

4.1.1.1 Pessoas

De acordo com Gomes e Frota (2019), dois grupos de pessoas fazem parte da equipe de construção do tesouro, são eles: os consultores da área e os profissionais da informação. O primeiro grupo formado é por pessoas com notório saber ou estrita relação com a área temática do tesouro que está em construção. O segundo grupo é formado pelos pesquisadores facilitadores responsáveis pela mediação do processo e pela gestão da construção do tesouro, são os especialistas em organização do conhecimento e que conduzirão o projeto do início ao fim.

Esse modelo confere centralidade aos atores sociais que formam determinada área do conhecimento, principalmente, àqueles pertencentes ao primeiro grupo. Há, então, a transferência de foco: dos documentos para as pessoas.

Pensado a JT como área a ser representada pelo tesouro, foram identificados dentro dos grupos características para a indicação de pessoas a serem consultoras no processo.

Grupo 1 – Pessoas com notório saber

Foram convidadas 14 pessoas além do pesquisador. Essas pessoas estavam divididas entre grupos: i) Especialistas (pessoas com formação acadêmica e dedicação à pesquisa científica); ii) vítimas diretas da ditadura de 1964; iii) parentes de vítima; iv) representantes de movimentos sociais da transição; v) profissionais de instituições de memória, de verdade e de justiça (que atuem ou atuaram nelas); vi) profissionais da área cultural.

Grupo 2 – Profissionais da informação

Três pessoas: graduadas em Biblioteconomia com conhecimento ou experiência em OC em uma perspectiva social.

4.1.1.2 Materiais

Os materiais, ou materiais terminológicos, correspondem aos “objetos” que contenham informações e que seja possível a identificação e a coleta de termos e de conceitos relevantes a uma determinada área (GOMES; FROTA, 2019).

A seleção dos materiais terminológicos foi feita por meio de consulta às pessoas que compuseram o grupo focal. Quando convidados a participarem da construção do tesouro, foi solicitado a indicação de materiais, textuais e audiovisuais, como: livros, jornais, revistas, artigos, filmes, documentários e vídeos, os quais fossem relevantes para se entender a JT e ditadura no Brasil. Como orientação a essas indicações, foi provocado que as pessoas a fizessem, principalmente, com materiais que viessem à memória quando se pensasse sobre a temática. Não necessariamente as pessoas precisariam iniciar buscas em bases de dados bibliográficas por esses materiais.

4.1.1.3 Métodos

Os métodos compreendem os meios pelos quais o tesouro foi sistematizado e estruturado. Recorrendo à literatura de OC, temos a indicação feita por Beghtol (1986) para o uso de técnicas de pesquisa da área da Sociologia para investigar a garantia cultural. No caso dessa experimentação, usamos as técnicas sociológicas para construção do tesouro.

Os métodos podem ser os mais variados possíveis, mas devem ser orientados às especificidades da área e à possibilidade de uso pelas pessoas que fazem parte da equipe de construção. Portanto, para o tesouro utilizou-se do grupo focal, na modalidade remota devido às restrições sanitárias da Covid-19, bem como a idade de alguns participantes e a possibilidade de reunião de pessoas de diversos lugares do Brasil sem custos de deslocamento.

Método 1 – Grupo focal

O método indicado para a construção do tesouro em JT é o grupo focal. É uma técnica muito próxima à entrevista, mas se difere por não ser dirigida a um entrevistado individualmente, mas a vários ao mesmo tempo. Minayo (2008, p. 269) aponta que essa técnica de coleta de dados

constitui num tipo de entrevista ou conversas em grupos pequenos e homogêneos. Para serem bem sucedidos, precisam ser planejados, pois visam obter informações, aprofundando a interação entre os participantes, seja para um consenso, seja para explicitar divergências. A técnica deve ser aplicada mediante um roteiro que vai do geral ao específico, em um ambiente não diretivo, sob a coordenação de um moderador capaz de conseguir a participação e o ponto de vista de todos e de cada um.

O grupo focal foi utilizado para interação entre as diversas pessoas presentes na construção do tesouro, inclusive os profissionais da informação, bibliotecários. Foi por meio do grupo focal que ocorreu a mediação da identificação da terminologia, a discussão sobre os termos e da estruturação do tesouro. O grupo focal foi identificado como mais adequado por permitir a reunião de várias pessoas com um roteiro preestabelecido de questões a serem discutidas e com possibilidade de interação entre todos os participantes. Ocorreram 2 (dois) encontros com pessoas de notório saber e profissionais da informação.

Durante os grupos focais ocorreu a observação dos participantes para posterior análise. A observação foi do tipo livre e registrada em um arquivo próprio.

Faz-se necessário lembrar que, como aconselhado por Barbour (2009), seguimos a indicação de gravar em vídeo os encontros do grupo focal para a posterior verificação de elementos que tenham passado despercebidos. Também ocorreu a transcrição das falas dos participantes.

- *Primeiro encontro*

Tempo estimado: 1 hora

Tempo real: 2 horas e 17 minutos

Local: ambiente virtual (*Google Meet*)

1º momento: Leitura do Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento e solicitação, por voz, da aceitação na participação.

2º momento: Foram feitas perguntas motivadoras para discussão sobre ditadura e justiça de transição no Brasil. Os participantes poderiam fazer seus apontamentos, discordar uns dos outros, fazer novos questionamentos e discutir sobre o tema envolto em cada pergunta motivadora. Foi elaborado um roteiro com cinco perguntas para orientar no percurso do grupo focal.

- *Segundo encontro*

Tempo estimado: entre 1 e 2 horas

Tempo real: 1 hora e 30 minutos

Local: ambiente virtual (*Google Meet*)

1º momento: Lembrança do Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento e aceitação por voz.

2º momento: Foram lançados, em forma de questionamento e sem muita intervenção, termos relativos à ditadura e à JT que apareceram na coleta dos materiais terminológicos e no primeiro encontro do grupo focal. Os termos foram escolhidos em relação à sua importância para compreensão da ditadura e da JT (termos que tiveram variações gráficas e termos que tiveram variações conceituais). Os participantes fizeram seus apontamentos e discussão em relação aos termos.

3º momento: Agradecimento aos participantes pela disponibilidade em participar dos encontros do grupo focal e em contribuir com a pesquisa.

Método 2 – Pesquisa bibliográfica e documental

O outro método utilizado para a construção do tesauro foi a pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica foi realizada com a utilização de materiais já publicados, os mais comuns foram: livro, capítulo de livro, artigo científico e tese; já a pesquisa documental foi baseada em materiais que não passaram por um tratamento analítico, são em sua maioria fontes de informação primárias (PRODANOV; FREITAS, 2013). É importante não confundir os dois tipos de pesquisa.

A pesquisa documental não pode ser confundida com a pesquisa bibliográfica com a qual se assemelha, uma vez que ambas utilizam o documento como objeto de investigação. O que as diferencia é a fonte, ou seja, a característica do documento: no primeiro caso, denominam-se de fontes primárias, as quais não receberam nenhum tratamento analítico como relatórios de pesquisas ou estudos, memorandos, atas, arquivos escolares, autobiografias, reportagens,

cartas, diários pessoais, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação; no segundo, as fontes são secundárias, abrangem toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 59).

A pesquisa documental teve como principais materiais terminológicos: documentário, página da internet (*site*), vídeo (em formato de *lives*⁵⁸), tesouros, cordéis e o grupo focal.

Esses métodos foram incluídos devido à pesquisa terminológica em materiais bibliográficos e não bibliográficos. Quanto aos materiais bibliográficos, utilizamos a leitura técnica, própria do processo de indexação, objetivando a identificação de termos mais relevantes para a JT.

Quanto à pesquisa documental, entendemos que houve uma abertura aos materiais que trouxeram uma diversidade de fontes e de formatos que não podem ser pensados de forma padronizada, portanto, dificultando a utilização da leitura técnica para identificação dos termos e de conceitos.

4.1.1.4 Processo

O processo refere-se ao percurso, às etapas, para a elaboração do tesouro. De acordo com Gomes e Frota (2019), é necessário que os processos se adaptem à área que está sendo representada, e não a área se adaptar ao modelo para encaixar em um processo padronizado. É indispensável que o processo seja o mais aberto possível em sua fase de planejamento, isso para dar margem às movimentações que sejam necessárias com o decorrer do percurso.

4.1.1.5 Construção coletiva

No processo de construção do tesouro adotado na pesquisa, vários atores participaram de todas as etapas, principalmente na tomada de decisão e na construção de conceitos, assim, entendemos que há uma construção colaborativa de informação e de conhecimento sobre a terminologia na área da JT. De acordo com Raposo e Mesquita (2018, p. 39),

⁵⁸ Evento transmitido *online*, mas que pode ficar registrado ou não para posteridade. Se tornaram muito utilizados devido as restrições sanitárias impostas pela Covid-19, que indicava a não aglomeração de pessoas em locais fechados. As *lives*, como ficaram conhecidas, tinham forma e conteúdo diverso, indo de uma palestras sobre temas científicos e acadêmicos a eventos culturais.

A construção colaborativa de conhecimento pode ser vista numa perspectiva de comunicação deliberativa. Uma vez que ninguém por si só possui toda a informação, a deliberação parece ser um veículo capaz de proporcionar o contexto para a criação do conhecimento necessário para que todos os envolvidos possam ser encorajados a discutir no plano conceptual minimizando o plano do conflito.

Os autores mencionado ainda continuam dizendo que “não é por acaso que os processos colaborativos [...] são muitas vezes vistos como capazes de resolver problemas complexos, onde o conhecimento especializado por si só se revela limitado” (RAPOSO; MESQUITA, 2018, p. 39). Essa possibilidade de construção se alinha à proposta da pesquisa, ser inclusivo em seu processo.

Como dito anteriormente, os conceitos relativos aos termos foram construídos pelos próprios participantes, isto é, numa colaboração coletiva. Para tanto, foram discutidos os conceitos identificados nos materiais terminológicos para em seguida pensar a construção de um conceito elaborado pelo grupo.

4.1.1.6 *Software de construção de tesouros*

Utilizamos o *software* TemaTres para gerenciamento de tesouros, ferramenta disponibilizada gratuitamente pelo seu criador, Diego Ferreyra. Essa escolha se faz, dentre outras, já que o *software*

dispõe de capacidades e funcionalidades para consulta, análise e assistência para a busca e contextualização de termos. Também permite a representação de vocabulários através de todos os padrões de metadados disponíveis no campo da gestão do conhecimento (TEMATRES, 2019, *online, tradução nossa*).

A escolha se deu pelo caráter de gratuidade do *software* e por permitir a colaboração de vários usuários, além da possibilidade de integração a sistemas de informação, permitindo, assim, continuidade e futura ampliação de uso e de colaboração na melhoria do tesouro. Também é possível fazer impressão ou extração de uma representação gráfica do tesouro. Ele também permite a disponibilização do tesouro em ambiente *online* para buscas, com isso, pode cumprir com a função de representação e de comunicação entre o usuário e o sistema.

A utilização do TemaTres também objetiva aumentar a visibilidade do instrumento como um produto desenvolvido e com possibilidades de uso para o ensino e para a pesquisa.

4.1.1.7 Procedimentos éticos⁵⁹

Para cumprir com os requisitos éticos envolvidos na pesquisa científica, os participantes do grupo focal assinaram um Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento, Apêndice, dando ciência de que estariam sendo observados e gravados nos encontros do grupo focal (físico – enviado, assinado e devolvido via correios; e, antes do início do grupo focal remoto, houve a leitura e a aceitação dos termos por voz).

4.2 Procedimentos de análise dos dados

Os procedimentos de análise dos dados foram feitos em duas etapas: i) corresponde à análise do processo de construção do tesauro com uso das técnicas de pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais e, para essa etapa, utilizamos a análise de conteúdo (LAVILLE; DIONNE, 1999); ii) corresponde à análise do protótipo do Tesauro enquanto um instrumento social que opera um discurso, utilizamos a análise do discurso (FOUCAULT, 2008).

4.2.1 Análise de conteúdo

Para a análise dos dados coletados no e sobre o processo de construção do protótipo de tesauro para estudos sobre a JT, utilizamos a análise de conteúdo na perspectiva teórica abordada por Laville e Dionne (1999). Para os autores, a análise de conteúdo “consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação” (p. 214).

Em sua proposta de procedimentos para análise de conteúdo, Laville e Dionne (1999) propõem a sequência de etapas: i) recortes dos conteúdos; ii) definição das categorias analíticas; iii) categorização final das unidades de análise; e iv) análise. Essa sequência de etapas não é fixa e fechada, como apresentam os próprios autores:

A análise de conteúdo não é, contudo, um método rígido, no sentido de uma receita com etapas bem circunscritas que basta transpor em uma ordem determinada para ver surgirem belas conclusões. Ela constitui, antes, um

⁵⁹ Todos os procedimentos referentes à ética em pesquisa foram analisados e aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais: CAAE: 57298322.6.0000.5149 e Número do Parecer: 5.616.164.

conjunto de vias possíveis nem sempre claramente balizadas, para a revelação – alguns diriam reconstrução – do sentido de um conteúdo. Assim, pode-se, no máximo, descrever certos momentos dele, fases que, na prática, virão às vezes entremear-se um pouco, etapas no interior das quais o pesquisador deve fazer prova de imaginação, de julgamento, de nuance, de prudência crítica... (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 216).

A primeira etapa foram os recortes de conteúdo. Em termos teóricos, elaborados por Laville e Dionne (1999, p. 216), nessa etapa, cumpre “agrupar esses elementos em função de sua significação, cumpre que esses sejam portadores de sentido em relação ao material analisado e as intenções da pesquisa”. Dessa forma, os recortes partiram de três instâncias: i) referencial teórico; ii) procedimentos metodológicos (construção do tesouro); e iii) dados coletados no grupo focal e do protótipo de tesouro.

Na etapa de definição das categorias analíticas, “rubricas sob as quais virão se organizar os elementos de conteúdo agrupados” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 219), optamos por seguir um modelo fechado, com a definição das categorias analíticas *a priori*. Assim, a partir dos recortes do conteúdo, chegou-se às seguintes categorias principais de análise:

- i) Garantia Cultural, atores da transição e materiais;
- ii) Garantia Cultural, atores da transição e métodos;
- iii) Garantia Cultural, atores da transição e termos.

Dentro dessas categorias, quando oportuno, fizemos o destaque sobre as perspectivas relativas à JT e ditadura, ética na OC, diversidade de vozes e hospitalidade cultural.

Na etapa de categorização final das unidades de análise, que tem por objetivo “considerar uma a uma as unidades à luz dos critérios da grade de análise para escolher a categoria que convém melhor a cada uma” (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 223), fizemos a seleção das falas que ocorreram no grupo focal, nos dois encontros, e os termos foram selecionados a partir de sua pertinência para a análise dentro categoria principal e sua pertinência para a JT e ditadura.

Usamos para análise do conteúdo, após a reestruturação do mesmo, uma abordagem qualitativa sobre esse conteúdo com a modalidade de estruturação. Essa modalidade

consiste em emparelhar ou, mais precisamente, em associar os dados recolhidos a um modelo teórico com a finalidade de compará-los. Essa estratégia supõe a presença de uma teoria sobre a qual o pesquisador apoia-

se para imaginar um modelo do fenômeno ou da situação em estudo. Cumpre-lhe em seguida verificar se há verdadeiramente correspondência entre essa construção teórica e a situação observável, comparar seu modelo lógico ao que aparece nos conteúdos, objetos de sua análise. A qualidade da organização lógica do quadro operacional mostra-se aqui primordial, pois a grade de análise que dela emerge torna-se não só o instrumento de classificação, mas também o de toda a análise-interpretação dos conteúdos. (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 227)

Para estruturação, usamos como estratégia, inicialmente, identificar os conteúdos tanto teóricos quanto empíricos em relação as categorias principais. Em seguida, foram verificados, enquanto “subcategorias”, a possibilidade de analisá-los incluindo perspectivas sobre JT e ditadura, ética na OC, diversidade de vozes e hospitalidade cultural. Por fim, a identificação de trechos das falas dos participantes dos grupos focais e de termos do protótipo do tesouro que corroborassem à análise e discussão.

4.2.2 Análise de discurso

Para a análise do discurso presente no protótipo de Tesouro para Estudos da Justiça de Transição no Brasil, usamos a análise do discurso na ótica de Foucault (1987). De acordo com o autor, o discurso é “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (p. 124). Dessa forma, e seguindo entendimentos do autor sobre o discurso, tentaremos compreender os enunciados que se manifestam sem necessariamente isolá-los de outros elementos, mas definindo

as condições nas quais se realizou a função que deu a uma série de signos (não sendo esta forçosamente gramatical nem logicamente estruturada) uma existência, e uma existência específica. Esta a faz aparecer não como um simples traço, mas como relação com um domínio de objetos; não como resultado de uma ação ou de uma operação individual, mas como um jogo de posições possíveis para um sujeito; não como uma totalidade orgânica, autônoma, fechada em si e suscetível de - sozinha - formar sentido, mas como um elemento em um campo de coexistência; não como um acontecimento passageiro ou um objeto inerte, mas como uma materialidade repetível (FOUCAULT, 1987, p. 125).

Para conduzir o trabalho arqueológico, usamos os três elementos apontados por Foucault, no livro *A arqueologia do saber*⁶⁰ (1987), para compreender a formação dos terminológica: i) superfícies de emergência; ii) instâncias de delimitação; e iii) grades de especificação.

Quadro 3 – Procedimentos para análise do discurso

Instâncias dos recortes	Procedimento
Referencial teórico	Características chave para a construção de um tesouro que corresponda a uma Organização Social do Conhecimento: garantias subjetivas, posicionamento ético na OC, abertura para vozes diversas e hospitalidade cultural. Compreensões sobre a Justiça de Transição e Ditadura Militar no Brasil para relacionar o contexto cultural, social e político.
Procedimentos metodológicos (construção do tesouro)	Elementos sobre o processo de construção do protótipo de Tesouro para Estudos sobre a Justiça de Transição no Brasil: pessoas, materiais, métodos e processo.
Dados coletados	Sequências de falas dos participantes dos grupos focais. Termos do protótipo do Tesouro para Estudos sobre a Justiça de Transição no Brasil.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nesses três elementos apontados por Foucault (1987) e com intenção de conhecer melhor o discurso produzido e que será disseminado pelo tesouro, já que o entendemos como um dispositivo, selecionamos os seguintes termos: i) Golpe Militar (1964); Regime Ditatorial Militar; iii) Justiça; e iv) Desanistia.

Os termos “Golpe Militar (1964)” e “Regime Ditatorial Militar” foram selecionados por sua relevância nas discussões sobre ditadura feitas nos encontros dos grupos focais e por disputas que ocorrem sobre os mesmos em um ambiente político mais ampliado. Os termos “Justiça” e “Desanistia” foram selecionados por sua relevância nas discussões sobre JT. “Justiça”, por possuir uma disputa sobre a Lei de Anistia, que leva ao impedimento de cumprimento com essa dimensão da JT e “Desanistia”, por ser um termo recente, demonstrando a organicidade da linguagem relativa à JT e por gerar uma discussão sobre o contexto político.

4.2.2.1 Superfícies de emergência

Seria preciso inicialmente demarcar as superfícies primeiras de sua emergência: mostrar onde podem surgir, para que possam, em seguida, ser designadas e analisadas essas diferenças individuais que, segundo os graus

60 Foucault está tratando sobre o discurso psiquiátrico a respeito da loucura. Por esse motivo, suas demarcações sobre as superfícies de emergência, instâncias de delimitação e as grades de especificação possuem direcionamentos sobre esse discurso.

de racionalização, os códigos conceituais e os tipos de teoria, vão receber a qualificação de doença, alienação, anomalia, demência, neurose ou psicose, degenerescência etc. Essas superfícies de emergência não são as mesmas nas diferentes sociedades, em diferentes épocas e nas diferentes formas de discurso. Permanecendo na Psicopatologia do século XIX, é provável que elas fossem constituídas pela família, pelo grupo social próximo, o meio de trabalho, a comunidade religiosa (que são todos normativos, suscetíveis ao desvio, que têm uma margem de tolerância e um limiar a partir do qual a exclusão é requerida, que têm um modo de designação e de rejeição da loucura, que se não transferem para a medicina a responsabilidade da cura e do tratamento, pelo menos o fazem com a carga da explicação); se bem que organizadas de modo específico, essas superfícies de emergência não são novas no século XIX. Em compensação, foi nessa época, sem dúvida, que se puseram a funcionar novas superfícies de aparecimento: a arte com sua normatividade própria, a sexualidade (seus desvios em relação a proibições habituais tornam-se pela primeira vez objeto de demarcação, de descrição e de análise para o discurso psiquiátrico), a penalidade (enquanto a loucura, nas épocas precedentes, era cuidadosamente destacada da conduta criminosa e valia como desculpa, a criminalidade torna-se ela própria - e isso desde as famosas "monomanias homicidas" - uma forma de desvio mais ou menos aparentada à loucura). Nesses campos de diferenciação primeira, nas distâncias, descontinuidades e limiares que então se manifestam, o discurso psiquiátrico encontra a possibilidade de limitar seu domínio, de definir aquilo de que fala, de dar-lhe o status de objeto - ou seja, de fazê-lo aparecer, de torná-lo nomeável e descritível (FOUCAULT, 1987, p. 47).

Para demonstrar as superfícies de emergência sobre o discurso em relação à JT e à ditadura, fizemos um recorte temporal e político em duas partes: i) recorte sobre o período da ditadura, entre 1964 e 1985; ii) recorte sobre o período de transição democrática, entre 1985 e janeiro de 2023. Consideramos para entender as superfícies de emergência o contexto político desses recortes temporais, ou seja, como as variações de ideologias políticas, mais democráticas ou menos democráticas, fazem com que determinados termos e conceitos emergem no discurso.

Esses dois recortes temporais estão permeados por questões políticas sobre a linguagem. No primeiro recorte, mesmo compreendendo que a mudança de presidentes militares também importava em mudanças políticas, foi mantido como um contexto político único. Já o período de transição democrática, fizemos a divisão por presidentes eleitos democraticamente após o fim da ditadura militar, pois fica bem demarcado para compreensão sobre como um determinado termo, que corresponde a um determinado discurso, se movimenta sobre as superfícies de emergência.

Dessa forma, cada termo selecionado no protótipo do tesouro teve, dentro do recorte temporal, uma contextualização com a construção política de cada governo.

4.2.2.2 *Instâncias de delimitação*

Seria necessário descrever, além disso, instâncias de delimitação: a medicina (como instituição regulamentada, como conjunto de indivíduos que constituem o corpo médico, como saber e prática, como competência reconhecida pela opinião pública, a justiça e a administração) tornou-se, no século XIX, a instância superior que, na sociedade, distingue, designa, nomeia e instaura a loucura como objeto; mas não foi a única a representar esse papel: a justiça, e particularmente a justiça penal (com as definições da escusa, da irresponsabilidade, das circunstâncias atenuantes e com o uso de noções como as de crime passional, de hereditariedade, de perigo social), a autoridade religiosa (na medida com que se estabelece como instância de decisão que separa o místico do patológico, o espiritual do corporal, o sobrenatural do anormal, e na medida em que pratica a direção de consciência mais para um conhecimento dos indivíduos do que para uma classificação casuística das ações e das circunstâncias), a crítica literária e artística (que, no curso do século XIX, trata a obra cada vez menos como um objeto de apreciação que deve ser julgado, e cada vez mais como uma linguagem que deve ser interpretada e em que é preciso reconhecer os jogos de expressão de um autor) (FOUCAULT, 1987, p. 47).

As instâncias de delimitação foram feitas a partir das notas de escopo elaboradas para cada um dos termos. Essas notas foram elaboradas com base nas discussões ocorridas no grupo focal.

Para corroborar com o estudo das instâncias de delimitação, incluímos, para análise e discussão dos resultados, trechos dos encontros dos grupos focais. Assim, foi possível compreender melhor sobre o termo e como se chegou à delimitação dentro do discurso, pois a elaboração das notas esteve delimitada ao que foi discutido nos encontros do grupo focal.

4.2.2.3 *Grades de especificação*

Analisar finalmente as grades de especificação: trata-se dos sistemas segundo os quais separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamos, umas das outras, as diferentes "loucuras" como objetos do discurso psiquiátrico (essas grades de diferenciação foram, no século XIX, a alma, como grupo de faculdades hierarquizadas, vizinhas e mais ou menos interpenetráveis; o corpo, como volume tridimensional de órgãos ligados por esquemas de dependência e de comunicação; a vida e a história dos indivíduos, como sequência linear de fases, emaranhado de traços, conjunto de reativações virtuais, repetições cíclicas; os jogos das correlações neuropsicológicas como sistemas de projeções recíprocas e campo de causalidade circular) (FOUCAULT, 1987, p. 48).

As grades de especificação foram observadas pelos relacionamentos hierarquizados (subordinação e/ ou coordenação). Esses relacionamentos ajudam a

visualização de um termo com aqueles com que se aproxima e que se opõe. Também foi possível verificar os agrupamentos de termos que se relacionam.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa foram organizados em duas partes para facilitar a análise: a primeira correspondente ao processo de construção do tesouro, e a segunda trata do tesouro enquanto estrutura linguística. As duas partes não são independentes, pois para entender o processo de construção do tesouro é necessário compreender que ele se faz por meio da compreensão da linguagem, e para entender a linguagem própria da JT sob a qual estamos nos detendo é necessário compreender o processo de construção do tesouro.

Neste capítulo, apresentamos a interação entre os dados coletados na pesquisa empírica, alguns já indicados no capítulo anterior, com o construto teórico apresentado nos capítulos sobre *Organização Social do Conhecimento* e sobre *Justiça de Transição no Brasil: Atores, Documentos e Fontes de Informação*.

Como o objetivo desta pesquisa perpassa o tencionamento dos métodos de construção de tesouros, que ainda estão fortemente apoiados numa lógica positivista, houve a experimentação do uso de métodos científicos das ciências sociais para pesquisa terminológica e o uso da garantia cultural no processo de validação dos termos do tesouro. Houve ainda a necessidade de compreender como esse tencionamento do método produziu um discurso sobre a Justiça de Transição.

Com uma perspectiva que vai de encontro a um movimento de mudança paradigmática sobre os Sistemas de Organização do Conhecimento, apresentado nos capítulos teóricos, buscamos romper com os modelos tradicionais de construção de tesouros e fazer uso combinado com garantias mais subjetivas de validação dos termos e que possibilitassem a interação e permanência de uma diversidade de vozes no tesouro.

Os métodos advindos das ciências sociais escolhidos para a construção do tesouro foram o grupo focal, sendo um aliado à garantia cultural, e a pesquisa bibliográfica e documental, aliado a garantias como a filosófica e a literária. A interação entre os grupos focais para a construção do tesouro ganhará destaque na primeira seção deste capítulo, ao analisarmos como ocorre a relação das garantias e os atores sociais com os materiais terminológicos, com os métodos, com o processo e, por fim, com os termos e conceitos.

Na segunda seção o discurso construído no tesauro será analisado a partir de uma leitura sobre os termos, conceitos e relacionamentos, seja na presença deles ou em suas ausências.

5.1 Construção de um tesauro em perspectiva social

Para construção de um tesauro que correspondesse a uma perspectiva social de respeito às diversidades de vozes dentro da JT, o abandono aos modelos tradicionais de construção de tesouros e o acionamento da garantia cultural para a validação principal de termos e conceitos foi fundamental. Essa escolha se apoia na indicação feita por Moura (2018a), sobre o caráter positivista dado às formas de autorização, de garantias, de termos e de conceitos nos SOCs.

Para alcançar uma validação de termos e de conceitos de forma mais subjetiva, usamos a garantia cultural como base de sustentação e outras garantias como assessórias do processo de validação, como proposto por Beghtol (1986).

A autora, percursora da garantia cultural, faz a indicação de métodos e de técnicas da Sociologia e Antropologia para investigação dos SOCs. Nesta pesquisa, utilizamos métodos dessas áreas para operacionalizar a garantia cultural na validação dos termos e conceitos do tesauro. Dessa forma, fizemos a adoção de uma metodologia que permitisse a participação com a maior aproximação das posições de pesquisador e sujeitos pesquisados, em conformidade com o paradigma participativo (HERON,1996), e com uso do grupo focal como técnica para coleta terminológica e validação de termos.

O grupo focal foi definido como a técnica principal para a coleta terminológica e validação dos termos. Esse método permitiu num primeiro momento que os participantes dos encontros discutissem sobre JT e ditadura, sem necessariamente se atentarem sobre indicação de termos e de conceitos relevantes à área. O intuito era que os participantes, interagissem em seus consensos e dissensos (MINAYO, 2008). Foi a partir dessa interação que se construiu um “texto”, permeado de conceitos e de termos sobre a JT e ditadura, compreendendo as perspectivas diversas dos atores sociais que compuseram o grupo.

Com base na estratégia de uso do grupo focal, pensando na garantia cultural e na hospitalidade cultural, na qual se propõe a possibilidade de convivência da diversidade cultural em um único SOC (BEGHTOL *apud* GOMES, 2019a), elaborou-

se um desenho de grupos de pessoas que pertençam (representam e que ajudam a construir a área conhecida como JT), que chamaremos de grupos de pertencimento.

Participaram de todo o processo dez pessoas, de um total de quinze convidados. Nem todas estiveram presentes em todo o processo (dois encontros), como pode ser visto no quadro 4. Os participantes foram identificados com códigos: NS, para pessoas com Notório Saber⁶¹, e PI, para Profissionais da Informação.

Quadro 4 – Participação das pessoas nos encontros

Participante	Encontro 1	Encontro 2
NS1	<i>Não</i>	<i>Sim</i>
NS2	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
NS3	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
NS4	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
NS5	<i>Não</i>	<i>Sim</i>
NS6	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
NS7	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>
PI1	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>
PI2	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
Pesquisador	<i>Sim</i>	<i>Sim</i>

Fonte: Elaborado pelos autores.

Esse número foi abaixo do que esperávamos, mas não afetou a qualidade da pesquisa e trouxe algumas indicações que serão melhor descritas nos momentos oportunos da análise e discussão dos dados. Tivemos um grupo heterogêneo, como era intencionado. A seguir, apresentamos o quadro 5, descrevendo o perfil dos membros que compuseram os grupos focais:

Quadro 5 – Descrição das pessoas com notório saber

Participante	Descrição
NS1	Graduada em História, mestra em Arquivologia e doutora em Ciência da Informação. Sua tese teve como objeto de pesquisa o Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Trabalhou na Comissão Nacional da Verdade. Professora universitária na graduação em Arquivologia e no Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> em Ciência da Informação.
NS2	Graduada em História, mestra e doutoranda em História. No doutorado, pesquisa sobre a atuação de cientistas situados em instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento da Amazônia durante a Ditadura Militar. Professora universitária.
NS3	Vítima da ditadura militar. Ex-presença política. Participou de grupos de resistência ao autoritarismo do governo militar. Compelida ao exílio com seu marido e filhos durante a ditadura. Foi vereadora em uma cidade mineira no período pós-ditadura. Formada em Serviço Social.
NS4	Vítima da ditadura militar. Ex-presença político. Foi membro presidente da União

⁶¹ Nomeamos como notório saber por entendermos que o conhecimento sobre a JT e a ditadura no caso da pesquisa inclui o conhecimento científico e acadêmico, mas vai além. Estamos interessados, também, em formas de conhecimento que são apreendidos e percebidos por outras instâncias sociais. Conhecimentos que vêm da experiência e das vivências da luta contra a ditadura, em movimentos sociais, na prática das instituições de memória, verdade e justiça e outros.

	Nacional dos Estudantes. Atuou em grupos de resistência ao governo militar. Foi compelido ao exílio com sua esposa e filhos. Entre o final do governo militar e início da redemocratização, atuou como Deputado Federal. Formado em Medicina.
NS5	Vítima e filha de vítimas da ditadura, mãe e pai. Compelida ao exílio junto aos pais. Membro do Coletivo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça. Graduada e mestra em Letras e doutora em Letra Neolatinas. Professora.
NS6	Filha de vítima da ditadura. Membro do Coletivo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça. Roteirizou, dirigiu e produziu um filme documentário que conta como seu pai foi assinado por agente da ditadura militar já no período pós-ditadura. Graduada em Comunicação Social - Jornalismo e mestra em Ciências Sociais.
NS7	Membro fundador do Coletivo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça. Membro da Coalizão Brasil por Memória Verdade Justiça. Neto de vítima direta da ditadura. Graduado em Composição e mestre em Estudos Contemporâneos das Artes. Professor e músico.
Pesquisador	Filho de anistiado político da ditadura militar. Membro do Coletivo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça. Pesquisa temas relacionados à Justiça de Transição, ditadura brasileira, memória e verdade. Formado em Administração e biblioteconomia. Mestre e doutorando em Ciência da Informação. As pesquisas de mestrado e doutorado se atentam a instrumentos utilizados na Organização do Conhecimento em uma perspectiva social. Professor do ensino médio e superior.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dos profissionais da informação, tivemos a participação de dois bibliotecários experientes com tesouros PI1 e PI2. Outro membro participante da coleta de dados também perfaz um perfil de formação na Ciência da Informação: NS1, que possui doutorado em Ciência da Informação, como pode ser visto no quadro 6.

Quadro 6 – Descrição dos profissionais da informação

Participante	Descrição
PI1	Bibliotecária. Possui experiência na projeção de tesouros. Mestra e doutora em Ciência da Informação. Pesquisa a construção de Sistemas de Organização do Conhecimento em perspectiva social.
PI2	Bibliotecário. Possui experiência em descrição e indexação de documentos. Mestre e doutorando em Ciência da Informação. Pesquisa desvios éticos em Sistemas de Organização do Conhecimento.
Pesquisador	Formado em Administração e em Biblioteconomia. Mestre e doutorando em Ciência da Informação. As pesquisas de mestrado e doutorado se atentam à instrumentos utilizados na Organização do Conhecimento em uma perspectiva social. Filho de anistiado político da ditadura militar. Pesquisa temas relacionados à Justiça de Transição, ditadura brasileira, memória e verdade. Professor do Instituto Federal do Maranhão.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O pesquisador, em sua participação, que se diferencia da dos demais membros do grupo focal por sua relação direta com a construção e condução da pesquisa, assumiu, nos encontros do grupo focal também papéis enquanto membro do grupo de pertencimento por ser um profissional da informação (bibliotecário) e de filho de vítima da ditadura. Dessa forma, destacamos que sua atuação está relacionada a esses dois papéis: condutor da pesquisa e membro do grupo focal.

A partir da descrição dos participantes, quadros 5 e 6, é possível perceber que as pessoas convidadas, mesmo que se tivesse a intenção de representação de um dos grupos (especialistas; vítimas diretas da ditadura de 1964; parentes de vítima; pertencentes de movimentos sociais da transição; profissionais de instituições de memória, de verdade e de justiça; profissionais da área cultural), traziam a partir de suas trajetórias de vida pertencimentos e elementos de vários grupos ou múltiplas representações. No protótipo de tesouro resultante desta pesquisa, consideramos que cada membro do grupo focal é um indivíduo complexo que não se despoja de suas visões de mundo e ideologias quando participa da criação de um tesouro, mas que, ao contrário, deve assumir um posicionamento ético com a verdade.

Tivemos participantes que ocuparam mais de um lugar de pertencimento, como foi o caso de NS1 que, convidado a participar como pertencente do grupo de especialistas, supriu uma ausência do grupo de profissionais de instituições de memória, de verdade e de justiça. Essa movimentação entre os lugares de pertencimento precisa ser devidamente esclarecida, pois não se teve como intenção, em nenhuma etapa da pesquisa, limitar como cada participante deveria se portar em relação ao grupo para o qual foi inicialmente convidado.

A diversidade de participantes, atores, também importou numa heterogeneidade de fontes que foram indicadas e consultadas para coleta terminológica. Parte do planejamento do tesouro, para abarcar a garantia cultural, estava na diversidade de fontes e contextos de criação e disseminação das fontes terminológicas. Assim, os atores sociais poderiam sugerir matérias que refletissem as demandas de seus lugares de pertencimento. Não era necessário que o participante iniciasse uma busca em bases de dados por esses materiais, mas poderia fazer a indicação daqueles materiais que viesse a memória e que pudessem ajudar na coleta de termos e conceitos.

Quadro 7 – Síntese dos materiais terminológicos indicados

Participante	Material terminológico	Tipologia
NS1	Não enviou recomendações de materiais	
NS2	A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)	Tese
	Os Fundamentos da Doutrina de Segurança Nacional e seu Legado na Constituição do Estado Brasileiro Contemporâneo	Artigo científico
	Ditadura 'civil-militar?': controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente	Artigo científico
	Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-	Livro

	militar, 1964-1988	
	Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado.	Livro
	A internacional capitalista: estratégia e táticas do empresariado transnacional	Livro
	Pau de arara: a violência militar no Brasil	Livro
	As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária	Livro
	Empresário Nacional: Alguns Problemas Teóricos e sua Caracterização Econômica nos Anos Setenta	Capítulo de Livro
	Empresário Nacional: Ideologia e Atuação Política nos Anos Setenta	Capítulo de Livro
	Do uso das tecnologias e dos dispositivos de poder: Ditadura Militar e empresários na Amazônia	Capítulo de Livro
	Cidadão Boilesen	Documentário
NS3	Não enviou recomendações de materiais	
NS4	Não enviou recomendações de materiais	
NS5	Não enviou recomendações de materiais	
NS6	Não enviou recomendações de materiais	
NS7	Site do Grupo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça	Página da Internet
	Memória e Democracia: Ato da Coalizão Brasil por Memória, Verdade, Justiça, Reparação e Democracia	Vídeo
	Coalizão Brasil: Memória, Verdade e Justiça, Reparação e Democracia	Vídeo
PI1	Tesouro Sobre Derechos Humanos (Corte Interamericana de Derechos Humanos)	Tesouro
	Tesouro Jurídico de la Suprema Corte de Justicia de la Nación (México)	Tesouro
PI2	Não enviou recomendações de materiais	
Pesquisador	Justiça de Transição e Estado Constitucional de Direito: perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro	Livro
	Justiça de Transição: contornos do conceito	Livro
	Mulheres na luta armada: protagonismo feminino na ANL (Ação Libertadora Nacional)	Livro
	Os direitos da transição e a democracia no Brasil: estudos sobre Justiça de Transição e teoria da democracia	Livro
	Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964	Livro
	Justiça de Transição: manual para a América Latina	Livro
	Lembrar é agir: memória, verdade e Direitos Humanos	Livro
	Brasil Nunca Mais	Livro
	Nos Porões da Ditadura	Coleção de cordéis

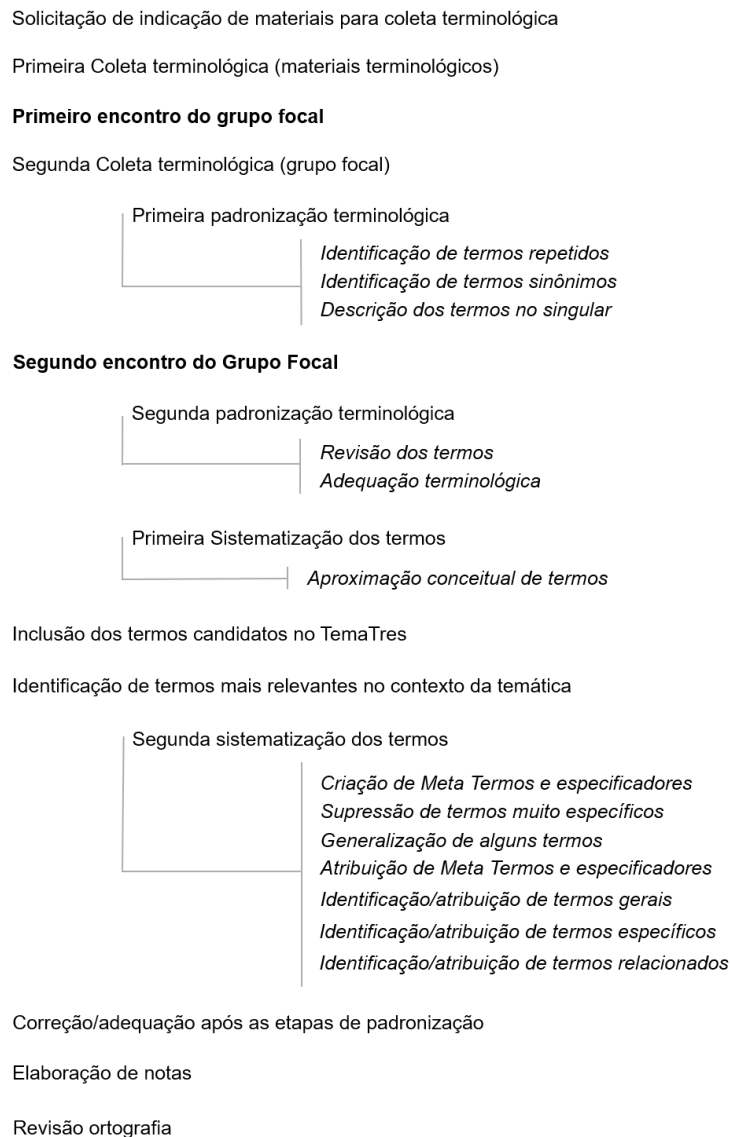
Fonte: Elaborado pelos autores.

Ainda de que, majoritariamente, tenhamos tido a indicação de materiais terminológicos advindos do contexto científico e acadêmico, essas indicações foram precedidas de um critério de validação com a garantia cultural, já que ela nos orientou quem seriam as pessoas a participar do processo e a não limitação das indicações de materiais terminológicos. Tivemos também a indicação de fontes inesperadas ou não cogitadas para construção de tesouros, como o caso de indicação de uma página da internet. Também foram indicados, por um profissional da informação, dois tesouros

que possuíam aproximação temática com o tema. Apesar de terem língua e contextos cultural, social e político diferentes do contexto da JT e da ditadura brasileira, por se tratar de um tesouro sobre o contexto mexicano e outro ampliado para América Latina, fizemos a devida análise para identificação de termos e relacionamentos que pudessem nos ajudar.

Todo o processo de construção do protótipo do tesouro, com a indicação dos materiais terminológicos, coletas terminológicas, encontros do grupo focal, padronizações da linguagem e sistematização dos termos pode ser visto na figura 3.

Figura 3 – Processo de construção do Tesouro em JT



Fonte: Elaborado pelos autores.

Até este ponto, tivemos uma análise descritiva e discussão do processo de construção do tesouro que se aproximasse à proposta teórica de uma Organização

Social do Conhecimento. A seguir, teremos a análise crítica e discussões com os resultados do tesouro, enquanto um produto do processo da pesquisa e consequência do tensionamento dos métodos utilizados.

5.1.1 Garantia cultural, atores da transição e materiais

Durante o processo de criação do tesouro, os materiais terminológicos, descritos no quadro 7, foram acrescentados do primeiro encontro do grupo focal, também utilizado para coleta de termos e de conceitos.

Se lembrarmos da aproximação por união que fizemos entre a garantia literária e filosófica, no capítulo 2, onde os materiais terminológicos corresponderiam à produção bibliográfica de instituições acadêmicas e/ou científicas, a adequação maior nas indicações de materiais terminológicos correspondeu à academia e à ciência. Esse fato pode ser atribuído à formação acadêmica dos participantes, pois a maioria deles possui graduação e alguns de pós-graduação *strictu sensu*. Dos membros que fizeram indicação de materiais para coleta terminológica, todos possuem pelo menos mestrado. Contudo, somente nossas indicações e as indicações de NS2 correspondem a materiais de fontes bibliográficas do contexto científico e acadêmico.

Mesmo que as indicações correspondam a materiais terminológicos comuns às garantias literária e filosófica, foi a garantia cultural que orientou, em primeiro lugar, o perfil das pessoas que foram convidadas, e foi a partir de suas construções culturais, sociais e políticas que houve a indicação das fontes. NS7 é um caso a ser destacado, pois tem formação acadêmica em nível de mestrado, mas, no momento da indicação das fontes, percebemos uma maior propensão a indicação de fontes de um posicionamento político: i) página da internet do movimento social do qual é membro fundador (site do Coletivo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça); e ii) duas *lives* de outro movimento social que se formou em 2022, mais próximo ao período eleitoral, para pressionar os candidatos a assumirem pautas relacionadas à memória, à verdade e à justiça.

Essas indicações feitas por NS7 demonstram o interesse de incluir perspectivas sobre a importância da memória, da verdade e da justiça no contexto da transição democrática no Brasil, bem como incluí-las de forma mais ampliada ao presente, pois, como comentado, a JT é um processo inacabado, ou como adotado

por Abrão e Genro (2012), uma democracia incompleta. No capítulo 3, tratamos sobre as disputas que se travam no âmbito da JT e de como, nos últimos anos, após o *impeachment* da então presidenta Dilma Vana Rousseff, houve um movimento de desfazimento de instituições e de grupos de trabalho, revisão e revogação de processos de anistia e outros, que importaram em retrocessos à transição democrática brasileira. Temos, então, que NS7 nos informa da necessidade de tratar desses assuntos que envolvem uma perspectiva ética e cidadã, no processo de construção do tesouro. Assim, foram identificados na coleta terminológica termos como: “Perseguição à Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros/Travestis e mais”, “Movimento negro” e “Golpe de 2016”.

As indicações feitas por NS7 refletem como, ao acionar a garantia cultural já desde o início do processo, tivemos a presença de pessoas que fizeram a sugestão de materiais terminológicos que cumprem com um papel de formação política e cidadã tanto sobre o passado, mas também sobre o presente. Essa compreensão sobre a garantia cultural nos lembra Barité (*apud* TRIVELATO, 2022), ao indicar que a garantia cultural precisa adotar uma postura ética, mas inclui a postura política e cidadã.

Sobre os materiais terminológicos indicados, percebemos a presença de uma grande quantidade de materiais terminológicos de fontes bibliográficas do contexto científico e acadêmico, mas não se limitaram a essas fontes e contextos. NS2 fez a indicação de um documentário sobre a participação de civis (empresários) na ditadura, em especial a participação de Henning Albert Boilesen, que ficou conhecido por ter seu sobrenome agraciado em um instrumento de tortura, a pianola Boilesen. Incluímos para a discussão que NS2 está desenvolvendo uma pesquisa de doutorado sobre a “atuação de cientistas situados em instituições de promoção e/ou crítica ao desenvolvimento da Amazônia durante a Ditadura Militar”. Dessa forma, surgem termos relacionados à atuação civil como: “Classe Empresarial”, “Empresa”, “Empresa responsável por violação de Direitos Humanos”, “Empresário” e “Financiamento da sociedade civil”; e termos relacionados ao desenvolvimento durante o período ditatorial, como: “Desenvolvimento”, “Desenvolvimento brasileiro”, “Desenvolvimento Regional”, “Plano de Desenvolvimento da Amazônia”, “Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Amazônia”, e “Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia”.

Além das indicações de materiais do contexto científico e acadêmico, incluímos, como material terminológico que foge a lógica atual de construção de

tesauros, uma coleção de cordéis (Coleção nos Porões da Ditadura), que narra a história e atuação de vítimas da ditadura. Contudo, empiricamente, não houveram diferenças significativas entre os termos coletados na literatura acadêmico-científica com os coletados na série de cordéis. Uma possibilidade para essa correspondência entre os termos pode ter se dado pelas fontes de informação consultadas pelo cordelista, que advêm do contexto acadêmico, como o exemplo do cordel sobre a Guerrilha do Araguaia:

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, v. 6, n. 3, p. 479-499, 2011.

GUERRA, Fabiana de Paula. **Araguaia: desvelando silêncios** (a atuação das mulheres na guerrilha). 2006. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Relatório parcial: Guerrilha do Araguaia: investigações do Ministério Público Federal, a ação do Exército Brasileiro e a existência de relatórios militares**. [s.l]: MPF, 2001. (Documento apócrifo)

VERMELHO: a esquerda bem informada. [2002?]. Disponível em: <https://vermelho.org.br/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Alguns termos apareceram de forma mais simplificada, provavelmente para cumprir com a lógica das rimas da escrita em cordel, como exemplo podemos apontar o termo “violação de direitos”, que na literatura científico-acadêmica aparece como “violação de Direitos Humanos” ou “graves violações de Direitos Humanos”.

Os principais termos que apareceram da coleta terminológica nos cordéis se relacionam principalmente à atuação da ditadura na perpetração de graves violações dos Direitos Humanos, como a tortura, os métodos e instrumentos de tortura e assassinato. Esses são exemplos de termos que apareceram na coleta terminológica. Com o intuito de não expandir muito aos termos relativos às torturas, com seus métodos e técnicas, por sua diversidade e diferentes formas de nomeação, deixamos os termos coletados como termos candidatos, para serem tratados futuramente.

Trazemos esse apontamento para retomar uma discussão que fizemos no início deste capítulo, pois mesmo que convidados a participar do processo de construção de tesouros dentro de um grupo de pertencimento, os participantes

contribuíram com suas trajetórias de forma integral, sejam elas, culturais, sociais e/ou políticas, para a construção do tesouro. Como o caso de NS2, que, inicialmente, foi convidada a participar como pertencente do grupo de especialistas e fez indicações que refletem esse lugar de pertencimento, mas também fez uma indicação de material que reflete um contexto cultural e político.

A última indicação de materiais terminológicos a analisar e discutir vem de um dos profissionais da informação que participou do processo de construção do tesouro. Por seu contexto de formação em biblioteconomia e por ter como objetos de pesquisa os SOCs no mestrado e no doutorado, indicou dois tesouros. Esses tesouros – Tesouro Sobre Derechos Humanos, Corte Interamericana de Derechos Humanos (contexto ampliado da América Latina) e Tesouro Jurídico de la Suprema Corte de Justicia de la Nación (contexto mexicano) – foram construídos em contextos culturais, sociais e políticos diferentes do Brasil.

A leitura dos tesouros demandou o maior esforço na identificação de termos que fossem pertinentes à JT e à ditadura: i) por não possuírem uma descrição do contexto de elaboração e também das fontes utilizadas; ii) por se tratar de um contexto aproximado, e não genérico ou similar; iii) não ser possível a visualização sistemática do tesouro somente alfabética, o que demandou, em muitos casos, a abrir e a fazer a leitura completa do termo antes de decidir se estava adequado ou não; e iv) ausência de notas de escopo.

Mesmo que as normas ISO 25964-1:2011 e ISO 25964-2:2013 tratem da possibilidade de interoperabilidade entre SOCs, o que é relevante para CI, é necessário atenção nesse processo. Por não entendermos os SOCs como instrumentos informacionais neutros, mas permeados pelas visões de mundo e por ideologias de seus criadores, retomando as falas de Pinho (2006) e de Guimarães e Pinho (2007), foi necessário compreender que, com a apropriação de termos dos tesouros analisados, estaríamos carregando com eles as visões de mundo e ideologias dos criadores daqueles tesouros. Por isso, a opção foi de usar esses termos identificados, dos dois tesouros analisados, de forma secundária, e somente para proposição de relacionamentos que não estavam tão bem delineados pelos grupos focais ou pelos outros materiais terminológicos.

O primeiro encontro do grupo focal foi importante para coleta e para validação dos termos. Nesse encontro, os profissionais da informação fizeram coletas de termos durante as falas dos participantes e, posteriormente, com a transcrição do encontro.

Na primeira etapa de padronização dos termos, sempre se recorria, inicialmente, aos termos da coleta feita no primeiro grupo focal e, depois, aos materiais terminológicos indicados pelos participantes. Essa escolha serviu para dar consistência à nossa crítica – de que os modelos tradicionais priorizam as fontes bibliográficas do contexto científico e acadêmico, e não nos atores de uma determinada área. Dessa forma, fizemos a inversão, demos centralidade ou prioridade aos atores e, secundariamente, aos materiais indicados pelos atores para considerar a construção do tesouro.

No primeiro encontro do grupo focal, seguiu-se um roteiro de assuntos sobre ditadura e JT. Com isso, foi possível viabilizar a identificação de um termo que está, ou estava, começando a permear o discurso da JT, como foi o caso do termo “desanistia”, ato de retirar a anistia de uma pessoa que foi beneficiada pela Lei de Anistia – o termo começou a ser usado durante os processos de revisão e de cancelamento de anistia durante o governo de Jair Messias Bolsonaro. Esse termo não apareceu na coleta em outros materiais. Isso se deve ao fato de que é um termo/conceito em construção. O termo foi mantido como candidato até que se tenha uma consolidação na área de forma ampliada entre os atores sociais.

A garantia cultural apontou, no início do processo de construção do tesouro, que o perfil dos atores precisava refletir a própria construção da área da JT, seja em seus contextos culturais, sociais e políticos diversos. Essa afirmação nos remete à indicação feita Guedes e Moura (2016, p. 13) que “qualquer tipo de sistema de organização e/ou representação do conhecimento pode ser maximamente conveniente e útil para as pessoas de uma cultura apenas se estiver baseado nos pressupostos, valores e predisposições da mesma cultura”.

A indicação de atores da JT também desencadeou a indicação de materiais terminológicos diversos. Esses materiais imprimiram no tesouro sequências de termos que refletem a relação das pessoas com seus contextos sociais, culturais e políticos. Se ampliarmos o leque de pessoas no processo, teremos, conseqüentemente, uma maior diversidade terminológica refletindo também os diversos contextos.

5.1.2 Garantia cultural, atores da transição e métodos

O processo de construção de tesouros, com foco na garantia cultural e com aporte do grupo focal e da análise de conteúdo, possibilitou alguns resultados que são interessantes quando a centralidade não foi dada não aos materiais, mas aos atores

sociais que constroem e sustentam a JT como área em disputas nos âmbitos cultural, social político.

Por tratar de um tema sensível⁶², houve a explicitação de perspectivas pessoais sobre o tema, como NS6 ao falar do assassinato do pai, morto pela ditadura militar:

Eu tinha só seis anos quando eu perdi meu pai, [suprimido o nome], que é um potiguar, dirigente comunista, ex-presos político, que combateu a ditadura militar, participou da guerrilha do Araguaia, ficou entre os oito sobreviventes desse movimento [suprimido alguns dados para não identificar a pessoa] na Frente Popular, pelo Partido Comunista do Brasil, PCdoB, e ele morreu em [suprimido o dia], num suposto acidente automobilístico, quando ele voltava para casa, depois de uma agenda de campanha, e eu falo suposto porque a nossa família nunca aceitou essa versão de que ele foi vítima de um acidente e, agora, a gente lançou um documentário

NS3 inicia sua fala já emocionada, após a fala de NS6 e NS7.

Estar aqui... estar aqui é muito difícil [choro] e eu vou tentar engolir aqui minhas lágrimas, porque... aquilo até que você fala na sua apresentação, [suprimido o nome]. Eu quero te agradecer, sim, por esta oportunidade de estar aqui.

Houve a fala de NS4, também relacionada ao trauma e de forma mais explícita:

Então eu considero o seguinte: eu fui livre, superei as catástrofes e a principal foi o golpe, uma catástrofe para o povo brasileiro, deixando inúmeros traumas que se refletem até hoje.

Essa possibilidade de um ambiente de escuta para os participantes, em que eles têm voz e são ouvidos, e podem expressar suas convicções e, também, perspectivas pessoais sobre o tema, nos aproxima de uma possibilidade de humanização dos SOCs, que, historicamente, são conhecidos por sua objetividade e falsa neutralidade. Ao tratar os termos e os conceitos dos SOCS de forma a torná-los significativos a uma comunidade, como apontam Guedes e Moura (2016), pode-se criar caminhos para que esses instrumentos funcionem não somente para a indexação

⁶² Por “sensível”, encontramos fundamento em Thiesen (2014), ao tratar sobre documentos sensíveis. No contexto desses documentos, sensível por proporcionar que uma memória traumática. Neste caso, a ditadura brasileira, que ainda pode ser revivida no presente.

e recuperação da informação, mas como instrumentos pedagógicos sobre um passado traumático recente.

Essa nova função agrega contribuições para preservação da memória e para que o passado não se repita, que são objetivos da dimensão memória e verdade da JT. Assim, a memória das pessoas que lutam e lutaram pela democracia e pela democratização estará compreendida no tesouro.

Dessa forma, para coleta e validação de termos, partindo dos encontros do grupo focal, tomou-se o cuidado de verificar como os termos se relacionariam a essas perspectivas pessoais e dos grupos de pertencimento, possibilitando um caminho para uma subjetividade no processo de validação das fontes terminológicas e dos termos.

Durante o primeiro encontro do grupo focal, os participantes apresentaram falas e percursos sobre a ditadura e a JT dentro dos grupos de pertencimento ao qual foram convidados. NS2, como pertencente do grupo de especialistas; NS3 e NS4, como pertencentes do grupo de vítimas diretas da ditadura; NS6, como pertencente do grupo de parente de vítimas; e NS7, como pertencente do grupo de movimentos sociais.

NS2 pode apresentar uma visão sobre a ditadura a partir de sua pesquisa de doutorado, mas também de uma realidade local, atual, na qual está inserida:

Porque a minha realidade é a realidade maranhense e também a realidade amazônica e a execução, por exemplo, do Plano Nacional de Desenvolvimento, dos planos de desenvolvimento da Amazônia, dos regionais, esses grandes projetos, como são denominados, instituíram um modo de atuação do Estado na Amazônia, que é uma forma muito violenta de lidar com a diferença. Como que o Estado vem lidando com os grupos sociais diversos que compõem a Amazônia — camponeses, indígenas, quilombolas, ribeiros?

Esse conflito desenvolvimentista apresentado por NS2, se evidenciou, em momento posterior, poucos meses após o grupo focal, na eclosão e publicização da crise humanitária na Terra Indígena (TI) Yanomami. Embora o centro da crise com os Yanomami esteja localizado no estado de Roraima, a TI Yanomami cobre também parte do estado Amazonas e faz parte da Amazônia Legal. Dessa forma, é um território que fez parte de mencionado projeto desenvolvimentista.

Esse projeto de desenvolvimento da Amazônia desconsiderava povos originários e povos tradicionais que habitavam a região, foco dos planos de

desenvolvimento. Cabral e Morais (2020) apresentaram, a partir da análise do Relatório da CNV, os impactos que a política desenvolvimentista durante a ditadura militar teve para os indígenas. É relevante destacar, devido à repetição de práticas do passado no governo do ex-Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, quanto ao tratamento do Estado aos indígenas frente a uma política de desenvolvimento neoliberal⁶³.

NS3 apresentou, em formato de relato, fragmentos do que passou e sentimentos com o período da ditadura. Diferentemente de NS2, que tem um conhecimento teórico sobre a ditadura, NS3 vivenciou-a e resistiu à ditadura:

Então, eu queria dizer, assim, que realmente nós não baixamos a cabeça e nós fomos à luta. Fomos à luta, guerreiramente, até que, em 68, aí veio o golpe mesmo, o golpe no golpe, com o AI-5. Então, aí, a gente falou: “Bom, opa! Agora a gente tem que realmente reorganizar e traçar novas estratégias de luta”.

NS4 fez um pequeno resumo apresentando, a partir de sua experiência como vítima direta da ditadura, como também o fez NS2, e apresentou alguns elementos pelo qual a ditadura e a JT perpassam:

Agora, eu não vou entrar no histórico, a não ser que vocês queiram e me façam perguntas da minha participação na UNE, durante os três congressos; minha participação na clandestinidade, como operário, camponês; e a minha participação no exílio: o Comitê Brasileiro da Anistia, que nasceu na França; do Comitê França-Brasil, que lutava contra a ditadura; do Tribunal Bertrand Russell⁶⁴, que foi a principal atividade do exílio. Mas eu fui livre porque resisti e esse é o sentimento que eu tenho hoje: nunca me privaram da liberdade, que é a liberdade de lutar. Tentam privar hoje, mas eu tenho certeza que não privarão.

NS6 também apresentou falas, como pode ser visto a seguir, que remetem ao seu lugar de pertencimento como parente de vítima que teve que iniciar um processo

63 A comparação entre a citação de Cabral e Morais (2020) sobre como os presidentes militares tratavam os indígenas durante a ditadura militar frente a uma política de desenvolvimento e como Jair Messias Bolsonaro, enquanto Presidente da República, tratou os Indígenas Yanomami, é possível de ser vista com as diversas reportagens que começam a ser publicadas dando notoriedade ao caso: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64370804>.

64 O Tribunal ao qual NS6 faz referência é o Tribunal Russell II. Criado a partir dos moldes do Tribunal Russell, que tinha por objetivo análise e julgamento de crimes de guerra, o Tribunal Russell II tinha por objetivo a análise e o julgamento dos crimes cometidos pelas ditaduras na América Latina. Para melhor compreensão sobre o Tribunal Russell II e sua importância no caso da ditadura militar brasileira, sugerimos consultar o livro *Brasil, violação dos direitos humanos: Tribunal Russell II*, organizado por Giuseppe Tosi e Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e publicado pela Editora UFPB.

de conhecimento sobre o que aconteceu com seu pai. Sua fala, bem como as de NS3 e de NS4, tratam de uma vivência direta com os impactos que a ditadura em sua vida pessoal.

*e eu tenho dedicado minha vida, desde esse curso de jornalismo, então [tem] algo de duas décadas aí, eu fui juntando, analisando documentos, ouvindo testemunhas, relendo depoimentos, voltando a esse passado, porque nessa busca e nessa luta eu percebi que, ao buscar esclarecer, na verdade, essas circunstâncias do emblemático caso da morte do meu pai, [suprimido o nome], **eu iniciava, na verdade, um processo de reflexão sobre o esquecimento como produtor dos sintomas sociais, que a gente vive na atualidade.***

Sobre o esquecimento como produtor de sintomas sociais, a fala de NS6, nos remete às perspectivas de Pollak (1989), sobre a articulação memória, esquecimento e silêncio e às suas análises sobre eventos traumáticos, como o genocídio judeu nos campos de concentração nazistas. O autor em diversos momentos nos instiga a pensar o passado como produtor de uma realidade social no presente, projetadas ao futuro, como em: “a referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis” (POLLAK, 1989, p. 10). Ele ainda complementa:

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural. Mas nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada (POLLAK, 1989, p. 12).

Se tomarmos o caso da ditadura brasileira de 1964, que é o contexto da fala de NS6, podemos perceber que sua indicação sobre o esquecimento como produtor de sintomas sociais no presente, pode ser visto nos diversos casos de tortura cometidos pela política, no genocídio da população negra, no genocídio indígena ou mesmo nos pedidos de intervenção militar no Estado brasileiro.

Retomando a perspectiva sobre os grupos de pertencimento e suas representações, tivemos NS7, que apresentou uma visão voltada às medidas de

transição de começaram com movimentos sociais e/ou foram pressionadas pelos movimentos sociais.

Isso é uma memória que não vai ser esquecida, mas então, assim, sobre medidas que eu vi eu acho que a [nome da participante NS6] já citou três dentro da institucionalidade, no caso, dentro... medidas de Estado, vamos colocar assim, tem a Comissão Nacional da Verdade, sim; tem a Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos e a Comissão de Anistia. Então, assim, para pontuar um pouco do que eu vi nessas medidas, nesses ambientes, é assim... A Comissão da Verdade tem um lado que é muito insuficiente, isso tem que ser reconhecido e não é por uma questão de governo, é uma questão política mais ampla, política com P maiúsculo, que para compor os membros da Comissão Nacional teve todo um balanço político.

Essas falas, que aconteceram no grupo focal demonstram como, ao debater, os participantes, a partir de seus pertencimentos dentro dos grupos que formaram e formam a JT brasileira, puderam apresentar elementos (termos, conceitos e contextos) relacionados às representações dessa área ao longo do encontro. Em meio as discussões, os participantes sentiram que tinham liberdade de expor seus pontos de vista e passaram a corresponder e a marcar suas falas com o que estamos chamando de complexidade cultural, social e política da JT. Dessa forma, a diversidade de atores no grupo focal resultou numa diversidade do “texto” que utilizamos para coleta terminológica.

No primeiro encontro, como uma discussão aberta, os participantes puderam concordar ou discordar das falas e das perspectivas de outros participantes, como foi o caso de NS2, ao complementar a fala de NS6, quando motivados a discutir sobre o que acham fundamental ao discutir sobre ditadura. NS2 falou:

A minha fala vai muito no que a [suprimido o nome de NS6] falou. Fiquei até emocionada já [risos] mas uma das questões mais importantes, para mim, quando se fala de ditadura militar, é pensar nos projetos de desenvolvimento, nos grandes projetos de desenvolvimento.

Nesse caso, podemos perceber que NS2 pôde complementar a fala de NS6, trazendo suas perspectivas de pesquisa sobre o tema ao introduzir na discussão os projetos de desenvolvimento durante a ditadura. Retomando a caracterização que Minayo (2008) faz dos grupos focais, podemos perceber que houve um consenso entre NS2 sobre o que foi falado por NS6. Neste primeiro encontro não houveram dissensos, também comentado, pela autora, como uma possibilidade aos grupos focais.

No segundo encontro do grupo focal, a intenção foi discutir especificamente alguns termos para compreender melhor algumas visões dos grupos de pertencimento e também para que, em conjunto, chegássemos a um consenso sobre a forma mais adequada de apresentação de um termo. Diferentemente do primeiro encontro, em que não ocorreram dissensos, no segundo encontro houve um momento em que foi necessário discutir de forma mais complexa a forma de apresentação do termo “regime militar”.

No início da discussão sobre o termo “regime militar”, NS7, que compõe o grupo de pertencimento de movimentos sociais, apresenta uma ressalva com a forma de apresentação do termo:

De cara, uma coisa eu posso dizer, assim, para o grupo de familiares, enfim, pessoas que foram afetadas nessa época, não se usa regime. A gente rechaça absolutamente esse termo. O termo governo nem havia parado para pensar, não, mas, a princípio, talvez fosse melhor só usar ditadura [risos] mesmo. Ditadura talvez já implique, já pressupõe que há uma forma, por mais errada que seja, uma forma de governo, porque — não sei, eu estou pensando aqui, por alto — governo, talvez, implique toda uma terminologia, digamos, técnica, para você descrever um regime. Aí sim: descreve um regime de... um regime nacional, não sei, enfim, em todo caso, regime não se usa, porque é uma das formas que até hoje eles utilizam, igual à Revolução de 64, eles utilizam regime militar para dar uma atenuada no que aconteceu. Tanto é que o Zezé di Camargo falou aí, alguns anos atrás... utilizou isso, justamente. Ele utilizou essa atenuação, dizendo que foi um regime militar nesse sentido. Na cabeça dele, era — ele tentando dizer lá para a Leda Nagle — era um “Estado militarizado”. Aí ele usa um treco assim, para dizer que não era uma ditadura. Então, talvez sejam antônimos.

Ao passo que NS1, pertencente ao grupo de especialistas, como deixa claro no início da sua fala, apresenta uma posição que, sem discordar, ajuda a encontrar um possível caminho na forma de apresentação do termo:

Eu acho que o problema é não ter a menção da ditadura. Porque você pode falar... Eu não sei, porque acho que você vai ter que voltar para meio definição de Direito mesmo, do Direito, mas eu compreendo um regime ditatorial, isso é muito utilizado nos estudos de Justiça de Transição. Regime repressivo. Eu acho que você pode usar regime ditatorial. O problema é você usar o regime militar. Então, assim, eu acho que é o não ter a ditadura, é um governo ditatorial. É uma forma de governo, é uma ditadura. É uma forma de governar, não é? Um governo?

[...]

Então, eu acho que o problema é quando a gente deixa fora o ditatorial. O regime militar, governo militar, o governo dita... eu acho que a ditadura tem que ser a centralidade porque acho que isso que vai trazer todo o... enfim, lá do golpe ou revolução foi ditadura. Então, acho que isso já apazigua todos os lados.

Após a segunda parte da fala de NS1, de forma não verbal, NS7 concordou que ao dar centralidade ao ditatorial nos termos, se alcançariam as reivindicações dos grupos de familiares de não tentar atenuar o que foi a ditadura ao usar o termo “regime militar”, mas passar a adotar o termo “regime ditatorial militar”.

A discussão que ocorreu com o termo “regime militar” é relevante para ao dar voz a grupos de pertencimento que ficariam invisibilizados se, no processo de construção de tesouros, só se usasse as garantias literária e filosófica, chegando, assim, a uma literatura acadêmico-científica. Essa inviabilização, que poderia ter ocorrido na construção deste tesouro, foi anunciada por Gomes e Frota (2019), que apontavam a importância de publicizar a voz de determinados grupos, inclusive aqueles socialmente minorizados.

O segundo encontro do grupo focal levantou uma discussão que é relevante ao contexto dos tesouros: esses instrumentos têm por objetivo uma padronização da linguagem usada por profissionais da informação, no momento da indexação, e pelos usuários, no momento da recuperação de informações, não comportando termos similares como preferenciais, já que uma das funções do tesouro é o controle de sinônimos. No *Manual de elaboração de tesouros monolíngues* (GOMES, 1990), um manual antigo, mas cujas algumas de suas proposições ainda se mantêm na atualidade, ao tratar de controle de sinonímia, afirma que: “no Tesouro, apenas uma denominação é selecionada para figurar como termo, sendo as demais consideradas como não termo, fazendo-se destas remissivas para aquela” (p. 47).

Partindo dessa proposição, não haveria possibilidade de termos sinônimos, como termos autorizados para indexação, mas sim um termo autorizado e outros termos similares remetendo àquele. Contudo, como tratar no tesouro os termos “ditadura militar” e ditadura civil-militar”? Essa questão se colocou como relevante para discussão sobre qual seria o termo mais adequado. O termo “ditadura militar” coloca-se como abrangente à participação de civis durante a ditadura. Mas, algumas pessoas, principalmente alguns pesquisadores do contexto da participação de civis na ditadura, gostam de destacar no termo a participação cível. Esse é um posicionamento político que se atribui ao termo. Nesse momento, uma decisão precisava ser tomada: “ditadura militar”, termo mais recorrente e que em seu conceito e utilização já prevê a participação de civis, ou “ditadura civil-militar”, que carrega um posicionamento político de não apagamento da participação de civis na ditadura?

Se pensássemos a partir da garantia de uso, garantia literária e garantia filosófica, o termo preferencial seria “ditadura militar”. Contudo após a discussão, não se chegou, de forma clara, qual termo melhor descreveria a ditadura, se seria “ditadura militar” ou “ditadura civil-militar”, como colocado por NS7:

Por outro lado, com características ditatoriais que seja, Estado autocrático que seja, mas é isso, assim, eu não sei dizer o que deveria acontecer na hora de se mencionar ditadura civil-militar brasileira, aí talvez a coisa dos parênteses seja interessante, porque descreve quando que aconteceu, porque outras houveram.

Após essa fala, a discussão mudou para especificação, a partir de uma inclusão temporal, de como ficaria o termo “ditadura [civil-?]militar”. Sem uma resolução direta do grupo, e seguindo a orientação de centralidade nos atores e, secundariamente, nos materiais, adotou-se forma do termo como aparece no primeiro encontro do grupo focal, ou seja, “ditadura militar”. Para esse momento, ocorreu o acionamento, também, da garantia de uso/usuário. Dessa forma, partimos de como o termo foi mais usado pelos participantes e como apareceu com maior frequência nos materiais terminológicos, levando essa consideração à garantia de uso/usuário a partir do entendimento de Guedes (2016).

O segundo encontro demonstrou seu potencial para apresentação de pontos de vista, discussão e tomada de decisões sobre os termos. Dessa forma, a segunda padronização dos termos ocorreu utilizando as discussões em relação aos termos que foram debatidos no segundo encontro e também dos termos que surgiram ao longo do encontro. Não foram feitas novas coletas terminológicas utilizando o segundo encontro.

5.1.3 Garantia cultural, atores da transição e termos

A estrutura terminológica que resultou dessas experimentações com a primazia pela garantia cultural, centralidade nos atores sociais e, secundariamente, nos materiais terminológicos diversos, nos ajuda a demonstrar as potencialidades advindas da mudança de uma perspectiva positivista – que advoga a neutralidade e a objetividade – para uma perspectiva participativa – que advoga a aproximação e a subjetividade – no processo de construção do tesouro.

A ampla participação de atores sociais e a diversidade de materiais terminológicos pode refletir também a multidisciplinaridade da própria JT. Como nos lembram Abraão e Genro (2012), a JT é formada por uma diversidade de áreas. Quinalha (2013) faz uma crítica ao termo Justiça de Transição, pois ele não reflete a própria área, pois muitas vezes fica limitado ao entendimento do direito e de medidas jurídicas.

Imagem 6 – Termo Justiça de Transição

Justiça de transição

Termos não preferenciais

UP ↖ *Justiça em tempos de transição*

UP ↖ *Justiça transicional*

Termos específicos

- [TE1](#) ↓ [Arte](#)  ▶
- [TE1](#) ↓ [Centro Internacional para Justiça de Transição](#) 
- [TE1](#) ↓ [Democracia](#)  ▶
- [TE1](#) ↓ [Dimensões fundamentais da justiça de transição](#)  ▶
- [TE1](#) ↓ [Direito](#)  ▶
- [TE1](#) ↓ [Direitos da transição](#)  ▶
- [TE1](#) ↓ [Economia](#)  ▶
- [TE1](#) ↓ [Educação](#)  ▶
- [TE1](#) ↓ [Efetivação da justiça de transição](#) 
- [TE1](#) ↓ [Estado \(Nação\)](#)  ▶
- [TE1](#) ↓ [História](#)  ▶
- [TE1](#) ↓ [Mecanismos da justiça de transição](#)  ▶
- [TE1](#) ↓ [Medida de transição](#) 
- [TE1](#) ↓ [Modelo transicional](#) 
- [TE1](#) ↓ [Multidisciplinaridade da Justiça de Transição](#) 
- [TE1](#) ↓ [Política de transição](#) 
- [TE1](#) ↓ [Processo transicional](#) 
- [TE1](#) ↓ [Transição conservadora](#) 
- [TE1](#) ↓ [Transição controlada](#) 
- [TE1](#) ↓ [Transição democrática](#)  ▶
- [TE1](#) ↓ [Transição política](#) 
- [TE1](#) ↓ [Transitólogo](#) 

Fonte: Protótipo do Tesouro para Estudos sobre Justiça de Transição no Brasil.

Podemos ver, pelos relacionamentos, que a JT se conecta com uma diversidade de campos e domínios (ABRAÃO; GENRO, 2012) e desenha uma área muito mais ampla do que limitada ao direito (QUINALHA, 2013).

Na fundamentação teórica fizemos uma aceção sobre a importância dos tesouros colaborarem com a verdade. Conforme nos indicam autores-chave da

literatura sobre JT (ABRÃO; GENRO, 2012; QUINALHA, 2013), a verdade é uma das dimensões estruturantes, que nos direciona a jogar luz sobre os fatos reais que ocorreram na ditadura militar e a tirar do discurso os factoides criados pelo governo militar e por pessoas adeptas à ditadura. Assim, entendemos que um tesouro para JT deve cumprir com um compromisso com a verdade sobre a ditadura de 1964, pois a compreensão da mesma é que permite entender a necessidade de medidas de JT.

A partir da perspectiva do compromisso ético com a verdade, como norteadora do processo de construção do tesouro, alguns termos emergiram como mais disputados e polêmicos nas representações sobre o período da ditadura. Destacou-se predominantemente o termo “golpe militar de 1964”. Esse termo compreende uma verdade sobre o fato que culminou na ditadura militar, verdade essa assumida pelo Estado brasileiro com os trabalhos e relatório final da Comissão Nacional da Verdade. É um termo oposto ao que se apresenta no Tesouro da Escola Nacional de Administração Pública (imagem 4, no capítulo 2).

O termo “ditadura militar” também encontra ressonância sobre a verdade, pois, de acordo com algumas alegações do ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, não houve ditadura⁶⁵. Temos ainda a presença do termo “ditadura civil-militar”, como apresentado anteriormente, que também gera uma discussão sobre o papel político desse termo e como se poderia adotar dois termos sinônimos como preferenciais. Se buscarmos a colaboração em outras garantias, como a fenomenológica Ward (2000), talvez pudéssemos pensar a possibilidade de presença de dois termos, sinônimos, no tesouro, mas essa discussão sobre o tesouro e se ele comportaria dois termos sinônimos como preferenciais extrapola o objetivo desta tese. Contudo, as notas de escopos poderiam auxiliar no controle de sinonímia partindo da importância política que alguns grupos dão ao termo e, assim, orientar os indexadores e os usuários.

Apresentamos a seguir, como sugestão, nas imagens 7 e 8, a forma de exibição desses termos, que poderia representar adequadamente a ditadura brasileira, à medida em que as pesquisas e reflexões sobre o tema avançarem na campo dos SOCs.

65 <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-03/para-bolsonaro-nao-houve-ditadura-no-brasil>

Imagem 7 – Conceito de Ditadura Militar (1964-1985)

Ditadura Militar (1964-1985)

Nota de escopo ▼

Compreende o período da história do Brasil entre 1º de abril de 1964 e 15 de março de 1985, em que o poder do Estado era exercido de forma autoritária, majoritariamente, por uma elite militar. Foi um período de diversas violações dos direitos humanos, como cassação de mandatos, demissões, detenções, torturas, exílios, desaparecimentos, assassinatos, além de muitas outras. **O termo “Ditadura Militar (1964-1985)” é usado de forma geral, compreendendo todas as ações, eventos e acontecimentos no período em que os militares se mantiveram no poder.** Caso queira usar um termo com ênfase à participação de civis na referida ditadura, sugerimos utilizar o termo “Ditadura Civil-Militar (1964-1985)”.

Fonte: Protótipo do Tesouro para Estudos sobre Justiça de Transição no Brasil.

Imagem 8 – Conceito de Ditadura Civil-Militar (1964-1985)

Ditadura Civil-Militar (1964-1985)

Nota de escopo ▼

Compreende o período da história do Brasil entre 1º de abril de 1964 e 15 de março de 1985, em que o poder do Estado era exercido de forma autoritária, majoritariamente, por uma elite militar **associada a uma elite civil**. Foi um período de diversas violações dos direitos humanos, como cassação de mandatos, demissões, detenções, torturas, exílios, desaparecimentos, assassinatos, além de muitas outras. **O termo “Ditadura Civil-Militar (1964-1985)” é usado de forma a dar ênfase ou visibilidade à participação de civis nas ações, nos eventos e nos acontecimentos no período em que os militares se mantiveram no poder.** Caso queira usar o termo de forma geral, sem ênfase à participação de civis na referida ditadura, sugerimos utilizar o termo “Ditadura Militar (1964-1985)”.

Fonte: Protótipo do Tesouro para Estudos sobre Justiça de Transição no Brasil.

Essa dualidade na linguagem dos sujeitos, tanto que constroem a JT como pensando de forma ampliada a todos os cidadãos, também irá se refletir no uso do tesouro para indexação e para recuperação da informação. Devemos lembrar que os tesouros cumprem um papel na padronização da linguagem. Em casos de termos com contextos políticos em disputa, como é o caso do termo “ditadura civil-militar (1964)”, é preciso alcançar as ideologias políticas de um grupo com fundamento ético na verdade. Lembramos que o termo preferencial incluído no protótipo do tesouro foi “ditadura militar (1964)”, a apresentação desses dois termos só aparece como

resultado nesta pesquisa por terem feito parte de uma experimentação voltada à hospitalidade cultural (BEGHTOL, 2002).

O termo “regime militar”, ou, como ficou descrito no protótipo do tesouro: “regime ditatorial militar”, também foi expressivo no processo de construção e suscita reflexões relevantes. Se tivéssemos recorrido exclusivamente às garantias literária e filosófica, com materiais terminológicos da literatura acadêmico-científica indicados para coleta terminológica, o termo “regime militar” se apresentaria como o preferencial. Na literatura acadêmica e científica analisada, o uso do termo “regime militar” é o mais recorrente⁶⁶, inclusive, uma das fontes terminológicas, indicada por NS2, do grupo de especialistas, o autor faz a escolha e uso do termo:

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahara, 2014.

Essa forma de apresentação do termo demonstra um posicionamento político, não invisibilização do contexto de autoritarismo e violação de direitos humanos entre 1964 e 1985, com apresentado por NS7. Não está em questão uma contraposição entre a linguagem dos atores e a linguagem dos materiais, mas uma necessidade de compreensão política sobre os termos.

Ao final do capítulo 2, apresentamos uma abordagem sobre Organização Social do Conhecimento para esta pesquisa. Um dos fragmentos do conceito que elaboramos diz que na Organização Social do Conhecimento “seus princípios, métodos e instrumentos devem refletir os valores e os pontos de vista da comunidade de sujeitos a qual se inserem, representando, organizando e comunicando o conhecimento de forma respeitosa e ética”. Entendemos que ao abrir espaço a discussão, outros grupos, como foi o grupo de especialistas, pôde de forma respeitosa compreender as questões levantadas por NS7 e chegar a um consenso, com o termo “regime ditatorial militar”.

Poderíamos, nesse caso, ainda tratando de “regime ditatorial militar”, termos subjugado os posicionamentos políticos de um grupo de atores da transição, mas, ao abrir para o diálogo em que todos os atores expuseram seus pontos de vista e

66 Apesar de ser o termo mais recorrente na coleta terminológica desta pesquisa, há autores, como Coimbra (2021) que fazem o uso do termo “regime ditatorial” para se referir à forma de organização do governo militar entre 1964 e 1985.

ideologias, falaram e foram escutados, entendemos que houve uma abertura a perspectivas políticas diversas. Ao considerar um modelo com concepção de vários atores sociais, pudemos perceber diferenças terminológicas que importam em compreensões políticas diversas, para tentar comportá-las dentro do protótipo do tesouro.

No primeiro encontro do grupo focal, NS3 fez uma homenagem a uma pessoa, pela qual mantém grande afeto, que foi torturada durante a ditadura militar.

Mas eu queria aproveitar essa oportunidade aqui, agora, até para prestar [choro] uma homenagem a uma grande guerreira que entrou comigo na Faculdade de Serviço Social, que também era da Ação Popular; entrou comigo na Faculdade de Serviço Social, uma grande liderança: [suprimido o nome]. [suprimido o nome], que depois também foi para o PCdoB, como a gente, e a [suprimido o nome]... então, a luta, participou muito guerreiramente e tal, até que, depois, com a clandestinidade, com as coisas que foram ficando cada vez mais difíceis — ela, inclusive, foi para o Ceará, ela e o companheiro dela, as filhas; nós, inclusive, tivemos os filhos juntas: eu tive o [suprimido o nome] (o [suprimido o nome], nosso segundo filho, que faleceu) e ela teve também as filhas dela, gêmeas, a [suprimido o nome], em Belo Horizonte, e aquilo na maior clandestinidade. A gente tinha os filhos assim... imagina: o parto é um momento muito especial, mas a gente que paria naquela época [risos] a gente vivia momentos assim de muita tensão, muita dificuldade, então a [suprimido o nome], inclusive, perdeu uma filha nessa época e, então, por que eu quero prestar homenagem à [suprimido o nome]? Por que eu estou querendo falar? Porque realmente acho que a [suprimido o nome] hoje é falecida. Ela não faleceu na época da ditadura, mas ela ficou com muitas sequelas e mais tarde teve um câncer e faleceu há poucos anos.

NS3 apresenta uma fala muito emocionada e pessoal de uma memória traumática. Vemos que o encontro do grupo focal também foi um momento de acolhimento e de escuta sobre seu passado contra a ditadura militar e de luta pela democracia. Essa fala emocionada de NS3 pode encontrar uma explicação em Pollak (1989, p. 7), quando nos informa que “no momento em que as testemunhas oculares sabem que vão desaparecer em breve, elas querem inscrever suas lembranças contra o esquecimento”. É possível que NS3 esteja tentando inscrever suas memórias, sobre uma pessoa que já “desapareceu”, sua amiga de resistência, antes que ela “desapareça” também. Essa seria, agora, uma luta contra o esquecimento. Portanto, é importante também, quando falamos de um tesouro, que será acolhedor, às diversas vozes, ter espaço para que os sujeitos possam não somente falar, mas serem ouvidos.

Foi-nos colocado, pela fala de NS3, que o tesouro pode ser um lugar para a memória sobre a ditadura e sobre o processo de transição democrática no Brasil. Partindo da possibilidade de um tesouro que pode ajudar a preservar a memória de

um período tão disputado, pensamos nele como um instrumento educativo, como se propôs o Projeto Brasil Nunca Mais, ao apontar que “é indispensável aprender as lições que emanam de nosso passado recente” (BRASIL, 1985, p. 21), para que nunca mais se repita. Dessa forma, fizemos uma experimentação sobre os nomes de vítimas dentro do Tesouro. Nomes que podem, inclusive, ser utilizados para indexação.

A fala de NS3 suscita a relevância de incluirmos no tesouro termos que representem guerrilheiros/vítimas da ditadura. Para experimentação, utilizamos o nome de Carlos Marighella (vítima da ditadura, assassinado pelo governo militar e figura pública que tem sua história amplamente conhecida, inclusive com livros e filmes). As informações sobre Marighella podem ser localizadas no relatório final da Comissão Nacional da Verdade, páginas 361 a 373.

Imagem 9 – Carlos Marighella no Tesouro

Carlos Marighella

Termos relacionados

- TR ⊆ Anistiado político 
- TR ⊆ Aparato repressor 
- TR ⊆ Arquivo da ditadura 
- TR ⊆ Assassinato político 
- TR ⊆ Cemitério utilizado pela ditadura 
- TR ⊆ Centro de Informações da Aeronáutica 
- TR ⊆ Centro de Informações da Marinha 
- TR ⊆ Centro de Informações do Exército 
- TR ⊆ Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos 
- TR ⊆ Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos 
- TR ⊆ Comissão Nacional da Verdade 
- TR ⊆ Departamento Estadual de Ordem Política e Social 
- TR ⊆ Depoimento 
- TR ⊆ Grave violação de Direitos Humanos 
- TR ⊆ Guerrilha urbana 
- TR ⊆ Morto e Desaparecido Político 
- TR ⊆ Operação Bandeirante 
- TR ⊆ Polícia 
- TR ⊆ Resistência 
- TR ⊆ Resistência armada 
- TR ⊆ São Paulo (Estado) 
- TR ⊆ Testemunho 

Fonte: Protótipo do Tesouro para Estudos sobre Justiça de Transição no Brasil.

A experimentação foi feita com os termos já presentes no tesouro, sem que fossem feitas inclusões, e de forma exaustiva. Pelos relacionamentos feitos com termos do tesouro, podemos ligar a atuação política de Marighella, bem como a

relação da ditadura militar, o aparato repressor e as circunstâncias de sua morte. Dessa forma, o tesouro nos informa, de forma breve e resumida, como a ditadura, por sua atuação autoritária e caracterizada pela prática recorrente de graves violações dos Direitos Humanos, vitimou Marighella.

5.2 Linguagem, discurso e justiça de transição

Ao rompermos com o paradigma de neutralidade dos SOCs, incluindo os tesouros, entendemos que o protótipo do tesouro possui e disseminará um discurso sobre a ditadura e JT no Brasil. Esse discurso fundamenta-se, em um posicionamento ético com a verdade, importando um contexto cultural, social e político de termos e de conceitos.

É relevante a inclusão de um texto descritivo da construção do protótipo de Tesouro para JT (pessoas, materiais, métodos e processo) que explicita, de forma clara e objetiva, os pontos de vista e posicionamentos políticos assumidos pelo tesouro, e que, como lembram Osion (1998) e Pinho (2006), refletem os pontos de vista e os posicionamentos daqueles que o produziram. Dessa forma, buscamos atender ao posicionamento ético com a verdade, em que os futuros usuários do tesouro conheçam previamente o discurso inserido em toda a estrutura linguística.

Para compreensão da dinâmica do discurso, partiremos de uma visualização com um recorte temporal (dois períodos: 1964 a 1985; e 1985 a janeiro de 2023) e de um recorte político nacional (governos e alternância de governos). Para melhor apresentar o recorte temporal e o recorte político, que são indissociáveis, descrevemos e desenhamos os períodos de tempo com suas implicações políticas relacionadas a JT no Brasil.

O primeiro recorte temporal, que vai de 1964 a 1985, inicia com a deposição de um presidente eleito, João Goulart, e termina com a eleição, indireta, de Tancredo Neves à Presidência da República. Entre esses dois presidentes civis, o Brasil entrou no período denominado Ditadura Militar⁶⁷, com o cargo de Presidente da República sendo ocupado por militares. Humberto Castelo Branco foi o primeiro dos presidentes

67 Optamos nesta tese em tratar a ditadura brasileira de 1964 com o termo “ditadura militar”, pois entendemos que ao usar esse termo nos posicionamos em reafirmar o papel dos militares como produtores das diversas violações de Direitos Humanos e por permitirem a participação de civis.

militares, eleito indiretamente por junta militar, criada pelo Ato Institucional 1. A sequência de presidentes militares finalizou com João Figueiredo.

Naquele período, os militares assumiram o poder e instauraram uma política de governo autoritária e passaram a usar da estrutura do governo para perseguir, prender, torturar e eliminar opositores políticos.

O segundo recorte temporal, de 1985 a janeiro de 2023, é o período de redemocratização, com implementação de medidas de JT. O primeiro presidente, pós-ditadura militar foi eleito indiretamente. Com as demandas sociais, principalmente dos movimentos que ficaram conhecidos como Diretas Já houve a primeira eleição direta pós-redemocratização. Posteriormente, em 1990, Fernando Collor de Melo foi eleito como presidente pelo voto popular. O mandato do Fernando Collor de Melo foi curto, pois sofreu *impeachment* em 1992, assumindo o vice-presidente Itamar Augusto Cautiero Franco.

Entre 1995 e 2003 o Brasil foi governado por Fernando Henrique Cardoso, período em que foram implementadas duas medidas de transição democrática importantes, são elas: a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia.

Em seguida, Luís Inácio Lula da Silva foi eleito Presidência da República, entre 2003 e 2011, que deu prosseguimento à JT – com implementação de um projeto dentro da Comissão de Anistia: Projeto Caravanas da Anistia –, com a atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos, conhecido como PNDH3, que trouxe, pela primeira vez, uma menção a uma dimensão da JT que é relevante: Memória e Verdade. Luís Inácio Lula da Silva foi seguido pela primeira mulher eleita como Presidenta da República, Dilma Vana Rousseff, governando entre 2011 e 2016, não finalizando seu segundo mandato ao ser afastada, o que foi interpretado como golpe ou *impeachment*, por diferentes autores e forças políticas⁶⁸. No período de seu mandato, Dilma Vana Rousseff além de dar continuidade à Comissão de Anistia, inclusive com a implementação do projeto Clínicas do Testemunho, criou a Comissão Nacional da Verdade e a Lei de Acesso à Informação.

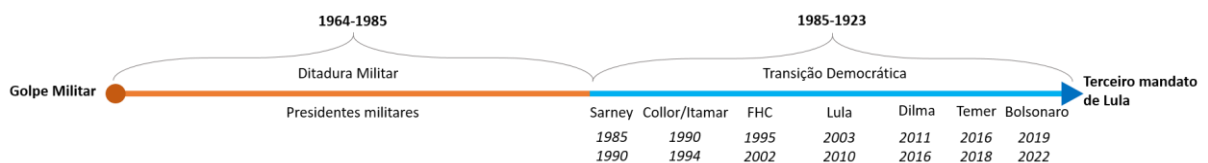
68 A primeira forma de se referir ao afastamento de Dilma Vana Rousseff, golpe, recorre ao apelo de não legalidade do processo fundamentado na inexistência de crime que o justifique e de interferência política sobre as instituições. A segunda forma, *impeachment*, apela para a legalidade do processo e existência de fato, crime, que justificasse a destituição do cargo.

Com o afastamento em 2016, Michel Miguel Elias Temer Lulia, então vice-presidente, assume interinamente a Presidência da República de 2016 a 2019. Após Michel Miguel Elias Temer Lulia, quem assume a presidência, entre 2019 e 2022, é Jair Messias Bolsonaro, que havia ganhado destaque com seu discurso autoritário e de exaltação da ditadura militar durante o processo de *impeachment* da presidenta eleita. No governo de Jair Messias Bolsonaro, seu discurso começa a permear de forma mais concreta as ações do governo e também o discurso de parte da população. Durante o período em que esteve à frente da Presidência da República, Jair Messias Bolsonaro não implementou nenhuma medida de transição e ainda atacou medidas de transição implementadas anteriormente, como: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, Comissão de Anistia e Comissão Nacional da Verdade. Após quatro anos de governo, Jair Messias Bolsonaro não conseguiu a reeleição.

Com a não reeleição do presidente anterior, Luís Inácio Lula da Silva, presidente eleito em 2022, retorna à Presidência da República para o mandato de 2023 a 2027, com um discurso de novamente retomar medidas que implicam no processo de redemocratização do Brasil, que tinha ficado suspensa ou mal atendida por seis anos.

Como forma de ilustrar o recorte temporal e político brasileiro que usaremos para análise do discurso do protótipo de tesouro, apresentamos a figura 4:

Figura 4 – Recortes temporais e políticos para análise do discurso



Fonte: Elaborado pelos autores.

Partindo dos níveis de análise dos objetos elaborados por Foucault (2008) para análise do discurso: i) superfícies de emergência; ii) instâncias de delimitação; e iii) grades de especificação, retomamos os termos retirados do protótipo do tesouro para analisar os discursos por ele produzido.

5.2.1 Golpe Militar (1964)

Superfícies de emergência

O termo “Golpe Militar (1964)” se constrói fundamentado na forma como os militares assumiram o Estado brasileiro, ou seja, de forma ilegítima declararam vaga à Presidência da República, mesmo que o presidente João Goulart ainda estivesse no exercício do cargo, com apoio de congressistas como Auro de Moura Andrade e Ranieri Mazzilli – o primeiro declarou oficialmente o cargo de presidente vago e o segundo assumiu a presidência até que a Junta Militar declarasse o novo presidente da república – (BRASIL, 2014b).

Ao conceituar Golpe de Estado, Barbé (2000), se referiu ao golpe militar no contexto geral, não especificamente, ao golpe militar brasileiro ocorrido em 1964, mas nos dá uma aproximação com o caso brasileiro, que ocorreu a partir: i) do apoderamento do poder político pelas forças armadas; e ii) de uma ação repentina. Em 1964 os militares, em uma ação repentina, declaram vaga à presidência e o Ato Institucional 1 foi publicado, dando poderes de Estado a uma Junta Militar.

Contudo, no período em que perdurou a ditadura militar, o discurso oficial dos militares era de uma revolução. Se retomarmos o Ato Institucional 4 podemos perceber que esse “ideal revolucionário” era enfatizado no discurso oficial, a verdade imposta naquele momento por meio da força e dos atos institucionais: “represente a institucionalização dos ideais e **princípios da Revolução**; [...] assegurar a continuidade da **obra revolucionária**; [...] a legislação ordinária da **Revolução**; [...] os poderes que lhe foram conferidos pela **Revolução**” (BRASIL, 1967, *online*, grifo nosso).

Após o fim da ditadura, em nosso segundo recorte temporal, transição democrática, o termo “golpe militar” passa ser utilizado sem que as pessoas tenham medo de possíveis perseguições políticas e/ou outras atitudes mais agressivas por parte do governo. Isso ocorre como resultado do processo de redemocratização, em que a nova Constituição Federal, de 1988, coloca o direito de liberdade de expressão como cláusula pétrea. Assim, o termo pode começar a permear as comunicações individuais e os meios de comunicação em massa, por exemplo.

O Estado passa a assumir que não houve uma revolução, mas sim um golpe militar, mas é no governo de Dilma Vana Rousseff – vítima da ditadura militar (perseguida política, ex-presa política e torturada) –, com a Comissão Nacional da

Verdade, que teve seus trabalhos conduzidos entre 2012 e 2014, que o Brasil unifica um discurso oficial a partir da verdade sobre o período da ditadura militar. Assume-se, então, que em abril de 1964 os militares deram um Golpe de Estado, que por suas características, se classifica como um golpe militar.

Após o afastamento de Dilma Vana Rousseff, um discurso sobre o papel revolucionário dos militares durante a ditadura começa a permear as comunicações, inclusive com discursos de membros do poder legislativo, como o de Jair Messias Bolsonaro, então deputado federal, que exaltava a ditadura e torturadores (BOLSONARO, 2016). Ao assumir a Presidência da República, Jair Messias Bolsonaro continuava a repetir, em diversos momentos, o papel revolucionário dos militares na história recente do Brasil. O que leva, entre 2020 e 2023, com que pessoas de ideologia política de direita e conservadores passem a disseminar um discurso de retomada do poder pelos militares⁶⁹, e mesmo com a possibilidade do então presidente da república, Jair Messias Bolsonaro, incitando atos antidemocráticos⁷⁰.

Percebe-se o termo “Golpe Militar (1964)” é contextualizado por uma construção de recorte temporal em que as mudanças políticas foram fundamentais para que, no governo de Dilma Vana Rousseff, o termo pudesse ganhar *status* no discurso oficial do Estado. Contudo, com as mudanças de governo, mais especificamente o de Jair Messias Bolsonaro, as disputas ideologias políticas sobre como os militares assumiram o poder em 1964 movimentaram a forma como o Estado assume um discurso sobre os fatos relativos a esse período, assumindo um sentido de revolução.

Instâncias de delimitação

A partir do conceito presente no protótipo do tesouro, podemos fazer uma análise sobre as instâncias de delimitação sobre o termo “Golpe Militar (1964)”. Na nota de escopo consta, conforme imagem 10:

69 <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/03/4915376-atos-esvaziados-celebram-golpe-de-64-e-pedem-intervencao-militar.html>

70 <https://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-pede-ao-stf-inclusao-do-ex-presidente-jair-bolsonaro-em-inquerito-que-apura-incitacao-a-atos-antidemocraticos>

Imagem 10 – Conceito de Golpe Militar

Golpe Militar (1964)

Nota de escopo

O Golpe Militar, que também contou com o apoio de civis, aconteceu no dia primeiro de abril de 1964. Ele representa uma ruptura à ordem democrática vigente no Brasil e sucedeu-se com diversas intervenções ilegais, quebra de direitos e violências contra opositores. É o ponto inicial do período denominado Ditadura Militar (1964). Parte-se da premissa que ao assumir que houve um golpe, há então a necessidade de recorrer à Justiça de Transição. (conceito elaborado a partir das falas ocorridas no grupo focal)

Fonte: Protótipo do Tesouro para Estudos sobre Justiça de Transição no Brasil.

A partir da leitura do conceito, percebe-se, com clareza, que a adoção do termo “Golpe Militar” se faz adotando a verdade revelada e oficializada pela Comissão Nacional da Verdade. Dessa forma, a compreensão de que houve um golpe militar, ação ilegítima contra a democracia, se distancia do conceito de revolução. Ao nomear como golpe, abre-se espaço para entender a relação da Ditadura com a Justiça de Transição.

Se fosse uma revolução, não necessitaria de medidas de transição, como apontado por NS5 no segundo encontro do grupo focal:

Se você tem a palavra revolução, não há necessidade de uma reparação, de reconhecer que houve quebra nos direitos. Então, quando você fala... então, assim, eu imagino que os militares, como eles consideram que o nome seja revolução, eles são contra a Justiça de Reparação porque reparar o quê? Reparar algo que foi para trás? Não, eles acreditaram que eles estavam progredindo.

Essa fala corrobora com o sentido de que a tomada do poder pelos militares em abril de 1964 foi algo danoso à democracia brasileira e também tem relação com as diversas violações de Direitos Humanos perpetrados pelo Estado. Portanto, necessitando de reparação.

Os participantes do grupo focal, mais especialmente no segundo encontro, confirmaram unanimemente que o que houve foi golpe militar. Contudo, NS1 pontuou que, como pesquisadora, apontando para o pertencimento enquanto especialistas, não faz uso do termo golpe militar ou revolução em sua produção científica. Para NS1, golpe ou revolução são formas de adjetivação do que foi a ditadura:

Eu acho que golpe e revolução, para mim, são duas formas de se referir à ditadura militar com um tipo de adjetivação. Então, assim, numa perspectiva de revolução, pensando num contexto... e eu acho, assim, como enxergo, necessariamente, numa perspectiva mais de contexto, a revolução não seria apenas, eu acho, assim, de dar um eufemismo para as violações que aconteceram, mas de ter, sim, um grupo de pessoas, talvez, que viveram naquele tempo, que hoje, inclusive jovens a gente vê, mas que entende que, se eles entendem aquele contexto político, é uma minoria, mas tem gente sim que entende que salvou o Brasil do comunismo, enfim, das iniciativas do Jango, mesmo que — não concordo, mas eu acho a gente precisa contextualizar para não também deixar muito simplório.

[...]

Porque você adjetiva, você coloca... Então, assim, se fosse para eu usar, um desses — eu enquanto pesquisadora — para usar um desses dois termos no meu trabalho, obviamente, usaria golpe, mas eu não uso nenhum dos dois, entendeu? Então, isso também... Porque eu enxergo isso como adjetivações, mas é a minha opinião.

À vista do conceito e das falas que aconteceram no grupo focal, percebemos que também é um termo que possui suas dinâmicas de disputa, mesmo entre grupos que corroboram que o uso do termo “Golpe Militar (1964)”, tem pessoas que preferem não usá-lo, mas que também não adotam o uso do termo “Revolução”.

Grades de Especificação

Temos nessa análise centralidade em dois termos que se opõem e que derivam de ideologias políticas diferentes. O primeiro termo, “Golpe Militar (1964)”, surge do contexto relacionado aos opositores ao governo militar e que entendem a tomada do poder pelos militares como ilegítima. Já o segundo termo, “Revolução”, é adotado pelo governo militar para validar e para dar um sentido de legalidade à tomada do poder e instauração do autoritarismo.

Ao compreender que são termos com conceito e contexto político opostos, a presença do termo “Revolução” não se faz visível. Ele aparece na barra de pesquisa do tesouro, imagem 11, mas orientando o usuário a pesquisar por “Golpe Militar (1964)”.

Imagem 11 – Termo Revolução (1964)

- 56. [Responsabilização individual](#)
- 57. [Responsabilização por abusos do passado](#)
- 58. [Revolução \(1964\) USE Golpe Militar \(1964\)](#)
- 59. [Ribeirinho](#)
- 60. [Rota de fuga](#)

Fonte: Protótipo do Tesouro para Estudos sobre Justiça de Transição no Brasil.

Essa forma de representação e escolha terminológica em oposição ao Tesouro da Escola Nacional de Administração Pública, imagem 4 (apresentada no capítulo 2), que adotou em 2019, imagem 12, o termo “Revolução de 1964”. Tal mudança coincide com o primeiro ano do mandato de Jair Messias Bolsonaro na Presidência da República.

Imagem 12 – Data de alteração do termo “Revolução de 1964” no Tesouro da ENAP

REVOLUÇÃO DE 1964

Início / [OUTRAS MATÉRIAS](#) / [CIÊNCIAS HUMANAS](#) / [HISTÓRIA](#) / [REVOLUÇÃO](#) / REVOLUÇÃO DE 1964

Termo	Notas 1	Metadados
Data de criação	18-Jun-2019	
Termo aceito	18-Jun-2019	
Termos descendentes	0	
Termos específicos	0	

Fonte: Tesouro da ENAP.

No que diz respeito aos relacionamentos com o termo “Golpe Militar (1964)”, retomando ao protótipo do tesouro para JT, temos:

Imagem 13 – Relacionamentos com o termo Golpe Militar (1964)

Termos relacionados

- TR ⇌ [Autoritarismo](#)
- TR ⇌ [Democracia](#)
- TR ⇌ [Ditadura Militar \(1964-1985\)](#)
- TR ⇌ [Governo ditatorial militar](#)
- TR ⇌ [Intervenção militar](#)
- TR ⇌ [Mecanismos da justiça de transição](#)
- TR ⇌ [Medida de transição](#)
- TR ⇌ [Participação de civis na repressão](#)
- TR ⇌ [Reparação](#)
- TR ⇌ [Repressão](#)
- TR ⇌ [Violência de Estado](#)

Fonte: Protótipo do Tesouro para Estudos sobre Justiça de Transição no Brasil.

A leitura dos relacionamentos nos mostra duas categorias de termos: i) termos que contextualizam com a ditadura; e ii) termos que contextualizam com a JT; Assim, temos dois agrupamentos possíveis.

Termos como “Autoritarismo”, “Ditadura Militar (1964-1985)”, “Intervenção Militar”, “Participação de Civis na Repressão”, “Repressão” e “Violência de Estado” contextualizam o termo “Golpe Militar (1964)” com a ditadura militar. Também promovem um contexto de separação com o termo “Revolução (1964)”. Já os termos

“Democracia”, “Mecanismos da Justiça Transição”, “Medida de Transição” e “Reparação” contextualizam com a JT e se aproximam de uma ideia de que o golpe militar foi ilegítimo e produziu efeitos negativos à democracia.

5.2.2 Regime Ditatorial Militar

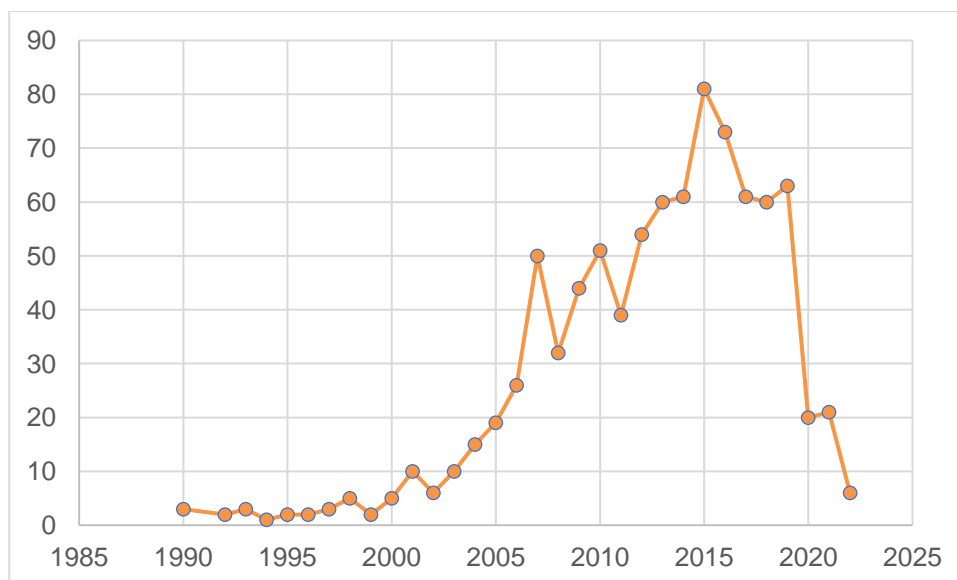
Superfícies de emergência

Quando tratamos sobre a ditadura, outro termo recorrente é “Regime Militar”, nesse momento, sem o qualificador “ditatorial”. Trata-se do regime político instaurado no Brasil entre 1964 a 1985. O qualificador “ditatorial” se apresenta enquanto uma caracterização do regime militar que se instaurou a partir do autoritarismo e das diversas violações de direitos humanos.

A ocupação do executivo pelos militares ou com papel estratégico para tomada de decisão pelos militares é possível de ser observada pelo aparato repressor que se estruturou dentro do Governo Federal, figura 2, apresentada no capítulo 3. Mesmo sem necessariamente constar que os cargos eram ocupados por militares, o governo conseguiu construir em sua estrutura os meios de vigilância e controle, como as Divisões de Segurança e Informações e as Assessoria de Segurança e Informações, que serviam diretamente ao Estado-Maior das Forças Armadas e à Presidência da República.

Com o fim da ditadura e início do período de redemocratização, foi possível que as análises políticas sobre o período pudessem classificá-lo como um regime militar. Em algumas leis centrais na transição e não só no estudo da transição no Brasil como: a Lei de criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a Lei de criação da Comissão de Anistia, a Lei de Criação da Comissão Nacional da Verdade não consta o termo “Regime Militar”.

Contudo, o termo já permeava as discussões sobre a ditadura militar, no meio acadêmico-científico. Em busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), o termo “Regime Militar”, tal como aparece, entre aspas, resultou em três documentos com a data 1990, as mais antigas. Uma análise sobre a quantidade de publicações mostra como é crescente, pós-ditadura a utilização do termo dentro do ambiente acadêmico-científico, como pode ser visto pelo Gráfico 1.

Gráfico 1 – Uso do termo “Regime Militar” na produção acadêmico-científica

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando o gráfico com o recorte político, podemos observar que há uma dinâmica no uso do termo que o relaciona com governos mais democráticos e de com adoção de medidas de transição. Vê-se pelo gráfico que há uma ascensão na quantidade de publicações ainda no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva na Presidência da República. No governo de Dilma Vana Rousseff, chega-se ao auge da quantidade de publicações que fazem o uso do termo “Regime Militar”, em 2015.

Após o *impeachment*, em 2016, ocorre um declínio nas publicações de teses e dissertações e no governo de Jair Messias Bolsonaro, que fez uso de discursos de glorificação da ditadura e de torturadores, bem como de pautas antidemocráticas, ocorreu um declínio vertiginoso na utilização do termo “regime militar”, chegando a seis publicações em 2022.

Lembramos que a análise do uso do termo “Regime Militar” precisa levar em consideração o tempo de desenvolvimento de pesquisa de mestrado (dissertação), dois anos, e de doutorado (tese), quatro anos. Dessa forma, uma dissertação ou uma tese publicada em 1990, data mais antiga de publicação, pode ter iniciado dois ou quatro anos antes. Também esclarecemos os limites da base de dados na compilação da produção científica, publicações mais antigas que 1990 podem não aparecer na BDTD, mas constar na biblioteca das universidades.

Instâncias de delimitação

Voltando-nos à nota de escopo de “Regime Ditatorial Militar” presente no protótipo do tesouro de JT, em que temos o conceito adotado para representar o contexto social e político envolto nas disputas sobre o passado.

Imagem 14 – Conceito de Regime Ditatorial Militar

Regime Ditatorial Militar

Nota de escopo ▼

O regime ditatorial militar se refere ao regime político instaurado no Brasil entre 1964 e 1985 em que as instituições de regulação e controle do poder foram aparelhadas por militares, forças armadas. O termo traz visibilidade ao autoritarismo instaurado e as diversas violações de Direitos Humanos que ocorreram no período ao incluir “ditatorial” para qualificar o termo. Assim, não atenuando a forma como realmente se deu o regime. (conceito elaborado a partir das falas ocorridas no grupo focal)

Fonte: Protótipo do Tesouro para Estudos sobre Justiça de Transição no Brasil.

Esse conceito nos aponta, para além de definir o que é um regime militar, regime político no qual as instituições de regulação e de controle do poder são aparelhadas por militares, que o regime militar no caso brasileiro se caracteriza como um período de autoritarismo e de violações aos direitos humanos. Essa caracterização se torna presente e explícita, como consta, no uso do qualificador “Ditatorial” no termo.

As discussões no grupo focal, mais especificamente, no segundo encontro, chegaram a elaborar como melhor ficaria descrito o regime militar brasileiro. Como apresentado anteriormente, NS7 nos informa o posicionamento do grupo de movimentos sociais (mais precisamente, os de familiares) que, em suas palavras, “rechaça absolutamente esse termo”⁷¹. A preocupação com o uso do termo, como repetiremos a seguir, está na atenuação do que foi a ditadura ao usar o termo “Regime Militar”.

Tanto é que o Zezé de Camargo falou aí, alguns anos atrás... utilizou isso, justamente. Ele utilizou essa atenuação, dizendo que foi um regime militar nesse sentido. Na cabeça dele, era — ele tentando dizer lá para a Leda Nagle — era um “Estado militarizado”. Aí ele usa um treco assim, para dizer que não era uma ditadura. Então, talvez sejam antônimos.

⁷¹ Sobre essa desafeição ao termo “Regime Militar”, o grupo de criadores e mantenedores do site História da Ditadura, explicam, após discussão entre e com os leitores, da escolha e relação ideológica por trás do uso do termo “Ditadura Militar”: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/ditadura-ou-regime>.

Essa preocupação de NS7 pode se referir também ao recorte político em que participou do grupo focal. Os encontros ocorreram no último ano de governo de Jair Messias Bolsonaro, que em diversas oportunidades enalteceu a ditadura e utilizou recursos no discurso público que colocava a ditadura como um período de muito desenvolvimento, de segurança e de adesão a pautas conservadoras. Como ocorreu no discurso do cantor Zezé di Camargo ao tentar apaziguar o que foi a ditadura militar usando do termo “Regime Militar”.

Ao assinalar esse ponto de vista, NS1 tenta mediar a melhor forma de apresentar o termo para que não se atenuem o que está conotado dentro do enquadramento da ditadura militar. Assim, faz o seguinte apontamento:

O regime militar, governo militar, o governo dita... eu acho que a ditadura tem que ser a centralidade porque acho que isso que vai trazer todo o... enfim, lá do golpe ou revolução foi ditadura.

Com a adoção do termo dando centralidade à qualificação dentro do contexto ditatorial, vemos que o mesmo circunscreve seu uso sem que haja a atenuação do autoritarismo e das violações de direitos humanos, que agora estão presentes na forma de apresentação do termo. Assim, o termo traz à luz uma verdade que poderia ser encoberta na utilização sem um compromisso ético.


Grades de especificação

Os termos “Regime Militar” e “Regime Ditatorial Militar” apesar de parecerem como sinônimos, fazem demarcações de contextos políticos, como ficou demonstrado nas instâncias de delimitação. A principal diferença, especificação do contexto ditatorial do regime, ficou demarcada também nos relacionamentos, imagem 15, que se mostraram ao longo da construção do tesouro.


Imagem 15 – Relacionamentos com o termo Regime Ditatorial Militar

Termos genéricos

[TG ↑ Ditadura Militar \(1964-1985\)](#) 

[TG ↑ Regime político](#) 

Termos relacionados

[TR ⇔ Aparato repressor](#) 

[TR ⇔ Autoritarismo](#) 


[TR ⇔ Depuração](#) 


[TR ⇔ Forças Armadas](#) 

[TR ⇔ Golpe Militar \(1964\)](#) 

[TR ⇔ Governo Ditatorial Militar](#) 


[TR ⇔ Intervenção militar](#) 

[TR ⇔ Militarização do Estado](#) 

[TR ⇔ Passado autoritário](#) 

[TR ⇔ Repressão](#) 

[TR ⇔ Universidade](#) 

[TR ⇔ Violação de Direitos Humanos](#) 

Fonte: Protótipo do Tesouro para Estudos sobre Justiça de Transição no Brasil.

Os termos relacionados nos mostram a contextualização do termo, tanto com a ditadura militar quanto com a JT. Termos como “Aparato Repressor”, “Autoritarismo”, “Forças Armadas”, “Golpe Militar (1964)”, “Governo Ditatorial Militar”, “Intervenção Militar”, “Militarização do Estado”, “Passado Autoritário”, “Universidade” e “Violação de Direitos Humanos” fazem ligações do conceito de regime ditatorial militar com a ditadura. Já o termo “Depuração”, que contextualiza com a JT, trata da retirada de agentes do governo ditatorial militar dos cargos que ocupavam a serviço do regime ditatorial militar.

O termo “Ditadura Militar (1964)” aparece como termo genérico para “Regime Ditatorial Militar”, pois, ao tentar trazer a centralidade da ditadura ao termo “Regime Militar”, usou-se da subordinação do termo “Regime Ditatorial Militar” diretamente com “Ditadura Militar (1964)” e “Regime Político”.

5.2.3 Justiça

Superfícies de emergência

O termo “Justiça” no protótipo do tesouro de estudos sobre a JT não se refere, pelo menos de forma tão ampla, ao conceito de justiça presente em dicionários. Esse termo apesar de remeter, numa primeira impressão, a um campo geral da JT, aparece

como uma das dimensões da JT, ou seja, um termo específico sobre a JT. Essa dimensão, de acordo com Quinalha (2013) corresponderá a medidas para investigação, apuração de responsabilidades, julgamento e punição de agentes responsáveis por violações de direitos humanos.

A partir do conceito de justiça, subordinado ao contexto da JT, podemos inferir que durante o primeiro recorte temporal o termo justiça relacionado às graves violações de Direitos Humanos não permeava as comunicações oficiais do governo ditatorial militar. Os presidentes ditadores e os agentes do governo alinhados à Ditadura Militar sempre disseminaram que suas ações eram legítimas, dessa forma, não necessitando de ações de medidas voltadas à justiça.

Essa afirmação, de que o termo justiça, dimensão da JT, não era usado durante a ditadura, precisa ser devidamente contextualizada, pois tratamos o uso do termo dentro das comunicações oficiais do governo ditatorial militar. Entretanto, poderia e esteve presente nas comunicações de movimentos sociais e de pessoas contrárias ao autoritarismo e ao uso da violência pelo Estado – como os familiares de vítimas que pediam justiça ao criarem, em 1975, durante a ditadura, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos para, diante da inação do Estado, investigar os casos de parentes desaparecidos ou mortos pela Ditadura Militar.

Com o período de redemocratização e com as pressões dos movimentos sociais, o Estado inicia aplicações de medidas transicionais. Contudo, as medidas de transição voltadas à justiça (investigação, apuração de responsabilidades, julgamento e punição) sempre estiveram impedidas devido à Lei de Anistia, que anistiou tanto as vítimas e opositores da Ditadura Militar quanto os agentes do governo, inclusive aqueles envolvidos diretamente com graves violações de Direitos Humanos, como torturas, desaparecimentos forçados e assassinatos.

Em 2010, final dos governos Luís Inácio Lula da Silva, o Supremo Tribunal Federal julgou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 (BRASIL, 2010), da qual o objeto do pedido feito pela Ordem dos Advogados do Brasil estava na anulação da anistia aos agentes do aparato repressor que foram beneficiados com a Lei de Anistia. Contudo, O Supremo não anulou a anistia dos agentes do governo militar, impossibilitando a aplicação de medidas de transição voltadas à justiça.

Mesmo que a dimensão da justiça ainda não tenha se efetivado no Brasil, o próprio governo, sem interferências dos seus governantes, mas pontuados por governos afetos a pautas democráticas e à aplicação de medidas de transição, dentre

os diversos trabalhos e ações da Comissão de Anistia, pode publicar ou apoiar produções científicas, acadêmicas e técnicas que questionavam ao Estado Brasileiro a efetivação da justiça. Entre as publicações estão, como exemplo, quatro livros em que a dimensão da justiça, direito à justiça, pode ser tratado sem censuras ou impedimentos por parte dos governos em questão:

BRASIL. Comissão de Anistia. Ministério da Justiça. **A anistia na era da responsabilização**: o Brasil em perspectiva internacional e comparada. Brasília: Comissão de Anistia; Oxford: Oxford University, 2011.

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. **Ditadura militar e democracia no Brasil**: história, imagem e testemunho. Rio de Janeiro: Ponteiro, 2013.

TOSI, Giuseppe et al. (Org.). **Justiça de transição**: direito à justiça, à memória e à verdade. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

SOUSA JUNIOR, José Geraldo de et al. (Org.). **O direito achado na rua**: introdução crítica à justiça de transição na América Latina. Brasília: UnB, 2015.

Durante o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), a Comissão de Anistia foi aparelhada por militares, o que pode ter provocado uma redução na publicação de materiais científicos e acadêmicos sobre reparação, memória, verdade e justiça. Em busca no site da Comissão de Anistia não encontramos documentos científico ou acadêmico (livros, revistas, artigos e outros) publicados entre 2018 e 2022, como era habitual nos governos anteriores. Entretanto, há 20 (vinte) documentos, entre eles: decretos, portarias e pautas, que tratam sobre o funcionamento da comissão.

Instâncias de delimitação

Com base no conceito presente na nota de escopo podemos analisar melhor o contexto ao qual o termo “Justiça” pode ser aplicado, como mostra a imagem 16:

Imagem 16 – Conceito de Justiça

Justiça

Nota de escopo ▼

Trata-se de uma das dimensões (eixos) da Justiça de Transição. No contexto brasileiro, entende-se que não houve justiça ou que ela foi incompleta, porque não ocorreu o julgamento dos torturadores e outros violadores de Direitos Humanos. Há reflexos sociais e políticos da não aplicação de medidas de justiça nos dias atuais, como: violência contra as populações negra, indígena e LGBTQIA+. O conceito de justiça também remete ao entendimento de que ela se faz necessária por conta das diversas violações de direitos que houveram durante a ditadura. (conceito elaborado a partir das falas ocorridas no grupo focal)

Fonte: Protótipo do Tesouro para Estudos sobre Justiça de Transição no Brasil.

Alguns traços sobre a nota de escopo são relevantes para serem destacados, por trazer marcações sobre o contexto no qual o termo pode ser utilizado e o contexto no qual não pode ser utilizado. Nesse sentido, consideramos mais importante o contexto em que o termo não pode ser usado.

A nota apresenta que o termo justiça deve ser utilizado como uma dimensão da justiça de transição e ainda inclui que há possibilidade de que informações sobre violência de Estado contra populações negra, indígena e LGBTQIA+ e outras, podem estar relacionadas a não aplicações de medidas de justiça. Um exemplo de termo que será derivado dessa discussão, sobre a não aplicação de medidas de transição e que está presente no protótipo é “Movimento de Familiares de Vítimas da Violência Policial” (termo que se refere ao movimento de familiares de vítimas da ação da polícia em favelas, principalmente contra pessoas negras).

Apesar de apresentar uma ampliação do contexto sobre o qual o termo justiça pode se apresentar e ser usado, há uma relevância sobre como ele não deve ser usado. Partindo das falas dos participantes dos grupos focais, podemos perceber que há uma insatisfação e sentimento de uma JT incompleta, devido à transição brasileira nunca ter aplicado nenhuma medida voltada a justiça, como a responsabilização dos agentes violadores de direitos humanos. NS6, no primeiro encontro do grupo focal, lembra que

[...] o Brasil — quando a gente olha aqui para os nossos vizinhos, países vizinhos — é o único país sul-americano onde esses torturadores nunca foram julgados; onde não houve essa justiça de transição que é seu objeto

de estudo, [suprimido nome]; onde o Exército não fez mea culpa dos seus pendores golpistas

Já NS7 inclui que ainda é necessário lutar para se chegar à justiça, reforçando que ainda é algo não alcançado:

A gente faz uma luta por essa memória; a gente faz uma luta para buscar a verdade e principalmente chegar à justiça.

Por sua vez, NS1 traz uma pontuação sobre perdão ser diferente de justiça, pensando uma discussão mais ampliada do que no contexto brasileiro, mas que é relevante também para esse contexto que ainda fala em perdão e reconciliação nacional:

Eu estava num congresso há duas semanas, um congresso internacional, então com várias pessoas de várias comissões da verdade, em diferentes países, e foi levantada a questão do perdão, porque acho que aqui a gente — pelo que eu estou entendendo — a gente tem familiares de vítimas e, muitas vezes, ninguém quer falar de perdão. Na verdade, você quer Justiça.

A construção da nota de escopo, a partir das falas feitas no grupo focal, permite visualizar a circunscrição do contexto brasileiro para a aplicação e uso do termo “Justiça”.

Grades de especificação

O termo “Justiça” apresenta um contexto de uso complexo, principalmente pensando a crítica feita sobre a JT brasileira não ter alcançado medidas de justiça efetivas que pudesse responsabilizar os agentes violadores de Direitos Humanos. Nos relacionamentos essas características sobre a dimensão da justiça também podem ser verificadas:

Imagem 17 – Relacionamentos com o termo Justiça

Termos específicos

J.T. ↓ Medida de justiça

Termos relacionados

J.R. ⇐ Agente violador de Direitos Humanos

J.R. ⇐ Anistia

J.R. ⇐ Autoanistia

J.R. ⇐ Coletivo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça

J.R. ⇐ Direito à justiça

J.R. ⇐ Ditadura Militar (1964-1985)

J.R. ⇐ Genocídio da população negra

J.R. ⇐ Genocídio indígena

J.R. ⇐ Governo Ditatorial Militar

J.R. ⇐ Lei de Anistia

J.R. ⇐ Minoria social

J.R. ⇐ Movimento de Familiares de Vítimas da Violência Policial

J.R. ⇐ Perseguição à Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros/Travestis e mais

J.R. ⇐ Perseguição a movimento político cultural negro

J.R. ⇐ População carcerária

J.R. ⇐ População negra

J.R. ⇐ População pobre

J.R. ⇐ Povo indígena

J.R. ⇐ Regime Ditatorial Militar

J.R. ⇐ Reinterpretação da Lei de Anistia

J.R. ⇐ Terrorismo de Estado

J.R. ⇐ Violência de Estado

J.R. ⇐ Violência de Estado pós-redemocratização

J.R. ⇐ Violência em terras indígenas

J.R. ⇐ Vítima

Fonte: Protótipo do Tesouro para Estudos sobre Justiça de Transição no Brasil.

Partindo da leitura dos relacionamentos, podemos perceber que o único termo específico é “Medida de Justiça”. Estão subordinados a ele termos que remetem aos elementos que se esperaria de uma JT e que expressassem a efetivação das medidas de justiça, como: “Identificação de responsável por grave violação de Direitos Humanos”, “Julgamento”, “Processo contra perpetrador de grave violação de Direitos Humanos”, “Punição de agentes de Estado” e “Responsabilização”.

Quanto aos termos relacionados, podemos verificar pelo menos três agrupamentos de termos: i) termos que contextualizam com a ditadura militar; ii) termos que contextualizam com a JT; e iii) termos que contextualizam os reflexos atuais da não aplicação de medidas de justiça.

No primeiro agrupamento termos, contextualização com a ditadura, temos: “Agente violador de Direitos Humanos”; “Anistia”; “Autoanistia”, “Ditadura Militar (1964-1985)”, “Governo Ditatorial Militar”, “Lei de Anistia”, “Regime Ditatorial Militar”, “Terrorismo de Estado”, “Violência de Estado”, “Violência de Estado pós-redemocratização” e “Vítima”. Já no segundo agrupamento, contextualização com a JT, aparecem os termos: “Anistia”, “Autoanistia”, “Coletivo Filhos e Netos por Memória,

Verdade e Justiça”, “Direito à justiça”, “Lei de Anistia”, “Reinterpretação da Lei de Anistia” e “Vítima”.

Quatro termos se repetem ao contextualizar ditadura e JT: “Anistia”; “Autoanistia”, “Lei de Anistia” e “Vítima”. Os três primeiros se referem à anistia, concedida tanto às vítimas quanto aos agentes violadores de Direitos Humanos. Como a Lei de Anistia foi sancionada ainda durante a ditadura militar, ela contextualiza a ditadura. Ao mesmo tempo, durante o período de transição a Lei de Anistia vem sendo questionada diretamente no Supremo Tribunal Federal, como fez a Ordem dos Advogados do Brasil em 2010, ou indiretamente pelos atores da transição, em especial os movimentos sociais. Esses termos também contextualizam o impedimento de efetivação da dimensão da justiça. O outro termo, “Vítima”, se refere às pessoas que, diretamente, sofreram com as violações de Direitos Humanos perpetradas pelo Estado brasileiro.

Por fim, o terceiro agrupamento de termos, que contextualizam os reflexos atuais da não aplicação de medidas de justiça: “Coletivo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça”, “Genocídio da população negra”, “Genocídio indígena”, “Minoria social”, “Movimento de Familiares de Vítimas da Violência Policial”, “Perseguição à Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros/Travestis e mais”, “Perseguição a movimento político-cultural negro”, “População carcerária”, “População negra”, “População pobre”, “Povo indígena”, “Violência de Estado”, “Violência em terras indígenas” e “Vítima”

O terceiro agrupamento encontra pontos comum com o segundo agrupamento nos termos: “Coletivo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça” e “Vítima”. O Coletivo Filhos e Netos por Memória, Verdade e Justiça, movimento social com objetivo inicial de luta por memória, verdade e justiça, sobre o período da ditadura, não deixa de perceber como a não efetivação da dimensão da justiça produz efeitos nos dias atuais contra minorias sociais, em especial as que estão em situação de vulnerabilidade submetidas à ação violenta da polícia militar. “Vítima” se repete nos três agrupamentos.

5.2.4 Desanistia

Superfícies de emergência

O termo “Desanistia” é recente, podendo, ainda, ser considerado um neologismo. Um dos registros mais antigos que conseguimos recuperar data de 2007, com a tese de Edson Teles, *Brasil e África do Sul: os paradoxos da democracia: memória política em democracias com herança autoritária*. De acordo com o autor, o termo desanistia é usado para tratar o cancelamento da anistia dada pelo Decreto-Legislativo n. 18, de 15 de dezembro de 1961.

Recorrendo ao texto do decreto que cancela a anistia, Decreto-Lei n. 864, de 12 de setembro de 1969, verificamos que não se fez oficialmente o uso do termo “desanistia”. É possível que o autor tenha criado o termo para se referir ao ato de cancelamento da anistia concedida pelo Decreto-Legislativo n. 18, de 15 de dezembro de 1961.

Outra utilização do termo foi feita em 2015, por David Oliveira, também em sua tese, *Análise de discurso crítica da anistia política de militares no Brasil: a disputa por sentidos que ampliam ou restringem os direitos dos militares anistiados*. Diferentemente do uso do termo apresentado por Teles (2007), Oliveira (2015) não o faz no sentido de cancelamento, mas de não inclusão, ou como usado por ele, remoção, de militares dos direitos gozados por alguns militares sobre a Lei de Anistia e que não é devido a outros.

Mais recentemente, no governo de Jair Messias Bolsonaro, o termo “Desanistia” ganhou centralidade nas discussões sobre a Lei de Anistia e Comissão de Anistia, quando o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos iniciou a reabertura, reavaliação e cancelamento de alguns processos de anistia. Como citado anteriormente, Jair Messias Bolsonaro aparelhou a Comissão de Anistia com militares, o que contribuiu para uma operacionalização ideológica-política do governo de que não existiu ditadura e que não há o que ser anistiado.

A forma como o termo, pouco usado anteriormente, ganha uma centralidade na discussão sobre a Comissão de Anistia e remonta, inevitavelmente, ao contexto político de não reconhecimento do autoritarismo e das violações de direitos humanos e práticas antidemocráticas que se apossaram do governo brasileiro no mandato de Jair Messias Bolsonaro. Essa discussão traz, novamente, uma disputa sobre a Lei de Anistia e como sua interpretação ainda é usada de maneira indiscriminada por

governos autoritários, como na ditadura para livrar os agentes violadores de Direitos Humanos de suas responsabilidades, como entre 2019 e 2022, para punir pessoas que foram anistiadas em posição de vítimas.

Instâncias de delimitação

Por se tratar de um termo e conceito novos, e que ainda não se solidificaram na terminologia da JT, tratamos do termo “Desanistia” sabendo que ele pode ser alterado e/ou ganhar novos contextos de uso:

Imagem 18 – Conceito de Justiça

Desanistia

Nota de escopo ▼

Trata do cancelamento de anistias – concedidas com base na Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979 – movidos pela Comissão de Anistia (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) durante o governo de Jair Bolsonaro. Os processos de desanistia tiveram como alvo militares vítimas da ditadura. Não se refere aos militares e outros agentes públicos que foram autoanistiados. (conceito elaborado a partir das falas ocorridas no grupo focal)

Fonte: Protótipo do Tesouro para Estudos sobre Justiça de Transição no Brasil.

Alguns pontos são chave para a compreensão sobre o uso do conceito e sobre os contextos de uso. O termo deve ser usado sobre os processos de anistia de que trata a Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, ou, como é mais conhecida, Lei de Anistia. Portanto, não poderia ser utilizada para o contexto apresentado por Teles (2007) para a anistia concedida pelo Decreto-Legislativo n. 18, de 15 de dezembro de 1961.

O termo trata do cancelamento, isso significa que para que haja o cancelamento, previamente precisa que tenha havido uma anistia, o que exclui o caso apresentado por Oliveira (2015), que não trata do cancelamento de anistias aos autoanistiados, mesmo que pautada na Lei de Anistia, mas da não inclusão de alguns militares, como beneficiários da referida Lei. NS6 nos lembra como o termo “Desanistia”, até o presente contexto político, se refere ao cancelamento das anistias de militares:

mas hoje esses conselheiros foram escolhidos a dedo; estão ignorando os fatos, negando que houve perseguição e desanistiando militantes que já foram anistiados e o mais grave, gente: abandonando a busca pelos desaparecidos.

A construção dessa nota se deu com base nas discussões do Grupo Focal, portanto, se limitou às discussões feitas nos dois encontros. Isso faz com que o uso do termo não abranja, por exemplo, os contextos de uso do termo “Desanistia” feitos por Teles (2017) e por Oliveira (2015).

É um termo que nasce de um contexto político recente onde ocorreu o aparelhamento da Comissão de anistia e a tentativa de desfazimento de algumas medidas de transição. É tão recente que nem todos os membros tinham conhecimento de sua existência e de como era utilizado. NS7, se espantou com o termo:

Eu nunca tinha ouvido falar de desanistia, mas anistiar, de novo, é impressão de leigo, é, de certa forma, até um pouco diferente de perdão.

Pelo fato de desconhecimento e de um uso muito recente do termo “Desanistia”, com conceito ainda em construção, optou-se por deixar o termo como candidato no protótipo do tesouro, até que possa ser discutido com mais consistência.

Grades de especificação

Apesar de não ter ocorrido uma grande discussão sobre o termo “Desanistia”, nos grupos focais e não ter aparecido em nenhum dos materiais terminológicos, foi possível traçar relacionamentos com outros termos que nos mostram sua relação com a ditadura e com a JT:

Imagem 19 – Relacionamentos com o termo Justiça

Termos genéricos

[TG ↑ Lei de Anistia](#)

Termos relacionados

[TR ⇐ Anistia](#)

[TR ⇐ Anistiado político](#)

[TR ⇐ Comissão de Anistia](#)

[TR ⇐ Direito à reparação](#)

[TR ⇐ Ditadura Militar \(1964-1985\)](#)

[TR ⇐ Forças Armadas](#)

[TR ⇐ Governo Ditatorial Militar](#)

[TR ⇐ Militar](#)

[TR ⇐ Vítima da ditadura](#)

Fonte: Protótipo do Tesouro para Estudos sobre Justiça de Transição no Brasil.

Para determinar a marcação de que o uso do termo se dá a partir da Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979, ficou subordinado ao termo “Lei de Anistia”. Dessa forma, mesmo que o usuário não faça a leitura da nota para se orientar, a hierarquização do termo à Lei de Anistia deixa explícita que se trata de uma aplicação específica.

Os termos relacionados, mesmo que não explicitem o uso indevido da Lei de Anistia para punir militares que foram vítimas da ditadura, nos ajudam a fazer a aproximação em dois grupos, que já ocorreu anteriormente: i) contextualização com a ditadura; e ii) contextualização com a JT.

Na leitura dos relacionamentos, termos como: “Anistia”, “Ditadura Militar (1964-1985)”, “Forças Armadas”, “Governo Ditatorial Militar”, “Militar” e “Vítima da Ditadura” se referem ao contexto de ligação da Desanistia com a Ditadura Militar. Ao ponto que, termos como: “Anistia”, “Anistiado Político”, “Comissão de Anistia”, “Direito a Reparação” e “Militar” contextualizam a JT como elemento circundante o conceito de desanistia. O enunciado trazido por esses relacionamentos indica a marca do contexto político de emergência do termo e não abre espaço, num processo de indexação pautado na ética, para que o termo seja usado para tratar, por exemplo, da desanistia comentada por Teles (2007) e/ou Oliveira (2019).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi construída com o propósito de questionar a construção de um tesouro que corroborasse com o combate às opressões sociais e à invisibilização de grupos marginalizados ou com os discursos hegemônicos que se perpetuam através da linguagem. A pergunta-problema questionava sobre a incorporação de terminologias inclusivas do contexto cultural, social e político, expresso na pluralidade de vozes dos atores sociais que atuam no área da JT para ampliação da representação de um tesouro para essa área.

Os postulados teóricos de Clare Beghtol sobre a garantia cultural e a hospitalidade cultural; os apontamentos críticos aos princípios positivistas na validação de fontes para Organização do Conhecimento, feitos por Maria Aparecida Moura; a proposta de abandono dos modelos tradicionais de construção de tesouros, elaborada por nós em trabalhos anteriores; e o conceito de dispositivo, elaborado por Michel Foucault, foram fundamentais para sustentar a proposta de modelo de construção do tesouro para JT.

Esses postulados nos ajudaram a reconhecer que os princípios e fundamentos da Organização do Conhecimento não eram suficientes para pensar e discutir uma mudança paradigmática sobre a construção de tesouros, com perspectivas emancipadoras de grupos sociais emergentes. Para tanto, partimos de tais perspectivas para elaborar um conceito sobre Organização Social do Conhecimento que permitisse uma emancipação e abertura às diversidades culturais, sociais e políticas, no processo de construção de tesouros.

Dessa forma, recorreremos em nossa experimentação à garantia cultural, para validação dos termos e conceitos. Essa garantia demonstrou um posicionamento subjetivo sobre os sujeitos (atores da transição) e sobre as fontes terminológicas, o que apontou a necessidade de mudança no processo e nos métodos de construção do tesouro.

A técnica principal utilizada foi o grupo focal. Com ela, foi possível que os participantes, pertencentes aos diversos segmentos da JT, apresentassem não somente a terminologia da área, mas incluíssem seus pontos de vista sobre a ditadura e a JT. Quando encontraram pontos de discordância, os participantes puderam discutir e chegar a um consenso sobre seus posicionamentos em relação aos assuntos e à terminologia mais adequada.

Os produtos dos encontros do grupo focal, enquanto material para coleta e validação terminológica, demonstraram-se riquíssimos para compreensão dos contextos sociais e políticos, nos quais a linguagem específica da JT está imbricada e para determinar as escolhas que seriam feitas no processo, permitindo, assim, a construção coletiva do tesouro. Também foi possível revelar a diferença entre segmentos da JT quanto às escolhas terminológicas. Contudo, é um método que demanda comprometimento coletivo e tempo para as discussões.

Os contextos culturais, sociais e políticos foram evidenciados pela diversidade de sujeitos em termos de pertencimento/vínculo com a ditadura ou com a JT (vítima, parente de vítima, especialista, representante de movimentos sociais) e com as diferenças geracionais (filhos e netos de vítimas). Essa diversidade de atores ressaltou, nas discussões do grupo focal, pontos de vistas que cada membro, enquanto grupo de pertencimento ou geração, possui sobre a ditadura e a JT.

Complementarmente ao grupo focal, usamos a pesquisa bibliográfica e a documental, que nos ajudaram com a coleta terminológica a partir das fontes tradicionais das práticas de construção de tesouros, como os livros, teses, artigos científicos e outros tesouros. Mesmo que não tenha havido nenhuma orientação sobre o tipo de fonte que os participantes do grupo focal indicariam, tivemos uma grande quantidade de materiais terminológicos que correspondem às garantias literária e filosófica. Essas duas garantias também foram acionadas, mas de forma assessória à garantia cultural.

Parte do processo de coleta terminológica recuperou materiais terminológicos advindos do contexto acadêmico-científico. Esses materiais, no entanto, não corresponderam, inicialmente, às garantias literária e filosófica, mas sim à garantia cultural. As escolhas dos segmentos representantes da JT e dos materiais terminológicos indicados por cada segmento foram orientadas, em primeiro plano, não pela academia ou pela ciência, mas pela relevância e pela importância atribuída pelos sujeitos a cada um dos materiais, para representação da área de forma ampliada.

As técnicas de coleta de dados selecionadas foram úteis tanto para a construção do tesouro quanto para a compreensão da linguagem específica da JT. O protótipo do tesouro também foi um elemento analisado nesta pesquisa. Ao mesmo tempo que o tesouro, enquanto objeto de pesquisa, era analisado à luz dos dados do grupo focal, o grupo focal era, também, analisado à luz do tesouro. Esse cruzamento entre dados foi relevante para compreensão do tesouro enquanto um produto social

que poderá auxiliar na consolidação da verdade sobre a ditadura e sobre a transição democrática.

Ainda na etapa de coleta de dados, pudemos fazer algumas experimentações com o protótipo do tesouro para compreender melhor comportamentos de termos e relacionamentos que fogem às características tradicionais dos tesouros. A primeira experimentação foi com o método e com o processo de construção do tesouro com o desenho que propusemos.

A segunda experimentação ocorreu com os termos que podem ser considerados sinônimos, como foi o caso de “Ditadura Militar” e de “Ditadura Civil-Militar”, mas que, considerando a complexidade política, demonstram diferenças relevantes ao processo de indexação e de recuperação da informação. Para tanto, a experimentação teve como intenção verificar como poderiam permanecer os dois termos como preferenciais.

A terceira experimentação foi com o nome de pessoas vítimas da ditadura, para que o tesouro possa auxiliar, com mais consistência, as políticas de memória voltadas a promover o não esquecimento dessas pessoas que foram fundamentais na luta pela democracia durante a ditadura e na sua construção pós-ditadura.

Com os dados coletados e organizados, pudemos ter dois desenhos sobre o âmbito empírico da pesquisa. Tínhamos, um desenho a partir do conjunto de falas (encontros dos grupos focais) e um desenho do conjunto de termos com seus relacionamentos (protótipo do tesouro). Apesar disso, como foi dito, os dados do grupo focal se relacionaram com os do tesouro, assim como os dados do tesouro intercambiaram com os dados do grupo focal. Dessa forma, obtivemos duas imagens similares, por corresponderem ao mesmo contexto, mas, ao mesmo tempo, diferentes, quanto aos processos de análise.

A partir da leitura e da compreensão do referencial teórico, pudemos elaborar um quadro analítico que subsidiou a compreensão dos resultados da pesquisa. Como a garantia cultural demarcou o processo de construção do tesouro, importando a centralidade dos procedimentos nos atores da transição e depois dos materiais terminológicos, ficou claro que a estrutura analítica precisaria perpassar pelas discussões relativas a esses dois elementos teóricos. O quadro analítico foi complementado pelos marcadores metodológicos que usamos na construção do tesouro.

Para uma área com tantas disputas no campo social e político, como a JT, pensar o processo de construção do tesouro a partir das características e especificidades da área, ao invés de adotar modelos fechados (positivistas), resultou em uma representação da JT que buscou, além da verdade, um respeito às diferenças culturais, sociais e políticas dos segmentos que a constituem.

Um termo que poderemos ressaltar para exemplificar essa representação mais ampliada sobre a JT é “Regime Ditatorial Militar”. Esse termo foi elaborado a partir da complexificação e da discussão coletiva que ocorreu sobre ele durante a pesquisa. Inicialmente, o primeiro encontro do grupo focal e os materiais terminológicos não apresentaram nenhuma discordância sobre o uso do termo “Regime Militar”. Assim, poderíamos entender que ele estaria adequado aos diversos contextos da JT. Contudo, numa discussão sobre o termo, no segundo encontro do grupo focal, um participante apresentou uma visão de silenciamento que esse termo, “Regime Militar”, traz ao contexto real do que foi a ditadura militar com suas diversas violações de Direitos Humanos.

A análise desse processo à luz do grupo focal e a análise do grupo focal à luz dos tesouros nos permite compreender que o processo de construção de um tesouro para a JT não poderia ignorar a complexidade dessa área e as diversas disputas que são travadas, principalmente, no campo simbólico. Tanto o que se teorizou como Organização Social do Conhecimento quanto o que se compreendeu sobre ditadura e JT puderam ser, não confrontados, mas sim conectados para a representação do conhecimento em um tesouro.

A percepção do que conceituamos como Organização Social do Conhecimento, com a dimensão da Memória e Verdade, permitiu que fosse construída uma representação da JT que tem comprometimento ético com a verdade sobre um passado em disputa.

Um tesouro para JT, então, possui o poder de contribuir para iluminar com maior ou menor intensidade o contexto sobre a verdade relativa à Ditadura Militar. Ao incluir termos sobre temáticas que seriam silenciadas em contextos de negação da ditadura, o tesouro possibilita que esses termos sejam usados na indexação e na recuperação de informações. O uso de informações sobre essas temáticas, por sua vez, gera novas informações sobre a verdade factual, cumprindo com um papel ético com a verdade.

A mudança de centralidade dos procedimentos dos materiais terminológicos para os atores sociais permitiu um compromisso com a verdade e, portanto, com uma dimensão emancipatória sobre a JT.

O uso da teoria de Michel Foucault sobre o discurso nos ajudou a compreender as relações de verdade por trás dos termos e sua representação, dentro do protótipo do Tesouro para Estudos sobre a Justiça de Transição no Brasil. A partir dessa análise do discurso, pudemos compreender como os termos ganham protagonismo nas disputas pelo passado sobre a Ditadura Militar. A partir da ideia do tesouro como dispositivo, entendemos que o discurso por ele disseminado entrará em conflito, ou seja, em disputa, com outros discursos, seja de negação da ditadura ou de valorização da democracia.

Em vias de finalização, ressaltamos que esta pesquisa se soma a outras, para promover uma mudança sobre o entendimento em relação a Organização da Informação e do Conhecimento. Num momento em que para CI é tão importante falar sobre big data e Inteligência Artificial, trazer um ponto de vista humanístico para os tesouros é relevante, pois estamos tratando de linguagem, e a linguagem é carregada de signos e de significados, de uma ordem eurocentrada, branca, patriarcal, heterossexual, cisnormativa, cristã que subjuga o outro, levando-o sempre à margem.

O esquema de construção de tesouros experimentado nesta pesquisa pode ser reproduzido em outros campos e áreas, desde que levando em consideração primeiramente o contexto social, cultural e político que irá se representar, em toda sua complexidade e, depois, as pessoas, os materiais, os métodos e os procedimentos.

Ao pesquisar o tesouro como dispositivo em um processo de construção de tesouro que vai na contramão dos modelos tradicionais, não estamos dizendo que esse protótipo de tesouro não responde a uma lógica de dominação, como demarcado por Michel Foucault, mas o entendemos como um contradispositivo. Entendemos que o protótipo do Tesouro para Estudos sobre a Justiça de Transição no Brasil operará a favor da verdade a partir dos esclarecimentos do passado traumático sobre a ditadura militar e sobre a Justiça de Transição no Brasil gerando, dessa forma, estímulos, abalando e/ou desestabilizando, outros dispositivos.

REFERÊNCIAS

- ADLER, Melissa. **Cruising the library**: perversities in the Organization of Knowledge. New York: Fordhan University Press, 2017.
- ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. **Os direitos da transição e a democracia no Brasil**: estudos sobre Justiça de Transição e a Teoria da Democracia. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- ALMEIDA, Tatiana; SALDANHA, Gustavo Silva; RIBEIRO, Ana Rosa Pais Ribeiro. Memória, esquecimento e recuperação da informação: contradição e dialética da práxis na organização do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2016. p. 1-17.
- AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE. National Information Standards Organization. **ANSI/NISO Z39.19-2005**: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda: NISO Press, 2005 [2010].
- ANTUNES, Denise. Reflexões sobre a Justiça de Transição. **Revista Judiciária do Paraná**, ano 14, n. 18, p. 41-56, 2019.
- ARAÚJO, Clara. Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. In: RUBIM, Linda, ARGOLO, Fernanda (Orgs.). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, 2018.
- ARTHUR, Paige. Como as “transições” reconfiguraram os direitos humanos: uma história conceitual da justiça de transição. In: REÁTEGUI, Félix (Coord.). **Justiça de Transição**: manual para a América Latina. Brasília: Comissão de Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para a Justiça de Transição, 2011.
- BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Imprensa Oficial de São Paulo, 2000. (Volume 1)
- BARBOUR, Rosaline. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BARITÉ, Mario. Em direção a uma conceituação geral das garantias: primeiras anotações. In: BARROS, Thiago Henrique B.; TOGNOLI, Natália Bolfarini (orgs.). **Organização do conhecimento responsável**: promovendo sociedades democráticas e inclusivas. Belém: Editora da UFPA, 2019.
- BEGHTOL, Clare. A proposed ethical warrant for global knowledge representation and organization systems. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 5, p. 507-532, 2002.
- BEGHTOL, Clare. Semantic validity: concepts of warrant in bibliographic classification systems. **Library Resources & Technical Services**, v. 30, n. 2, p. 109-125, 1986.

BOLSONARO, Jair Messias. Voto de Jair Messias Bolsonaro na sessão deliberativa sobre o impeachment de Dilma Rousseff. In: BRASIL. Câmara dos Deputados. Sessão 091.2.55.O: Deliberativa Extraordinária. Impeachment de Dilma Rousseff. Brasília: TV Câmara, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU>. Acesso em: 02 jul. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Vocabulário Controlado Básico**: VCB: Adotado no catálogo coletivo da Rede Virtual de Bibliotecas – RVBI. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 abril 1964**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm. Acesso em: 5 abr. 2022.

BRASIL. **Ato Institucional nº 4, de 7 dezembro de 1966**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-04-66.htm. Acesso em: 8 abr. 2022

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014a. (Volume 2).

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, 2014c. (Volume 3).

CONSELHO Nacional do Ministério Público. **Estado de Direito**. [Brasília]: CNMP, [2022].

BRASIL. Congresso Nacional. **30 anos da constituição**. Brasília: Câmara dos Deputados, [2018?]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/constituente/index.html>. Acesso em: 02 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n. 10.559, de 13 de novembro de 2002**. Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 05 fev. 2022.

BRASIL. **Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2012**. Lei de Acesso à Informação. Brasília, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10559.htm. Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. **Lei n. 4.341, de 13 de junho de 1964**. Cria o Serviço Nacional de Informações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4341.htm. Acesso em: 4 abr. 2022.

BRASIL: nunca mais. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BRASIL. Portal da Legislação. **Atos Institucionais**. [Brasília: s/n], 2022. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais/>. Acesso em: 8 abr. 2022.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SDH/PR, 2009.

BRASIL. Senado Federal. **Auro de Moura Andrade, à serviço do Golpe, declarou vaga a Presidência**. Brasília: Agência Senado, 2014b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/03/27/auro-de-moura-andrade-a-servico-do-golpe-declarou-vaga-a-presidencia>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 153 Distrito Federal**. Brasília: STF, 2010. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=612960>. Acesso em: 30 jun. 2022.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Os sistemas de organização do conhecimento nas perspectivas atuais das normas internacionais de construção. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, v. 2, n. 1, p. 165-192, 2011.

BUTLER, Judith. **Excitable speech: a politics of the performative**. Routledge, New York, 1997.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é possível de luto?**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos**. 2009. 209f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **O discurso da transição: mudança, ruptura e permanência**. Itajaí: UNIVALI, 2000.

CINTRA, Ana Maria Marques. et al. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Polis: APB, 2002.

COIMBRA, Olívia Andrade; GOMES, Pablo; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. A produção científica brasileira em relação a ditadura militar: uma análise bibliométria na biblioteca digital brasileira de teses e dissertações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2019. p. 1-10.

COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

DIAS, Célia da Consolação. A análise de domínio, as comunidades discursivas, a garantia da literatura e outras garantias. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.25, n.2, p. 7-17, 2015.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária**. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

DUDLEY, Michael. Exploring worldviews and authorities: library instruction in indigenous studies using authority is constructed and contextual. **College & Research Libraries News**, v. 81, n. 2, p. 66-69, 2020.

DOMINGUES, Ivan. **Epistemologia das Ciências Humanas: positivismo e hermenêutica: Durkheim e Weber**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. t.1.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Tesouro da ENAP**. Revolução de 1964. Brasília: ENAP, 2022. Disponível em: <http://tesouro.ena.gov.br/tematres/vocab/index.php>. Acessado em: 13 out. 2022.

ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel; GARCÍA MARCO, Francisco Javier. Las “primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica”. **Scire**, v. 1, n. 1, p. 149-157, 1995.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade, política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e escritos; V)

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FOX, Melodie J. “Priorities of arrangement” or a “hierarchy of oppressions?”: perspectives on intersectionality in Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 43, n. 5, p. 373-383, 2016.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. MEC/DSI/AESI: A produção de informação sobre subversão na universidade. In: FROTA, Maria Guiomar da Cunha; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; GOMES, Pablo. (Org.). **Anais da 4ª Jornada Científica Internacional da Rede Mussi: Mediações da informação, democracia e saberes plurais**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação, 2020.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Retratos e testemunhos nas memórias da repressão e da resistência: uma interpretação do filme Retratos de Identificação dirigido por Anita Leandro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2017.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha; COIMBRA, Olívia Andrade; GOMES, Pablo. A ditadura militar brasileira no ENANCIB: uma história recente. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22, 2022, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: UFRGS, 2022.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha; RIBEIRO, Ana Claudia; GOMES, Pablo. A Qualidade do Tesouro da Corte Interamericana de Direitos Humanos como instrumento de Organização da Informação e do Conhecimento. *In*: Fabio Assis

Pinho; José Augusto Chaves Guimarães. (Org.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: UFPE, 2017.

GARCIA GUTIÉRREZ, Antonio. Cientificamente favelados: uma visão crítica do conhecimento a partir da epistemografia. **TransInformação**, v. 18, n. 2, p. 103-112, 2006.

GARCIA GUTIÉRREZ, Antonio. La organización del conocimiento en el nuevo orden transcultural: del totalitarismo a la desclasificación (la razón como creencia y la oc como burocracia). **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, v.8, n. 1/2, p. 1-19, 2014.

GOMES, Hagar Espanha. **Manual de elaboração de tesouros monolíngües**. Brasília: Programa Nacional de Bibliotecas das Instituições de Ensino Superior, 1990.

GOMES, Pablo; FROTA, Maria Guiomar da Cunha Frota. Knowledge Organization from a social perspective: Thesauri and the commitment to cultural diversity. **Knowledge Organization**, v. 46, p. 639-646, 2019.

GOMES, Pablo. **Linguagem Documentária para organização do conhecimento no domínio da Justiça Transicional**. 2019. 115f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019a.

GOMES, Pablo. Minha voz importa: traçando orientações para construção de tesouros para a comunidade LGBTQIA+. In: ROMEIRO, Nathália; ALMEIDA, Bruno; WELLINGTON, Carlos. (Org.). **Do visível ao invisível: saberes e fazeres das questões LGBTQIA+ na Ciência da Informação**. Florianópolis: Rocha, 2019b.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (Orgs.). Apresentação. In: GOMES, Angela de Castro. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. p.223-244. 1984.

GRACIOSO, Luciana de Souza. Parâmetros teóricos para elaboração de instrumentos pragmáticos de representação e organização da informação na Web: considerações preliminares sobre uma possível proposta metodológica. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 1, n.1, p. 138-158, 2010.

GUEDES, Roger de Miranda. **O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem**. 2016. 155f. Tese (Doutorado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

GUEDES, Roger de Miranda; MOURA, Maria Aparecida. O princípio da garantia semântica e os estudos da linguagem. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v.9, n.2, p. 1-21, 2016.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fabio Assis. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Inf. Inf.**, v. 12, n. 1, p. 2007.

HERON, John. **Co-operative inquiry**: research into the human condition. London: SAGE Publications, 1996.

HEREON, John; REASON, Peter. A participatory inquiry paradigm. **Qualitative Inquiry**, v. 3, n. 3, p. 274-294, 1997.

HJØRLAND, Birger. Fundamentals of Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, v. 30, n. 2, p. 87-111, 2003.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization? **Knowledge Organization**, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.

HJØRLAND, Birger. Knowledge Organization (KO). **Knowledge Organization**, v. 43, n. 6, p. 475-484, 2016.

HOLLANDA, Cristina Buarque de; ISRAEL, Vinícius Pinheiro. Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 27, n. 70, p. 1-21, 2019.

HOOKS, bell. **Anseios**: raça, gênero e políticas culturais. São Paulo: Elefante, 2019a.

HOOKS, bell. **Erguer a sua voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019b.

INSTITUTO de Políticas Públicas en Derechos Humanos. **Assessoria Especial de Segurança e Informações (AESI)**. Buenos Aires: IPPDH, 2014. Disponível em: <http://atom.ippdh.mercosur.int/index.php/assessoria-especial-de-seguranca-e-informacoes-aesi>. Acesso em: 14 abr. 2022.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). 2008. 351 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

JOFFILY, Mariana Rangel. Oban e DOI-CODI, elementos para um estudo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23, 2005, Londrina. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de investigaciones UNAD**, v. 14, n.2, p. 55-73, 2015.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Graziela dos Santos et al. Proposta de diretrizes multiculturais para construção de uma política de indexação com foco na cultura africana e afro-brasileira. In: BARROS, Thiago Henrique Bragato; TOGNOLI, Natalia Bolfarini (Orgs.). **Organização do conhecimento responsável**: promovendo sociedades democráticas e inclusivas. Belém: Ed. da UFPA, 2019.

LIMA, Graziela dos Santos; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Perspectiva pós-colonial e decolonial no campo da Organização do Conhecimento: reflexões para a construção de SOCs multiculturais. In: BARROS, Thiago Henrique Bragato; TOGNOLI, Natalia Bolfarini (Orgs.). **Organização do conhecimento responsável**: promovendo sociedades democráticas e inclusivas. Belém: Ed. da UFPA, 2019.

LIMA, José. Leonardo Oliveira; ALVARES, Lilian. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, Lilian. (Org). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. São Paulo: B4Editores, 2012.

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon G. Controvérsias paradigmáticas, contradições e confluências emergentes. DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MAI, Jens-Erik. Marginalization and exclusion: unraveling systemic bias in classification. **Knowledge Organization**, n. 43. p. 324-330, 2016.

MAIONE, Emerson. **O justo e o verdadeiro**: uma genealogia da justiça de transição pela análise da parceria entre o Internacional Center of Transitional Justice e a ONU. 2017. 176f. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

MCGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação**: uma análise introdutória. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MILANI, Suellen Oliveira et al. Os desvios na representação do conhecimento em um contexto multicultural: abordagens teóricas. In: LLORET ROMERO, Nuria. **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento**: actas del IX Congreso ISKO España. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, Servicio de Publicaciones, 2009.

MILANI, Suellen Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Problemas relacionados a biases em Sistemas de Organização do Conhecimento: perspectivas para a representação de assunto. In: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Orgs.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo, Hucitec, 2008.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de; COSTA, Deniz. A organização do conhecimento sobre Umbanda e sua representação bibliográfica: uma análise exploratória a partir de registros bibliográficos. In: BARROS, Thiago Henrique Bragato; TOGNOLI, Natalia Bolfarini (Orgs.). **Organização do conhecimento**

responsável: promovendo sociedades democráticas e inclusivas. Belém: Ed. da UFPA, 2019.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de; SILVA, Fábio Gomes da. O Islamismo na CDD e CDU: religião e cultura periféricas nos esquemas de classificação bibliográfica. In: BARROS, Thiago Henrique Bragato; TOGNOLI, Natalia Bolfarini (Orgs.). **Organização do conhecimento responsável:** promovendo sociedades democráticas e inclusivas. Belém: Ed. UFPA, 2019.

MOREIRA, Maria Ester Lopes. Diretas Já. In: Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Dicionários.** Rio de Janeiro: FGV, [201?]. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>. Acesso em: 02 jul. 2022.

MOURA, Jonathan Ribeiro Farias de. Da morfologia ao discurso: o caso do sufixo –ismo para denominar práticas homossexuais. **Revista Ribanceira**, n.15, p. 99-111, 2018b.

MOURA, Maria Aparecida. Organização social do conhecimento e performatividade de gênero: dispositivos, regimes de saber e relações de poder. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 118-135, 2018a.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico:** os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 1, n. 2, p.37-45, 1996.

OLIVEIRA, David Barbosa de. **Análise de discurso crítica da anistia política de militares no Brasil:** a disputa por sentidos que ampliam ou restringem os direitos dos militares anistiados. 2015. Tese (Doutorado em Direito) - Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

OLSON, Hope A. Mapping beyond Dewey's boundaries: constructing classificatory space for marginalized knowledge domains. **Library Trends**, v. 47, n. 2, p. 253-254, 1998.

PANTALEÃO, Lucas Haygert. **Os Programas Nacionais em Direitos Humanos em perspectiva histórica.** 2017. 241f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

PAULA, Lorena Tavares de. Pessoas como fonte de informação: autoridade cognitiva nos ambientes digitais midiáticos. In: SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da; FROTA, Maria Guiomar da; MARQUES, Rodrigo Moreno (Orgs.). **Informação, mediação e cultura:** teorias, métodos e pesquisas. Belo Horizonte: Letramento: PPGCI/UFMG, 2022.

PAVEAU, Marie-Anne. **Linguagem e moral:** uma ética das virtudes discursivas. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

PEDRA, Caio Benevides. **Direitos LGBT: a LGBTfobia estrutural e a diversidade sexual e de gênero no direito brasileiro.** Curitiba: Appris, 2020.

PETERS, Isabella. Power Tags as tools for Social Knowledge Organization Systems. in: GAUL, Wolfgang et al (Ed.). **Challenges at the interface of data analysis, computer science, and optimization:** proceedings of the 34th Annual Conference of the Gesellschaft für Klassifikation e. V Karlsruhe, July 21-23, 2010. London: Springer, 2012.

PINHO, Fabio Assis. **Aspectos éticos em representação do conhecimento:** em busca do diálogo entre Antonio García Gutiérrez, Michèle Hudon e Clare Beghtol. 2006. 132f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho científico. 2. Ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUINALHA, Renan. Censura moral na ditadura brasileira: entre o direito e a política. **Rev. Direito Práx.**, v. 11, n. 03, p. 1727-1755, 2020.

QUINALHA, Renan Honório. **Justiça de Transição:** contornos do conceito. Belo Horizonte, 2013.

RAPOSO, Albertina; MESQUITA, Mônica. A construção de conhecimento: será a transformação social um processo pedagógico? **Sinergias:** diálogos educativos para a transformação social, n. 6, p. 39-46, 2018.

RIBEIRO, Ana Cláudia et al. A LAI e a Comissão Nacional da Verdade: mapeamento de fontes de informação e reflexões sobre LGBTs sob a ditadura militar brasileira. In: GERALDES, Elen et al. (Orgs.). **Dez anos da Lei de Acesso à Informação:** limites, perspectivas e desafios. São Paulo: INTERCOM, 2022.

RIBEIRO, Ana Cláudia. **Entre testemunhos e documentos:** a Comissão Nacional da Verdade e seu legado informacional para a Justiça de Transição. 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

ROUSSEFF, Dilma. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de instalação da Comissão da Verdade.** [Brasília]: Palácio do Planalto, 2012.

SALDANHA, Gustavo Silva et al. Quem matou Marielle? Organização do Conhecimento e os caminhos do tesouro do mal. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais...** Londrina: UEL, 2018. p. 1018-1039.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estudos Avançados**, v. 2, n. 2, 1988.

SÃO PAULO. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. **Relatório**: recomendações gerais e recomendações temáticas. São Paulo: ALESP, 2015. (Tomo I)

SMIRAGLIA, Richard P. Whither Knowledge Organization?: an editorial. **Knowledge Organization**, v. 33, n. 1, p. 8-10, 2006.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi**, v. 19, n. 37, p. 171-197, 2018.

SILVA, Amanda Romanelli. **Brasil: nunca mais**: Imprensa, transição política e memórias da ditadura. 2021. 143f. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

SOUSA, Brisa Pozzi de; SALDANHA, Gustavo Silva; TOLENTINO, Vinicius de Souza. Possibilidades reflexivas sobre gênero na estruturação do ponto de acesso na catalogação: entre a delimitação das regras e a amplitude da representação. In: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Orgs.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017.

TELES, Edson Luis de Almeida. **Brasil e África do Sul**: os paradoxos da democracia: Memória política em democracias com herança autoritária. 2007. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TEMATRES: servidor de vocabularios controlados. [s.l:s.n], 2019. Disponível em: <https://r020.com.ar/tematres/manual/index.html>. Acesso em: 12 dez. 2019.

TENAGLIA, Mônica. **As comissões da verdade no Brasil**: contexto histórico legal e reconstrução das estratégias e ações para o acesso aos arquivos. 2019. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

THIESEN, Icléia. Documentos sensíveis: da produção à validação. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DA REDE MUSSI, 3., 2014, Salvador. **Anais...** Salvador: Rede Mussi, 2014. p. 78-96.

TORELLY, Marcelo D. **Justiça de Transição e o Estado Constitucional de Direito**: perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

TRIVELATO, Rosana Matos da Silva. **Formação discursiva e os sistemas de classificação bibliográfica**: impactos, desdobramentos e implicações na representação da informação da área da religião. 2016. 135f. Dissertação (Mestrado) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

TRIVELATO, Rosana Matos da Silva; MOURA, Maria Aparecida. A diversidade cultural e os Sistemas de Representação da Informação. In: PINHO, Fabio Assis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Orgs.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Ed. UFPE, 2017.

TRIVELATO, Rosana Matos da Silva. **A luta das mulheres tem muitos nomes: os Sistemas de Organização do Conhecimento frente a uma emergência conceitual.** 2022. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

WARD, M. Phenomenological warrant: the case for working from the user's viewpoint. **Managing Information**, v. 7, n. 9, p. 68-71, 2000.

WHITLEY, Richard R. **The intellectual and social organization of the sciences.** 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2000.

APÊNDICES

- i) Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento;
- ii) Roteiro do primeiro encontro do Grupo Focal;
- iii) Roteiro de segundo encontro do Grupo Focal.

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Prezado Senhor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **“A Construção de Tesouros em Contextos de Complexidade Cultural, Social e Política: uma proposta para justiça de transição”**. Você foi escolhido(a) por seu notório saber, experiência sobre a Justiça de Transição e ditadura no contexto brasileiro e/ou pelo seu conhecimento sobre construção de tesouros.

Esta pesquisa de doutorado está sendo realizada por **Pablo Gomes**, matrícula [REDACTED], aluno regular no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, sob orientação da **Profa. Dra. Maria Guiomar da Cunha Frota**.

O objetivo principal deste estudo é compreender o processo de construção de um tesouro que se utilize de procedimentos que levem em consideração questões culturais, sociais e políticas e tenha como área de aplicação a Justiça de Transição. Para isto, solicitamos sua especial colaboração na participação da pesquisa que contará com **entrevistas, observações** e participação em **grupos focais** que terão como intuito identificar termos e conceitos importantes para entender e estruturar a Justiça de Transição no Brasil. Sua participação é muito importante e **voluntária**. Você poderá se recusar a participar ou a responder algumas questões a qualquer momento, não havendo nenhum prejuízo pessoal se esta for a sua decisão.

Os grupos focais serão **gravados** e ocorrerão em **cinco encontros** com médias de **duas horas de duração**. Os encontros ocorrerão entre os meses de **abril e outubro de 2022**, em dias úteis e em **ambiente virtual** devido à imposição sanitária decorrente da Covid-19. Durante esses encontros, questões serão levantadas para montar uma estrutura de termos e de conceitos específicos da Justiça de Transição no Brasil. As **gravações não serão divulgadas**, sendo somente o registro da pesquisa para posterior anotações e ficarão sobre custódia da Universidade entre cinco e dez anos. Os resultados deste estudo irão compor a tese de doutorado que será avaliada por uma banca de especialistas na área da Ciência da Informação e Justiça de Transição e em seguida encaminhado ao repositório de teses e dissertações da Universidade. O produto decorrente dessa pesquisa, o Tesouro de Justiça de Transição no Brasil, **mencionará seu nome na equipe de elaboração**.

Na tese, a divulgação e a análise dos dados relativos à **entrevista e observação participante, a identificação dos participantes será preservada**. Contudo, como apontado anteriormente, no produto dessa pesquisa, o tesouro, a equipe de **elaboração será conhecida**. Dessa forma, seu nome não será identificado para falas e apontamentos específicos, mas será de **conhecimento aberto o seu envolvimento**.

Ao participar das entrevista ou dos grupos focais **você poderá se sentir desconfortável** com algumas questões que podem lhe trazer **memórias ruins** e outros participantes podem fazer **falas ofensivas ou desrespeitosas**, se isso acontecer, o(a) Sr.(a). poderá pedir para encerrar sua participação ou se retirar momentaneamente, sem qualquer penalidade. Caso ocorra alguma situação

Rubrica do Pesquisador

Rubrica do Participante

constrangedora, os pesquisadores farão a devida **interrupção da fala**, caso esteja em curso, ou a **correção da fala** de quem proferiu, solicitando, se necessário, que o participante(s) desrespeitoso saia da sala. Esclarecemos também que **não haverá pagamentos ou custos financeiros** relativos à sua participação. Em caso de danos provenientes da pesquisa você poderá buscar indenização, na forma da lei.

Por ocorrer em ambiente virtual, há o risco de dificuldades de comunicação relativas ao uso de dispositivos de tecnologias da informação e comunicação, velocidade da internet, indisponibilidade do uso de tecnologias devido à ausência de energia elétrica. Contudo, não haverá nenhum tipo de sanção caso o participante não possa comparecer devido ao uso do ambiente virtual. Antes dos encontros o pesquisador estará disponível para testes de imagem, som e voz.

Caso necessite de qualquer esclarecimento sobre a pesquisa, pedimos entrar em contato com Pablo Gomes, a qualquer momento, pelo telefone [REDACTED] ([WhatsApp](#)) ou pelo e-mail [REDACTED]. Teremos o prazer em prestar informações adicionais.

Caso necessite de mais esclarecimentos éticos sobre esta pesquisa, poderá recorrer também ao **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade no telefone: **(31) 3409-4592** ou pelo e-mail **coep@prpq.ufmg.br**. O horário de atendimento do Comitê é de 09:00 às 11:00 e de 14:00 às 16:00.

Este termo será impresso em duas vias, uma para você participante e uma para o pesquisador.

Obrigado pela sua colaboração.

Nome do participante

CPF

Assinatura do participante

Pablo Gomes (Pesquisador)

CPF [REDACTED]

ROTEIRO DO ENCONTRO DO GRUPO FOCAL

Breve explicação da sistemática dos grupos focais.

Apresentação dos moderadores (pesquisador e bibliotecários)

Leitura do TCLE

Tópico 1 - Quando falamos da ditadura de 64 no Brasil o que não pode faltar na discussão?

Tópico 3 - Vocês podem citar alguma medida de memória, verdade e justiça após o fim da ditadura?

Tópico 5 - Vocês acham que teve alguma medida de transição que faltou na experiência do Brasil?

Tópico 6 - Vocês acham que as medidas de JT incluíram todos aqueles que sofreram com a repressão de Estado durante a ditadura?

Tópico 7 - Na opinião de vocês quais foram as principais iniciativas não governamentais que tivemos no campo da JT no Brasil?

Tópico 8 - Vocês acompanharam o trabalho de alguma comissões de verdade?

Tópico 9 - Vocês leram os relatórios ou parte desses relatórios das Comissões, o que acharam?

Tópico 10 - Antes da comissão da verdade tivemos a comissão de anistia, vocês lembram dos trabalhos dessa comissão? Alguém acompanhou os trabalhos da comissão de anistia?

Tópico 11 - Vocês lembram da Comissão de mortos e desaparecidos? Alguém acompanhou os trabalhos dessa comissão?

Tópico 12 - Vocês acham que as medidas de transição ainda são necessárias hoje?

Tópico 13 - Qual foi o materiais mais esclarecedores que vocês já leram, assistiram ou ouviram (texto, documentário, vídeo, entrevista) sobre o período de JT?

ROTEIRO DO ENCONTRO DO GRUPO FOCAL

Breve explicação da sistemática do segundo encontro do grupo focal.

Tópico 1 - Golpe ou revolução?

Tópico 3 - Ditadura militar e a ditadura civil-militar?

Tópico 5 - Governo militar ou governo civil-militar?

Tópico 6 - Resistência e subversão.

Tópico 7 - Anistia ou perdão?,

Tópico 8 - Anistia e autoanistia.

Tópico 9 - Anistia e desanistia?

Tópico 9 - Justiça.

ANEXO

i) Modelo Metodológico Integrado para a Construção de Tesouros;

MODELO METODOLÓGICO INTEGRADO PARA CONSTRUÇÃO DE TESAURO	
Sistematização de etapas da construção de tesouros (normalização, literatura e tesouros) - Procedimentos terminográficos	
1. Trabalho preliminar (Orientações gerais/Usos de equipamento automático de processamento de dados)	<ul style="list-style-type: none"> – escolha do domínio e da língua do tesouro; – delimitação do subdomínio; – estabelecimento dos limites da pesquisa terminológica temática; – consulta a especialista do domínio/subdomínio.
2. Método de compilação (Abordagem de compilação)	<ul style="list-style-type: none"> – coleta do <i>corpus</i> do trabalho terminológico; – estabelecimento da árvore de domínio; – expansão da representação do domínio escolhido.
3. Registro de termos	<ul style="list-style-type: none"> – coleta e classificação de termos.
4. Verificação de termos (Admissão e exclusão de termos /Especificidade)	<ul style="list-style-type: none"> – verificação, classificação e confirmação de termos; – elaboração de definições; – uso do vocabulário de especialidade para o estabelecimento de relações entre os descritores e de relações entre descritores e não descritores. – organização das relações entre descritores.
5. Forma de apresentação de um tesouro	<ul style="list-style-type: none"> – trabalhos de apresentação do tesouro.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos**. 2009. 209f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.